

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Roberto Ruivo Bras**

**Análise do balanço social do Banco do Brasil entre 2010 e 2014**

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**São Paulo**

**2015**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Roberto Ruivo Bras**

**Análise do balanço social do Banco do Brasil entre 2010 e 2014**

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, sob a orientação do Prof. Doutor Arnaldo José França Mazzei Nogueira.

**São Paulo**

**2015**

Banca examinadora

---

---

---

À minha esposa Helena, sempre guerreira.

Às minhas filhas Beatriz e Bruna, as  
verdadeiras razões do meu esforço.

Aos meus pais Manuel e Olimpia, que já não  
estão comigo mas nunca serão esquecidos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Professor Doutor Arnaldo José França Mazzei Nogueira, pelas dicas fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Às Professoras Doutoras Maria Cristina Amorim e Neusa Maria Bastos, pelas preciosas dicas na qualificação.

Aos professores do Programa de Administração da PUC-SP, pelos incentivos e ensinamentos.

Aos funcionários dos Departamentos de Controladoria e Contabilidade da PUC-SP, pelo apoio.

## RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise os balanços sociais e os relatórios de sustentabilidade utilizados em instituições bancárias. O objetivo principal desta pesquisa é analisar as demonstrações sociais do Banco do Brasil no período de 2010 a 2014 a fim de identificar de que forma a instituição aplica e demonstra os seus investimentos em responsabilidade social. Diante disso verificar se o Banco do Brasil é um caso exemplar de sustentabilidade e responsabilidade social. Como método de trabalho iniciou-se uma revisão bibliográfica a respeito de conceitos como responsabilidade social e desenvolvimento sustentável de modo tornar possível a compreensão sobre o tema. Foi realizada pesquisa para atender o objetivo específico de conhecer o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e qual o papel do Banco do Brasil. Foram pesquisados os modelos de balanço social e identificado qual utilizado pelo banco. Os balanços sociais publicados pelo banco foram estudados através de análise vertical e horizontal para entender a evolução do investimento no período de cinco anos e as relações entre tais investimentos e a receita líquida. O resultado das pesquisas comprovaram que o Banco do Brasil constantemente investe em diversas áreas da responsabilidade social, porém há muita diferença entre as categorias de investimento.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social, Balanço social, Banco do Brasil

## **ABSTRACT**

This study is analyzed in the social reports and sustainability reports used in banks. The main objective of this research is to analyze the social statements of the Bank of Brazil in the period 2010 to 2014 to identify how the institution has and demonstrates its investments in social responsibility. Therefore see whether the Bank of Brazil is a textbook example of sustainability and social responsibility. As a working method began a literature review about concepts such as social responsibility and sustainable development in order to make possible the understanding of the subject. Research was conducted to meet the specific objective to know the functioning of the national financial system and the role of the Bank of Brazil. The social and identified balance models used by the bank which were surveyed. The social reports published by the bank was studied through vertical and horizontal analysis to understand the evolution of investment in five years and the relationship between these investments and the net revenue. The result of the research showed that the Bank of Brazil constantly invests in several areas of social responsibility, but there is much difference between investment categories.

**Keywords:** Social responsibility, social balance, Bank of Brazil

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROBLEMA .....	13
JUSTIFICATIVA .....	16
METODOLOGIA .....	18
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	19
1. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	21
1.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	21
1.2 STAKEHOLDERS .....	27
1.3 BALANÇO SOCIAL.....	29
1.4 DVA.....	33
1.5 GRI .....	36
1.6 IBASE.....	38
1.7 ETHOS .....	39
1.7.1 INDICADORES ETHOS .....	40
1.8 CONCLUSÃO SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE .....	41
2. SISTEMA FINANCEIRO E O BANCO DO BRASIL.....	43
2.1 SISTEMA FINANCEIRO .....	43
2.2 BANCO CENTRAL .....	44
2.3 BNDES .....	45
2.4 FEBRABAN .....	46
2.5 CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.....	46
2.6 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	47
2.7 BANCO DO BRASIL.....	48
2.7.1 História .....	48
2.7.2 Funções do banco .....	52
2.7.3 Dados sobre o banco.....	54
2.7.4 Agenda 21.....	57
2.7.5 Dados anuais relevantes.....	59
2.7.6 Fundação Banco do Brasil .....	63
3. OS BALANÇOS SOCIAIS DO BANCO DO BRASIL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 65	
3.1 BALANÇOS SOCIAIS DO BANCO DO BRASIL .....	65
3.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	67
3.2.1 Base de cálculo .....	68
3.2.2 Indicadores sociais internos .....	72
3.2.3 Indicadores sociais externos .....	82
3.2.4 Indicadores ambientais .....	88

3.2.5	Indicadores de corpo funcional.....	91
3.2.6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.....	100
3.3	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	108
	ANEXO 1 – NBC T 15 .....	112
	ANEXO 2 – RESOLUÇÃO 4327/2014 .....	119
	ANEXO 3 – BALANÇOS SOCIAIS 2010 A 2014 .....	125

**LISTA DE FIGURAS****PAG**

Figura1: Stakeholders - ALMEIDA (2007,p.159)	28
Figura 2: Stakeholders (Usuários) - TINOCO (2004, p.95)	29
Figura 3: Modelo de negócio (Relatório anual BB – 2013)	53
Figura 4: Estrutura de administração – Relatório Anual Banco do Brasil 2013, p.18	61

## LISTA DE GRÁFICOS PAG

Gráfico 1: Base de cálculo – Relatório anual BB 2010 a 2014	69
Gráfico 2 : Indicadores sociais internos - Total (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	74
Gráfico 3 : Alimentação (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	74
Gráfico 4 : Encargos sociais compulsórios (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	75
Gráfico 5 : Previdência privada (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	76
Gráfico 6 : Saúde (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	77
Gráfico 7 : Participação nos lucros e resultados (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	80
Gráfico 8 : Lucro Líquido (% R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014	81
Gráfico 9 : Outros (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	82
Gráfico 10 : Indicadores sociais internos – Total (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	84
Gráfico 11 : Indicadores sociais externos (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	84
Gráfico 12 : Geração de trabalho e renda (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	87
Gráfico 13 : Tributos (excluídos encargos sociais) (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	88
Gráfico 14: Indicadores ambientais – Total (% sobre receita líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	90
Gráfico 15 : Número de empregados – Relatório anual BB 2010 a 2014	93
Gráfico 16 : Número de admissões / desligamentos – Relatório anual BB 2010 a 2014	94
Gráfico 17 : Número de outros colaboradores – Relatório anual BB 2010 a 2014	94
Gráfico 18 : Número de empregados por faixa etária – Relatório anual BB 2010 a 2014	95
Gráfico 19 : Número de empregados por nível de escolaridade – Relatório anual BB 2010 a 2014	96
Gráfico 20 : Número de empregados gênero – Relatório anual BB 2010 a 2014	97
Gráfico 21 : Percentual de cargos de chefia por gênero – Relatório anual BB 2010 a 2014	97
Gráfico 22: Diversidade de funcionários – Relatório anual BB 2010 a 2014	98
Gráfico 23 : Portadores de deficiência ou necessidades especiais – Relatório anual BB 2010 a 2014	99
Gráfico 24 : Valor adicionado total a distribuir – Relatório anual BB 2010 a 2014	101
Gráfico 25 : Distribuição do valor adicionado – Relatório anual BB 2010 a 2014	101

<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>PAG</b>
Tabela 1: Base de cálculo – Relatório anual BB 2010 a 2014	69
Tabela 2: Indicadores sociais internos (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014	72
Tabela 3 : Indicadores sociais internos (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	73
Tabela 4: Indicadores sociais externos (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014	83
Tabela 5 : Indicadores sociais externos (% R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014	83
Tabela 6: Indicadores ambientais (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014	89
Tabela 7: Indicadores ambientais (% sobre receita líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014	89
Tabela 8: Indicadores de corpo funcional – Relatório anual BB 2010 a 2014	92
Tabela 9: Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial – Relatório anual BB 2010 a 2014	100

# INTRODUÇÃO

## PROBLEMA

A forma como as companhias operam teve ao longo das décadas períodos nos quais a valorização de práticas foram moldando o mercado para um direcionamento no modo de gestão. Por um período se acreditava que o lucro era a principal função da empresa e ainda hoje não se pode fugir dessa premissa, pois sem o devido retorno financeiro a própria sobrevivência da instituição fica em risco, tendo em vista os diversos compromissos por ela assumidos.

A mão de obra empregada, os fornecedores de materiais e serviços, o fisco, os contratos junto a parceiros comerciais, os investimentos necessários ao próprio funcionamento do negócio, são exemplos de compromissos assumidos que não podem ser evitados e para isso o retorno financeiro é necessário.

Além dessas responsabilidades obrigatórias, o momento do mercado pelo qual a empresa está passando, pode ser um período favorável ou não. Tal detalhe está ligado, mas não apenas, a fatores econômicos externos que podem ser oriundos de aspectos do ponto de vista cambial, político, jurídico, social, diplomático, etc.

Fora os aspectos já rapidamente apontados até aqui, vários outros detalhes fazem parte da vida de uma empresa e um dos mais importantes, senão o mais, é o que respeita os clientes, ou seja, às pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, que consumirão e utilizarão seus produtos e serviços em troca do retorno necessário a existência e continuidade do negócio.

Esse público por sua vez se torna mais exigente, pois com a tendência crescente de maior acesso a informação fica fácil a comparação entre as empresas que oferecem produtos e serviços semelhantes e que apresentam diferentes níveis de atendimento, de confiabilidade, de comodidade, de satisfação, de retorno, de visualização ou até mesmo de engajamento. E isso pode acontecer nos mais variados setores mercantis como por exemplo no de bens duráveis, de assistência médica, de seguros, de bens de consumo, de alimentos, de vestuário, de serviços, de telecomunicações, educacional e no setor bancário.

Nesse sentido, entre tantos aspectos que se observam na relação entre as empresas (entidades) e o público (sociedade) um talvez seja diferenciado, pois muitas vezes até pode apresentar um grau de subjetividade difícil de ser mensurado e até mesmo de ser percebido. Esse aspecto é a responsabilidade social.

Se em outras épocas a questão social era ligada apenas a mais uma obrigação do governo, hoje se tem a percepção que as empresas também têm sua responsabilidade pois se utiliza muitas de vezes de recursos para fazer seus produtos e obter lucros, assim como até mesmo a mão de obra que já foi apontada algumas vezes como o ativo mais importante de uma empresa. O seu retorno para a sociedade nesse sentido acaba se tornando uma espécie de contrapartida, uma devolução ou um investimento no aspecto social, de onde veio sua força de trabalho, ou no ambiental, de onde vieram muitas vezes sua matéria prima.

O desenvolvimento sustentável parte de noções de responsabilidade social voltada para qualidade de vida e tem uma característica de longevidade pois exerce a preocupação tanto no presente, por ações e operações diretas, quanto no futuro, ou pra ser mais exato, nas gerações futuras. Nesse sentido SILVEIRA (2011,p.23) cita o tripé básico da sustentabilidade formado pela atividade econômica, a preservação ambiental e o bem-estar da sociedade, que exige determinação e atitude política para garantir o compromisso com a vida.

“Empresa sustentável é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente” (BARBIERI e CAJAZEIRA, 2009, p.70)

Peter Drucker, considerado por alguns como um guru da gestão afirmou que o maior desafio para as grandes empresas, principalmente as multinacionais, é o que ele chama de “legitimidade social” que envolve os valores, as missões e a visão da empresa. Esse desafio é justamente o enfoque em sustentabilidade que a empresa precisa para suportar sua longevidade e que deve ser o foco dos gestores (SAVITZ,2007,p.65).

O desenvolvimento sustentável parte de noções de responsabilidade social voltada para qualidade de vida e tem uma característica de longevidade pois exerce a preocupação tanto no presente, por ações e operações diretas, quanto no futuro,

ou pra ser mais exato, nas gerações futuras. Nesse sentido SILVEIRA (2011,p.23) cita o tripé básico da sustentabilidade formado pela atividade econômica, a preservação ambiental e o bem-estar da sociedade, que exige determinação e atitude política para garantir o compromisso com a vida.

A questão de proteção as futuras gerações também é abordada por TINOCO e KRAEMER (2004,p.31) onde afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele que consegue atender as necessidades presentes e não compromete que as futuras gerações atendam as suas próprias.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, signatária do Relatório de Brundthand, reitera que a responsabilidade social, ao se analisar do ponto de vista da sustentabilidade, tem um forte vetor de comprometimento com o meio ambiente e o combate a desigualdade social, afirmando ser o desenvolvimento sustentável uma ferramenta para satisfazer as necessidades presentes sem comprometer gerações futuras e o caminho para eliminar o fenômeno da pobreza em massa e suas estruturas socioeconômicas de reprodução (SILVEIRA,2011,p.63).

Ideias como a responsabilidade social corporativa evoluíram com o decorrer do tempo e passaram de uma atitude no campo da caridade ou da filantropia, para o campo da estratégia de longo prazo das empresas onde há um atrelamento operacional entre a performance e os lucros com os efeitos de suas atividades desenvolvidas somando ao objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade conforme relata TINOCO (2008,p.116).

Ao selecionar o segmento bancário por exemplo, Karkotli (2007, p.126) aponta que faz parte da natureza dos bancos projetar lucros e rentabilidade para suas atividades e quando são públicos, mesmo sem esquecer da rentabilidade necessária para sua manutenção, são responsáveis pela promoção e desenvolvimento social nas regiões onde estão inseridos.

Partindo do pensamento citado de Karkotli ao se analisar conceitos como responsabilidade social, bancos públicos e partindo para o maior banco público brasileiro, pergunta-se: o Banco do Brasil é um caso exemplar de sustentabilidade e responsabilidade social?

## JUSTIFICATIVA

O tema da responsabilidade social vinculada aos negócios representa interesse devido a maior visibilidade das empresas e acesso as informações por parte de seus clientes. Este estudo pode ser feito nos mais variados ramos de atividade por se tratar de um assunto que não está atrelado a apenas uma área. Como forma de observar um segmento representativo do ponto de vista de negócios, foi optado pelo estudo dentro do setor bancário.

Conforme dados do Banco Central, no Brasil operam 156 instituições entre bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica. O setor bancário é dominado por grupos nacionais, estrangeiros ou públicos que empregam mão de obra e utilizam recursos (papel, energia elétrica, sistema de comunicação e de transmissão de dados) em seus processos, tais instituições atuam na vida de praticamente toda a população economicamente ativa do país.

O mercado cada vez mais exigente e competitivo provoca uma mudança de perfil nas instituições financeiras de modo a que passem a assumir uma função social inclusive do ponto de vista estratégico para vencer seus competidores utilizando-se de uma imagem mais voltada ao lado social das palavras responsabilidade e sustentabilidade.

Oliveira (2013, p.135) aponta a importância na avaliação da responsabilidade socioambiental das empresas tanto para seus tomadores de opinião quanto para interessados externos, os chamados *stakeholders*, e nesse sentido o balanço social, e demais publicações que tenham a mesma finalidade, surge como uma ferramenta de disposição de dados para identificar e demonstrar ações socioambientais por parte da instituição.

Nesse sentido o estudo do balanço social de um determinado período de tempo através de ferramentas que demonstrem a evolução da responsabilidade social aplicada por uma empresa, pode ser uma contribuição para análise de tendências que podem ser aplicáveis ao mercado ou que sofrem influência dele.

O setor bancário é um mercado de forte competitividade, em que a imagem e a credibilidade da instituição são fatores fundamentais para o negócio, este estudo

irá explorar o nível de responsabilidade social de uma instituição bancária a partir de seus relatórios e analisar de que forma são aplicados e demonstrados seus investimentos em responsabilidade social e suas ações ligadas a sustentabilidade.

Para isso, partiu-se da escolha da instituição objeto de estudo a partir dos líderes do mercado. O maior banco brasileiro é o Banco do Brasil, com ativos que somam R\$ 1,4 trilhão em 2014, desta forma considera-se que ele é o maior banco em operação no Brasil.

Nesse sentido o Banco do Brasil pode representar um estudo a respeito da responsabilidade social no setor bancário, devido não apenas ao seu volume de ativos e sua característica como banco público, como também ao fato de estar presente em 99,8% do território nacional, com cerca de 112 mil funcionários e aproximadamente 62 mil clientes, atingindo diretamente um público de quantidade considerável.

O Banco do Brasil tem um papel histórico na economia do país por suas ações de financiamento ao crédito e por atuar não apenas como um banco comercial, mas também como um banco público agente financeiro do governo federal. Este estudo trata portanto a questão da responsabilidade social evidenciada em demonstrações financeiras e demais relatórios de sustentabilidade publicados pelo Banco do Brasil.

## OBJETIVO

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as demonstrações do Banco do Brasil, em especial o Balanço Social, no período de 2010 a 2014 a fim de identificar de que forma a instituição aplica e demonstra os seus investimentos em responsabilidade social.

Para se atingir esse objetivo geral e considerando a natureza da instituição, alguns objetivos específicos deverão ser cumpridos:

- Identificar o papel do Banco do Brasil dentro do Sistema Financeiro Nacional;

- Verificar se os relatórios de sustentabilidade e o balanço social do Banco do Brasil estão em conformidade com padrões, de forma a permitir uma avaliação da responsabilidade social do banco;
- Verificar a evolução dos investimentos em responsabilidade social realizados pelo banco de um período e comparar sua relação com a receita líquida.

## METODOLOGIA

Inicialmente será explorado o campo da teoria e a fundamentação dos conceitos que devem ser conhecidos para os temas que serão abordados. A análise necessária se faz com uma revisão da literatura existente a respeito de temas como responsabilidade social, balanço social e relatórios de sustentabilidade. Para tanto foram pesquisados livros, artigos, dissertações e outros materiais disponíveis em meio digital.

A metodologia se aproxima de um estudo de caso pois de acordo com Gil (2010, p.54) consiste no estudo de um ou poucos objetos, de modo a permitir seu amplo e detalhado conhecimento, onde Yin (2010, p.39) também aponta para estudo de caso ao investigar um fenômeno contemporâneo de vida real.

Devido ao objeto deste estudo ser uma instituição bancária, será demonstrada a estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional com seus principais componentes. A análise de dados necessária para compreender a atuação do Banco do Brasil partiu de dados históricos e de desempenho dos relatórios do próprio banco, desta forma foram analisados os Balanços Sociais publicados, assim como os Relatórios Anuais, as Demonstrações Financeiras e Contábeis devidamente auditadas, além de outras informações extraídas do site do banco.

Os materiais analisados serviram de fundamento para que se fizesse o acompanhamento das variações dos dados apresentados durante o período de estudo.

Segundo Oliveira (2013, p.135) não existe uma lista rígida e definida de ações que uma empresa deve adotar para ser considerada socialmente responsável, porém apesar de não haver um consenso sobre o tema, envolve uma gestão

empresarial mais transparente e ética e as preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados da empresa. Afirma também (2013, p.117) que a variação de entendimentos para se medir o nível de responsabilidade socioambiental de uma empresa ocorre devido a diversidade na interpretação sobre o conceito de responsabilidade social e ao objetivo da avaliação, como condições dos trabalhadores, relação com os *stakeholders* ou nível de transparência.

A publicação por si só do balanço social nem sempre facilita a compreensão pelas partes interessadas de como a empresa opera no campo da responsabilidade social pelo fato de, pelo modelo de publicação, limitar a compreensão de tendências de comportamento em um período maior de tempo ou no comparativo com outros dados da empresa.

Como forma de analisar os dados do banco, uma das ferramentas será utilizar o conceito de análise vertical e horizontal, muito utilizado para análise financeira de balanço mas que pode ser aplicado com técnica ao balanço social.

Uma análise vertical tem a finalidade de apurar a relevância de cada item do balanço em relação ao grupo onde está inserido, e também a um índice global do demonstrativo, que no caso deste estudo será a receita líquida da instituição de forma a identificar a relevância dos investimentos aplicados e identificados aos indicadores sociais internos, aos externos, aos indicadores ambientais e aos voltados ao corpo funcional, em face a um parâmetro de rentabilidade da empresa.

Já uma análise horizontal pode mostrar tendências operadas pela instituição ao analisar os investimentos com uma base histórica apurada em períodos anteriores, que no caso deste estudo será entre os anos de 2010 e 2014.

Desta forma os itens do balanço social será analisados dando maior enfoque aos que apresentarem maior relevância para apurar em que áreas há menos ou mais investimento social por parte do banco.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para discorrer a respeito do tema proposto, este trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O capítulo um aborda o referencial teórico onde são explorados conceitos como responsabilidade social e sustentabilidade, focando para a visão corporativa e ampliando para instituições financeiras. Também serão abordadas as formas como podem ser demonstradas as ações de responsabilidade social empresarial ao se tratar dos diferentes tipos de relatórios como balanço social, DVA, relatório de sustentabilidade, relato consolidado e demonstrar características dos mesmos, assim como os diferentes institutos criadores de tais, como IBASE, ETHOS e GRI. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, artigos científicos, mídias digitais e na internet.

No capítulo dois é demonstrada a estrutura do Sistema Financeiro Nacional com suas principais instituições de forma a contextualizar as principais funções operadas dentro do sistema para então apresentar um pouco da história e dados do Banco do Brasil, mostrar suas funções e o papel que desempenha dentro do sistema como um banco público federal.

O capítulo três é destinado a apresentação dos relatórios anuais que contém os Balanços Sociais do Banco do Brasil no período de 2010 a 2014, de modo a demonstrar e analisar os investimentos sociais do banco ao longo desses exercícios através de estudos de evolução e apresentação das informações relevantes que reflitam no comportamento dos números. A opção de focar a análise em um período de cinco anos foi considerada por apresentar dados recentes do ponto de vista cronológico e atuais dentro do mercado.

Por fim são apresentadas as considerações finais que relatam as conclusões e as limitações da pesquisa.

# 1. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

## 1.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma tendência que já ocorre nas empresas norte-americanas e europeias é apontada por KROETZ (2000,p.57) ao identificar que o consumidor não quer apenas produtos com preços baixos e qualidade, mas também saber se a produção não foi gerada com a poluição do ar ou de rios, morte de animais, desmatamentos ou outros atos causados pela ganância do homem.

A prática e a conscientização das empresas para informar que seus produtos e serviços tem benefícios positivos à comunidade, e conseqüentemente demonstrar um grau de responsabilidade social não é recente, mas SAVITZ (2007,p.49) aponta que até a década de 90, poucas empresas enxergavam que os benefícios sociais eram parte de sua abordagem gerencial geral.

A percepção que o ganho com responsabilidade social, suas atitudes e a transparência de ações, promove valorização de sua imagem é um processo que demanda visão interna e do mercado como um todo e pode ser explorado por ações de marketing.

A transparência é cada vez maior à medida que a reputação, as marcas e outros ativos intangíveis das empresas se transformam em importantes vetores de valor (SAVITZ ,2007,p.57).

A imagem, ou reputação, que a empresa tem no mercado é fruto de uma consolidação de valores, adquiridos ao longo de sua existência. Tais valores podem ser positivos ou negativos, com uma forte tendência de refletir em seus negócios.

A reputação das empresas para o comportamento ético, incluindo sua integridade percebida em lidar com clientes, fornecedores e outras partes, é parte do valor da sua marca ou nome. Isso é refletido em sua avaliação, assim como o capital humano individual é baseado, em parte, em sua reputação para o comportamento ético (MACHADO FILHO,2006,p.15).

Oliveira (2013, p.3) afirma que uma atitude mais responsável pode fortalecer uma marca ao longo do tempo e proporcionar um crescimento sustentável, desta

forma ações de responsabilidade social junto a comunidade podem reduzir os riscos e adicionar valor a empresa.

Comportamentos socialmente questionáveis, sejam eles intencionais ou não, podem atrair a mídia e causar danos irreversíveis a imagem da empresa, no caso oposto ao que causam as práticas sociais positivas que influenciam a opinião pública, seus clientes e o governo. Tais aspectos, segundo MACHADO FILHO (2006,p.16), direcionam a preocupação socialmente responsável e o foco na estratégia empresarial para a criação de valor por parte da empresa.

Archie Carrol propôs em artigo de 1979 uma subdivisão da responsabilidade social que seria tratada nas dimensões: econômica, legal, ética e filantrópica; com características particulares de análise. A responsabilidade econômica é a obrigação primária da empresa com relação a produtividade e rentabilidade. Na responsabilidade legal a questão são as expectativas emanadas da sociedade no sentido da empresa seguir a lei. Para a responsabilidade ética, os agentes da sociedade percebem um comportamento apropriado por parte da empresa. Já a responsabilidade filantrópica, também chamada de discricionária, reflete o desejo de um engajamento por parte das empresas de estar envolvidas na melhoria do ambiente social (MACHADO FILHO,2006,p.25)

Um consenso existente a respeito da responsabilidade social liga ações éticas com desenvolvimento empresarial e uso de recursos na preservação do ideal de continuidade.

O Instituto Ethos trabalha nessa ideia ao definir a responsabilidade social empresarial como uma relação firmada na ética e na transparência com todos os públicos que a empresa se relaciona e também no estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, observando também a preservação de recursos ambientais e culturais, projetando impactos para gerações futuras e promovendo redução de desigualdades sociais (ETHOS,2007,p.78).

A responsabilidade social empresarial é um conjunto de ações, normas e condutas de conteúdo social e/ou ambiental – realizadas tanto de forma obrigatória, quanto voluntária – desenvolvidas e divulgadas por empresas privadas e públicas, tendo a ética como pilar

– honestidade, responsabilidade e busca de transparência – visando tanto ao interesse público – o bem-comum e o bem-estar social – quanto ao interesse privado – a garantia de sobrevivência da empresa e o lucro a longo prazo (TORRES,2002,p.18 apud SILVEIRA, 2011,p.60).

Responsabilidade é um conceito amplo que extrapola a postura legal da empresa ou mesmo práticas filantrópicas e apoio à comunidade. Representa uma atitude positiva de gestão empresarial baseada em boas práticas de relações e geração de valor. TORRES (2002,18 apud SILVEIRA,2011,p.61) aponta o conceito de responsabilidade social com um princípio orientador de ações e relações com os diferentes públicos da empresa: acionistas, funcionários, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo mercado e comunidade.

Nas relações empresariais com seus públicos, por suas operações, ou não, as organizações influenciam e sofrem influências por fatores internos e externos que são mutáveis e nem sempre fáceis. Segundo ALMEIDA (2007,p.155), a compreensão das características econômico-financeiras de suas operações, assim como as dinâmicas políticas e sociais inerentes as suas atividades, deve ser fator constante da empresa.

Embora a responsabilidade social seja uma prática que deva ser aplicada por empresas de qualquer porte, grandes corporações tentam uma representatividade maior na sociedade, seja pelo volume de negócios, a visibilidade ou a influência que exerce diretamente na sociedade. Suas práticas responsáveis terão proporcionalmente também uma maior percepção, ao passo que o oposto com relação a sua conduta também é verdadeiro.

A desumanização provoca insatisfação que conduz a contestação contra grandes grupos multinacionais. O progresso econômico e a emergência de grandes empresas, sejam elas transnacionais, públicas, estatais, industriais, comerciais ou financeiras, são as bases de uma restauração da finalidade da atividade humana (TINOCO,2008,p.22).

TINOCO (2008,p23) aponta como início do debate a respeito da noção de responsabilidade no EUA a década de 1960, durante o período da guerra do Vietnã quando houve repúdio por parte da sociedade ao ver armamentos produzidos por

empresas norte-americanas prejudicando o homem e o meio ambiente e ainda sendo ferramenta de discriminação racial.

A empresa quando nasce, principalmente quando sua criação se deu a décadas em um ambiente com outra cultura, pode não possuir uma característica voltada ao aspecto social pois tem no seu rol de operações diversas atividades com foco exclusivo em sua atividade principal, que é a sua própria sobrevivência. Apenas com o passar do tempo e a cultura da responsabilidade sendo estabelecida é que a empresa pode perceber a retribuição que ações responsáveis pode gerar.

A maior parte das iniciativas com a finalidade de compreender e mensurar os fenômenos sociais tem uma motivação de rentabilidade, afinal de contas a empresa não tem vocação filantrópica e seus dirigentes não são escolhidos pelos acionistas para se interrogarem a respeito da felicidade dos funcionários (TINOCO,2008,p.24).

Existe um ditado popular que afirma que o funcionário satisfeito rende mais. Quando se trata da responsabilidade social voltada ao público interno da empresa, ao que parece esse ditado tem aplicação pois conforme atesta TINOCO (2008,p.25), um aumento da satisfação dos assalariados é diretamente proporcional ao aumento de produtividade, com destaque para condições como moradia, higiene, segurança no trabalho, proteção ambiental e valorização do salários que geram mais satisfação com reflexo na produtividade. Já o contrário também pode ser verdadeiro, ou seja, queda nas condições de trabalho podem gerar desmotivação, deseconomias, absenteísmo, baixa de produção e insatisfação no trabalho.

A noção de responsabilidade social remete para a atitude da empresa – em face das exigências da sociedade, em consequência de suas atividades – a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera e ampliação do campo de seus objetos, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e responsabilidade perante os diversos grupos humanos que a integram e a comunidade em seu conjunto (CARVALHO,1990,p.49 apud TINOCO,2008, p.25).

A responsabilidade social tem como premissa que agentes como a comunidade e a sociedade têm necessidades a serem atendidas e por isso são partes interessadas nas organizações. A consciência moral e cívica das

organizações pelo entendimento de seu papel na sociedade é destacado por TINOCO (2008,p.16) como o conceito de cidadania aplicado às organizações, conforme critérios de excelência 2000, da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade.

O exercício da responsabilidade social muitas vezes pode ser entendido apenas como um custo adicional para as empresas e que os gestores poderiam reinvestir tais recursos na próprias empresas ou distribuir como lucros e dividendos. Porém TINOCO (2008,p.116) contrapõe que uma postura pró-responsabilidade social indica que há ganhos tangíveis para as empresas inclusive com agregação de valor, redução de custos e aumento da competitividade pela melhoria da imagem institucional, tais aspectos podem induzir na criação de ambientes favoráveis, tanto interno quanto externo, além de estimular melhorias da produção e incremento na demanda por ganhos de mercado.

A responsabilidade pública das organizações, neste novo milênio que se inicia, deverá atender aos anseios da comunidade, que clama por programas e ações conscientes, que modifiquem o quadro de exclusão social que existe no Brasil (TINOCO,2008, p.116).

A visibilidade das ações das empresas no campo social é mais observado quando elas atuam, ou contribuem, em funções que normalmente seriam exercidas pelo poder público. Nesse sentido quando o Estado Brasileiro sofre uma crise que enfraquece sua ação, as iniciativas privadas vindas das organizações de terceiro setor, que representam um conjunto de atividades privadas com fim público e sem fins lucrativos, tem um papel importantíssimo (TINOCO,2008,p.122).

A ideia da responsabilidade social dentro das organizações não está limitada nem as relações internas, como suporte aos funcionários através na melhoria da qualidade de vida, e nem as externas, por ações de melhoria na comunidade. A atitude socialmente responsável demanda do conjunto de ações da empresa (KARKOTLI,2007,p.45).

DOWBOR (2013, p.344) aponta que os problemas sociais, ambientais e econômicos ocorrem em nível local, onde a sociedade pode se organizar e depende de políticas públicas que nem sempre atendem as expectativas, nesse ponto o papel

de uma empresa com uma cultura voltada para a responsabilidade social pode fazer uma diferença.

A visão que a responsabilidade social pode ser considerada uma ferramenta, ou uma estratégia, para o aumento de lucros e o desenvolvimento das empresas é percebida por KARKOTLI (2007,p.45) que afirma ser uma tendência provocada pelo aumento da consciência do consumidor que procura produtos que gerem melhoria para o meio ambiente ou para a comunidade, valorizando a empresa que preza pela cidadania.

As empresas têm de se adaptar às novas realidades, globalização, novos valores pessoais, novos paradigmas, portanto devem assumir um papel mais amplo, que transcenda ao de sua vocação básica de geradora de riquezas, voltando-se cada vez mais para o social, ou seja, o investimento social (KARKOTLI,2007,p.51).

Se no passado questões como responsabilidade social pudessem ser consideradas como menos importantes por parte das empresas, não é mais. O atrelamento da marca da empresa a uma imagem ética é tratada de forma séria visando o reconhecimento dos consumidores, inclusive no Brasil. Nesse sentido KARKOTLI (2007,p.58) afirma que “a marca é o maior patrimônio que uma empresa pode ter e ela só se fortalece se houver um conceito amplo de responsabilidade social”.

A responsabilidade social está ligada a direitos sociais constitucionais como saúde, trabalho e assistência aos desamparados. Na visão de SIMÃO FILHO e PEREIRA (2014,p.94), embora esses itens não sejam responsabilidade direta das empresas particulares, tende a crescer o sentimento da responsabilidade com o bem-estar coletivo como um modelo de solidariedade empresarial.

Uma forma encontrada por empresas para que passem a atuar de forma mais efetiva e socialmente voltada à comunidade é a de fundarem institutos ou fundações, destinando desta forma recursos específicos e melhorando inclusive no controle do que é feito. Nesse enfoque o investimento social pode adquirir característica de estratégia social, pois há o investimento focado e dirigido com um fim específico de assistencialismo (SIMÃO FILHO e PEREIRA,2014,p.94).

Dentre as responsabilidades atribuídas às empresas, a econômica e a legal são apontadas como seu alicerce. A responsabilidade social é a união de todas as responsabilidades citadas – legal, econômica, ética e filantrópica -, que, se estiverem alinhadas, cumprirão uma função social mais ampla, que é aquela desejada pela sociedade (REIS e MEDEIROS,2007,p.17).

## 1.2 STAKEHOLDERS

Em 1984 o professor R.Edward Freeman criou o termo *stakeholder*, ou detentor de interesses, e o definiu como sendo qualquer pessoa que seja afetada, ou mesmo que possa ser afetada, pelo desempenho de uma organização. Dentro desse conceito pode dividir os *stakeholders* entre internos (empregados), os de cadeia de valor (fornecedores e clientes) e os externos (comunidades, investidores, ONGs e até futuras gerações (SAVITZ,2007,p.65).

A respeito do termo *stakeholder*, é comum o uso dele em inglês mesmo por não existir um equivalente em português que contenha o significado exato da palavra original. Expressões que são usadas como “parte interessada”, “grupo de interesse” ou mesmo “público de interesse” não trazem o significado exato que seria “alguém que tem interesse em jogo” (ALMEIDA, 2007, p.155).

Segundo aponta a GRI (2011, p.35), os *stakeholders* são todos os grupos que afetam ou são afetados pelas atividades de uma organização e toda a organização os tem, podendo ser considerados também como aliados e parceiros da organização.

Oliveira (2013, p.71) amplia que os *stakeholders* são grupos de interesse com certa legitimidade que exercem influência sobre a empresa, interferindo diretamente na sua atuação, e pressionando os diretores, acionistas e o corpo gerencial, tal interesse é motivado ou porque impactam e são impactados pela empresa, ou porque apenas se interessam com o seu funcionamento.

A capacidade das empresas trabalharem envolvidas com os *stakeholders*, como uma espécie de parceria, pode representar uma vantagem competitiva das empresas responsáveis como forma de influenciar a opinião pública e criar demanda

por seus produtos e serviços. SAVITZ (2007, p.95) avalia que as empresas que conseguem equalizar esse trabalho angariam boa vontade e apoio político, sendo dois itens valiosos de ativo intangível. A relação de stakeholders pode ser extensa, conforme figura 1.

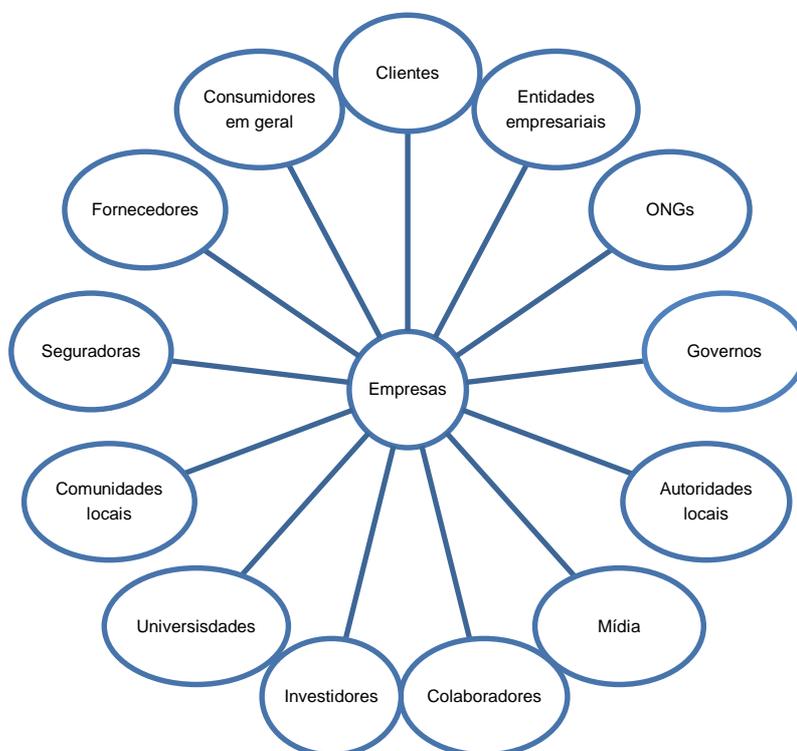


Figura1: Stakeholders - ALMEIDA (2007,p.159)

Freeman, ao implantar sua teoria dos *stakeholders* e da alocação de recursos organizacionais e o conseqüente impacto dessa alocação, propõe a divisão dos stakeholders em primários e secundários. Os primários (acionistas e credores) possuem direitos legais bem estabelecidos sobre os recursos organizacionais. Já os secundários (comunidade, funcionários, consumidores, entre outros) tem direito menos estabelecido sobre os recursos, ou então é baseado em critérios éticos (MACHADO FILHO,2006).

TINOCO (2004) aponta que os *stakeholders* tem características e interesses diferentes, pois como representam personagens diferentes possuem visões diversas da empresa, conforme fig 2.

Usuários	Metas relevantes
Clientes	Produtos com qualidade; recebimento de produtos em dia; produtos mais baratos.
Fornecedores e financiadores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego; número de funcionários.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o patrimônio líquido; retorno sobre o ativo; continuidade; crescimento no mercado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido; continuidade; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança; qualidade.

Figura 2: Stakeholders (Usuários) - TINOCO (2004, p.95)

ALMEIDA (2007,p.160) lembra que a própria empresa também é um *stakeholder* na sociedade, pois afeta a comunidade em que está inserida, e isso pode ser tanto de maneira positiva quanto negativa, da mesma forma também é afetada pela comunidade mais próxima e pela sociedade de maneira geral.

### 1.3 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social como ferramenta de demonstração de atividades sociais das empresas pode ser considerada como uma evolução das demonstrações contábeis. A visão oferecida pela empresa por outras demonstrações contábeis tem uma finalidade de demonstração voltada aos resultados e avaliação dos capitais recebidos e aplicados, de forma a garantir a visibilidade desejada por sócios, acionistas e o governo sem se preocupar com os aspectos relacionados a mão de obra (REIS e MEDEIROS, 2007, p.38).

A preocupação social teve seu primeiros indícios nos Estados Unidos por volta dos anos 30 e depois nos anos 60 foi também percebida na Europa na América Latina. O início dessas discussões está relacionado ao crescimento econômico e

suas consequências em termos de poluição, uso indevido de recursos naturais, exploração de mão de obra e condições de trabalho. Essas situações favoreceram a discussão em termos de como as empresas prestariam conta de suas relações sociais, que resultou em um primeiro esboço de demonstração chamada na época de relatório social (REIS e MEDEIROS, 2007, p.38).

Um dos fatos que contribuiu para a discussão a respeito da responsabilidade empresarial e as formas de demonstração foi a guerra do Vietnã que teve uma forte discussão na América do Norte devido não só ao próprio conceito anti-humanitário de guerra e ao uso de recursos para fabricação de armamentos.

Aliado a isso teve a corrida espacial onde a agência espacial americana, a NASA, passou a ter uma preocupação a respeito de implicações socioculturais oriundas do programa espacial.

Em 1999, o Índice Dow Jones definiu critérios no chamado *Social Audit* para avaliar a responsabilidade e a sustentabilidade das empresas definida por critérios econômicos, sociais e ambientais, dentro e fora do âmbito empresarial, tal criação teve forte influência na trajetória dos dois fatos citados anteriormente, guerra do Vietnã e corrida espacial (REIS e MEDEIROS, 2007, p.41).

Na Europa o país considerado como berço do Balanço Social foi a França, que teve seus debates incentivados pelas associações profissionais de setores da indústria, do comércio e de serviços, onde foi proposto a criação de “balanço humano” destinado as organizações demonstrarem suas atitudes relacionadas as suas responsabilidades sociais de modo que fossem registradas e divulgadas, principalmente no que dizia respeito aos empregos e condições de trabalho, e também aos investimentos sociais.

Como forma de atender a demanda por mais engajamento nos início dos anos 70 foi criado e divulgado o que foi considerado o primeiro Balanço Social das empresas, tendo sido concebido com a preocupação de que suas informações tivessem utilização prática para o empregado, através da análise do nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional, e também de caráter não decisório para o governo, sendo um documento que permite “apreciar a performance das organizações no domínio social registrar as realizações efetuadas e medir a evolução da empresa no que tange à sua responsabilidade social” (REIS e

MEDEIROS, 2007,p.43). Foi criado também como forma de visualizar de forma global a política da empresa em vários períodos, podendo assim comparar a evolução de sua atitude do decorrer dos anos.

Nos outros países da Europa, a aplicação do Balanço Social se iniciou a partir dessa época com Portugal e Bélgica divulgando, ou criando legislações para tal, seus relatórios também na década de 70 com ênfase nas relações de trabalho e emprego, no mesmo que a Inglaterra, embora neste país não seja considerado um demonstrativo obrigatório. Em países como Holanda, Suécia e Alemanha também a partir dos anos 80 começam a elaborar suas demonstrações sociais as vezes inseridas em outras demonstrações contábeis, como foi o caso da Holanda, com forte conteúdo ambiental, caso da Alemanha, e juntamente também partilhando do mesmo pensamento da Inglaterra de que o empregador é um parceiro e que a comunicação com os funcionários deve ser de forma natural e transparente. Ressalta-se o fato de que na Europa, assim como nos Estados Unidos, o Balanço Social é uma ferramenta para medir a influência da empresa no meio externo a ela já que o desenvolvimento da indústria muitas vezes leva as empresas e a sociedade a questionarem por exemplo o esgotamento de reservas naturais, contaminação na natureza e destruição de fontes de matéria-prima (REIS e MEDEIROS, 2007).

O início do Balanço Social na América Latina também foi motivado inicialmente por questões ligadas as responsabilidade principalmente trabalhista e desde os anos 60 houveram investigações para identificar as relações ente os empregados e as organizações através de processos de mediação social entre grupos empresariais cristãos, principalmente no Chile e no Brasil. Tendo as ideias europeias como base, mas traçando similaridades com a situação latino-americana, o objetivo era considerar as corretas peculiaridades da região para desenvolver o Balanço Social (GONÇALVES, 1980 apud REIS e MEDEIROS, 2007, p.52). O foco chileno no balanço social era principalmente trabalhista, com ênfase a seguridade social, acidentes de trabalho, qualificação funcional, salário e satisfação.

No caso do Brasil, a exemplo do que aconteceu em outros países da América Latina, em meados da década de 60 foi quando surgiu pela primeira vez a expressão *responsabilidade social*, mas foi apenas na segunda metade nos anos 70 que se começou a expandir a ideia da responsabilidade social principalmente em São Paulo devido a sua importância econômica e política. Embora a discussão em

torno do tema tenha se aprimorado na época, efetivamente o primeiro Balanço Social só foi publicado em 1984, tendo sido realizado pela estatal bahiana Nitrofértil (IBASE, 1998, p.16). Foi um passo importante no sentido de estudos e elaboração de relatórios cada vez mais aperfeiçoados sugeridos por institutos, como o modelo da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social no final dos anos 80, ou mesmo relatórios ampliados pelas próprias organizações no início dos anos 90 (REIS e MEDEIROS, 2007, p.58).

Com a criação e divulgação do modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE a partir dos esforços do sociólogo Herbert de Souza, foi lançado o primeiro modelo largamente difundido do Balanço Social em 1997, por apresentar uma forma simples e padronizada do relatório, porém não obrigatória. Entretanto o sociólogo não viveu muito para ver seu modelo ser difundido, vindo a falecer naquele mesmo ano.

A estrutura de uma forma simplificada de um Balanço Social, tomando o modelo do IBASE como exemplo, representa dados de dois exercícios anuais com indicadores quantitativos e qualitativos segregados em sete categorias a seguir (IBASE, 1998):

- Base de cálculo - informações financeiras, como receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta, são usados como base de cálculo percentual para avaliar o impacto dos investimento nas contas da empresa;
- Indicadores sociais internos - investimentos internos para atender ou beneficiar o corpo funcional como: alimentação, encargos sociais, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, auxílio-creche, participação em resultados e outros.
- Indicadores sociais externos – investimentos voluntários direcionados a sociedade em geral ou alguma comunidade externa como: projetos da área de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome, pagamento de tributos e outros;
- Indicadores ambientais – investimentos da empresa para compensar seus impactos ambientais ou para melhorar a qualidade ambiental da

produção que pode ser por inovação tecnológica ou programas de educação ambiental;

- Indicadores do corpo funcional – informações a respeito do relacionamento da empresa com seu público interno com relação a criação de postos de trabalho, mão de obra terceirizada, estagiários e valorização da diversidade e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia;
- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial – indicadores qualitativos que demonstram a participação do público interno e a distribuição dos benefícios. Também são mencionadas as diretrizes e processos desenvolvidos relacionados as políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa;
- Outras informações – campo destinado a divulgação de outras informações relevantes para a compreensão das práticas sociais e ambientais da empresa.

Oliveira (2013, p.145) aponta que o balanço social é principalmente um instrumento para tomada de decisões na empresa e que um relatório ruim que não desperte o interesse dos *stakeholders* prejudica também a cúpula da empresa em relação a informações que motivem decisões estratégicas.

#### 1.4 DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) reflete um demonstrativo com o objetivo de apresentar números que revelam a riqueza gerada pela entidade, assim como de que forma foi feita sua distribuição em um determinado período, sendo uma ferramenta fundamental para a gestão de empresa e também para os usuários da informação.

Quando aplicada para entidades governamentais torna-se um mecanismo auxiliar de análise do perfil e da contribuição da entidade podendo ser utilizada para abertura de linhas de crédito e incentivos.

Muitas são as informações apresentadas na DVA, e sua apreciação torna-se fundamental no processo de análise da entidade,

demonstrando o que ela adicionou de riqueza aos produtos/serviços, associada a sua distribuição. KROETZ (2000, p.41)

De forma simplificada a DVA representa a diferença entre os recursos consumidos de terceiros e o que ela produziu, demonstrando o valor que foi agregado ao produto.

O valor adicionado bruto (VAB), também conhecido como valor agregado, significa que no processo de comercialização de bens e serviços, a empresa adquiriu bens e serviços no mercado que sofreram um processo de transformação antes de serem comercializados, resultando na equação conforme TINOCO (2008, p.65):

$$\text{Vendas} - \text{Compras} = \text{Valor Adicionado Bruto (VAB)}$$

Mesmo antes de sua obrigatoriedade TINOCO (2008, p.65) já apontava para a importância da DVA:

“A elaboração e a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrações contábeis/financeiras das organizações.”

Quando a análise é feita levando-se em conta os agentes sociais, a informação de como é dividido e para quais segmentos torna-se o ponto principal, pois sua distribuição por ocorrer entre: pessoal, na forma de salários e benefícios; acionistas, com remunerações e dividendos; Estado, por impostos diretos, indiretos e taxas; e financiadores pela remuneração dos juros investidos no negócio.

A exigência da publicação da DVA deu-se pela lei 11.638/07 e regulamentada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (CPC 09), que a incluiu na relação de demonstrações financeiras obrigatórias para companhias abertas (S/A), mas mesmo assim a sua publicação para os outros tipos de sociedade também é recomendada, mesmo que apenas para efeitos de gestão.

A elaboração da DVA é complementar as outras demonstrações financeiras, sem ter a função de substituir alguma delas pois cada uma tem função, resultado e destinação específica. No caso da DVA, em que a sua mensuração é calculada em função do valor dos bens e serviços produzidos, sua finalidade é produzir informação

para uso dos grupos participantes nas operações, também conhecidos por *stakeholders*.

A DVA quando utilizada em instituições financeiras tem características diferentes das organizações não-financeiras pois apresentam receitas oriundas da intermediação financeira e de prestação de serviços.

“Os bancos recebem riqueza criada por terceiros sob a forma de juros como remuneração do capital que lhes emprestam. Os bancos pagam juros a terceiros quando o capital que eles aplicam é captado externamente. A remuneração desta intermediação é o líquido dos juros pagos e recebidos. Os juros recebidos referentes ao capital próprio aplicado em empréstimos são também remuneração do Banco. Esta remuneração, receita financeira líquida das despesas financeiras, é, para os bancos, considerada produtora de valor adicionado”.  
(LUCA, 1998 apud NETO, 2004, p.36)

Conforme NETO (2004, p.36) as receitas financeiras proveniente de receitas de intermediação financeira não figuram como valor adicionado para os bancos, pois refletem os juros recebidos das empresas, que por vez representam parte do valor adicionado gerado por empresas não-financeiras e distribuído na forma de juros do capital de terceiros.

A contabilização brasileira segue a convenção internacional para as instituições financeiras onde as receitas financeiras são deduzidas das despesas financeiras e são consideradas como geradoras de valor agregado (NETO, 2004, p.36).

Devido a essa convenção, onde é atribuído às instituições financeiras um valor adicionado que não exatamente é gerado por elas, na contagem de todos os valores adicionados a economia para cálculo do PIB, as parcelas de valor adicionado distribuída em forma de juros por empresas não-financeiras e recebidas pelos bancos são computadas em duplicidades para o PIB, pois os banco as consideram como receitas financeiras geradoras de valor agregado. Para evitar distorções no cálculo do PIB esses valores são eliminados no item *Menos: imputação dos serviços de intermediação financeira*.

## 1.5 GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização não-governamental fundada em 1997 pela CERES e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Atualmente está sediada em Amsterdã e conta com representantes regionais, também chamados de Pontos Focais (*Focal Points*) na Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos.

A GRI promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade que podem ser adotados por todas as organizações através do desenvolvimento de uma estrutura de relatórios e das diretrizes para sua elaboração com base em princípios e indicadores que as organizações usam para medir e comunicar seu desempenho econômico, social e ambiental.

Tem como visão “uma economia global sustentável onde organizações podem medir seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais, sociais bem como os relacionados à governança, de maneira responsável e transparente”.

A GRI atua também em forma de parceria com organizações internacionais como: Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OECD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e o Pacto Global das Nações Unidas (UNGC).

Suas diretrizes mantêm conexões com a Corporação Financeira Internacional, a Organização Internacional para Padronização e com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O relatórios de sustentabilidade modelo GRI atualmente são muito difundidos e utilizados pelas mais diferentes empresa a redor do globo, isso favorece uma maior padronização com o objetivo, entre outras coisas, de comparação e controle por parte das empresas usuárias.

O Brasil foi o primeiro país onde a GRI estabeleceu um Ponto Focal por identificar que a prática empresarial responsável é vital para a estabilidade de longo prazo do país, estando atualmente sediado no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e trabalha diretamente com instituições parceiras pelo país, inclusive com o Instituto Ethos.

O Ponto Focal Brasil com o objetivo de ampliar a rede de empresas relatoras tem como focos: promoção da difusão dos relatórios de sustentabilidade; comunicação de progressos em relatórios aos grupos de *stakeholders*; direcionamento do *feedback* emitido pelo *stakeholders* para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos relatórios de sustentabilidade.

Segundo o *Global Report Initiative* (GRI) um relatório de sustentabilidade é um relatório produzido com a finalidade de divulgar o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora e o seu preenchimento permite medir desempenhos, estabelecer objetivos e monitorar mudanças operacionais, sendo uma plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos e também para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de forma contínua.

A meta da GRI ao desenvolver um modelo com padronização internacional é “criar uma linguagem comum para que todos os tipos e portes de organizações possam gerir e relatar seu desempenho. Não importa que estejam na Austrália, Índia, África do Sul ou Japão” (GRI, 2011).

A confecção do relatório de sustentabilidade no padrão GRI segue cinco etapas que foram elaboradas conforme a filosofia da *Global Report Initiative*, e divulgadas em manuais e livros de orientação:

- Prepare – promover a discussão interna, em especial no nível gerencial, a respeito das decisões do dia-a-dia e os impactos que provocam;
- Conecte-se – buscar a contribuição dos *stakeholders* para definir quais tópicos deverão ser abordados;
- Defina – estabelecer o que gerir e sobre o que relatar e com a ajuda dos *stakeholders* confirmar se os resultados positivos e negativos apontados pela equipe gestão são realmente os que importam;
- Monitore – monitorar o desempenho da empresa através dos indicadores GRI para acompanhar seu desempenho com relação a sustentabilidade;
- Relate – verificar o processo de monitoramento para obter informações de qualidade e o consequente feito com dados confiáveis.

Segundo observa a GRI (2012, p.11), a capacidade que a empresa desenvolve na elaboração de um processo de monitoramento e relato, fruto do melhor entendimento da relação entre seu desempenho cotidiano e a sustentabilidade, torna-se um fator de vantagem em mercados competitivos pois vem sendo reconhecido como um indicador da qualidade de sua gestão.

## 1.6 IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE - foi fundado em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza, também conhecido como Betinho, como sendo uma organização da sociedade civil que tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de um cidadania ativa.

Já nos primeiros anos o Betinho se aproximava de empresários que estavam dispostos a contribuir com projetos de cunho social, como campanha contra a Aids e também em favor de crianças e adolescentes. Tal engajamento por parte das empresas eram enxergadas como ações filantrópicas.

Em 1993 foi lançada a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, conhecida popularmente como Campanha contra a Fome, onde através de mobilização nacional trouxe mais a tona os problemas de desigualdade e a questão mais em evidência, a fome, que serviu para demonstrar que as empresas poderiam fazer algo efetivamente pelas questões sociais.

No período de maior projeção da campanha, entre 1993 e 1995, houve a mobilização de diversas organizações públicas e privadas, tendo sido algumas das primeiras a se engajarem na ação entidades como a Fundação Abrinq e o Sebrae, contanto também com empresas estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas.

Após essa experiência o Ibase trabalhou com a ideia que ações sociais e ambientais por parte das empresas realizadas de maneira independente não só era desejável como também deveria ser incentivada na sociedade.

Embora já na década de 1980 começarem a surgir as primeiras publicações de Balanço Social por empresas brasileiras, tal iniciativa só ganhou mais visibilidade quando o Ibase lançou em 1997 o primeiro modelo padronizado do relatório a ser

utilizado por empresas brasileiras e também uma campanha para que as empresas divulgassem anualmente seus balanços sociais.

Na criação no modelo criado por Betinho e a equipe do Ibase, desenvolvido em parceria com diversos representantes de empresas público e privadas buscou-se a simplicidade pois apresenta um balanço simples e objetivo que pudesse ser utilizado pelas mais diferentes empresas independente os seu tamanho e setor.

O Ibase passou a atuar no sentido de que cada vez mais empresas passassem a ter uma postura mais transparente e responsável do ponto de vista social através da realização de palestra e seminários. Uma das formas de serviu para valorizar as empresas que publicassem o balanço social no modelo Ibase foi o Selo Empresa Cidadã, criado pela Câmara Municipal de São Paulo e distribuído pelo Ibase para as empresas que publicassem seu modelo como forma de engajamento social.

No mesmo ano de criação balanço social, em 1997, falece o Betinho vítima da Aids contraída em um transfusão de sangue por conta da hemofilia.

A instituição atualmente está organizada em sete núcleos que são responsáveis pela gestão direta de projetos. Esses núcleos são: emancipação social e políticas públicas; democratização do Estado e da economia; cidades e territórios; política democrática e participação cidadã; diálogo dos povos a alternativas democráticas à globalização; comunicação social; e desenvolvimento institucional.

Esses seus núcleos devem ter todos seus projetos pautados por seis linhas gerias, que são: alternativas de desenvolvimento e criação de novos paradigmas; combate ao racismo e ao patriarcalismo; direitos humanos; estratégias de comunicação; estratégias de gestão e sustentabilidade política e financeira; e Fórum Social Mundial.

## 1.7 ETHOS

O instituto Ethos é uma OSCIP, ou seja, um Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, tal designação é um título fornecido pelo Ministério da Justiça cuja finalidade é o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal).

O Instituto Ethos foi fundado em 1998, mesmo ano em que lançou o manual Responsabilidade Social nas Empresas – Primeiros Passos e nasceu da ideia de um grupo de empresários de empresas renomadas como Natura, Metal Leve, Yazigi, Agrinq, Construcap, Elka Plásticos e GE-Dako e poucos dias depois apresentada a mais de 40 líderes empresariais como uma entidade empenhada em mobilizar as empresas para uma gestão socialmente responsável nos negócios.

A sua criação foi no ano seguinte ao do Ibase ao perceber que a atuação socialmente responsável das empresas era muito ligada a filantropia e trouxe a proposta de incorporar a responsabilidade social empresarial nas gestão das corporações tornando-as parceiras no desenvolvimento do país.

As ideias de formato para o Instituto Ethos foram potencializadas em 1997 quando da I Conferência de Responsabilidade Social das Américas realizada em Miami por instituições como a *Social Venture Network (SVN)* e a *Business for Social Responsibility (BSR)* e reuniu empresas norte e latino-americanas para discutir o tema. Em 1999 foi realizada a segunda edição dessa conferência em São Paulo sendo considerada a primeira conferência do Instituto Ethos.

O Instituto Ethos atua junto a empresas através de prática da responsabilidade social no sentido de orientação quanto a: compreender e assumir o conceito de empresa socialmente responsável; implemento de políticas e práticas éticas; demonstrar aos acionistas a relevância da prática socialmente responsável; identificar formas de inovação para parcerias com a comunidade; e prosperar com desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

Em 2004 foi criado Uniethos, entidade independente e sem fins lucrativos destinada a atuar junto a empresas através de capacitações customizadas e que destina os recursos obtidos através da cobrança desse serviços para produção de conhecimento público.

### 1.7.1 INDICADORES ETHOS

Conforme consta no próprio manual editado pelo Instituto Ethos a partir de uma extensa revisão iniciada em 2010, Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis são uma ferramenta auxiliar para as empresas no

sentido de incorporar uma gestão de conceitos e compromissos que as mesmas assumem no sentido do desenvolvimento sustentável.

Os Indicadores Ethos, como são costumeiramente conhecidos, tem como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social tem sido incorporadas nos negócios, tendo como suas funcionalidades: flexibilidade para aplicação pelas empresas; geração de relatórios próximos da realidade de gestão da empresa; mecanismos para planejamento e compartilhamento com as partes interessadas; e desenvolvimento da sustentabilidade nas cadeias de valor.

Os Indicadores Ethos, como instrumento de diagnóstico da situação empresarial aborda os seguintes temas:

- Valores e transparência;
- Comunidade interna;
- Meio ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores;
- Comunidade;
- Governo e sociedade.

Na versão atual dos Indicadores Ethos houve a integração entre outras iniciativas com o objetivo de contemplar os avanços do movimento de RSE/sustentabilidade no Brasil e mundo. Fizeram parte desse esforço a integração com a Norma ABNT ISSO 26000, as Diretrizes G4 para a Elaboração de Relatos de Sustentabilidade da GRI de maneira a consolidar práticas e conhecimentos.

## 1.8 CONCLUSÃO SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A criação dos diferentes indicadores de sustentabilidade, ou indicadores de responsabilidade social foi um avanço no sentido ampliar as possibilidades para empresas poderem divulgar seus balanços sociais, ou seus relatórios de sustentabilidade. A decisão que qual padrão usar vai de cada caso e cada empresa.

O modelo mais simples, do Ibase, tem justamente na sua simplicidade o seu maior trunfo, pois nele é possível efetuar a prestação de contas social utilizando um quantidade relativamente pequena e fácil de ser obtida em outros relatório contábeis, por exemplo.

Os melos ETHOS e GRI são bem mais elaborados e completos. A utilização por parte da empresa deixa a divulgação com um nível de detalhamento excelente do ponto de vista de apresentar seus dados.

O Banco do Brasil utiliza em seus relatórios a combinação de dois modelos. O relatório anual do banco segue os critérios e normas do GRI, desta forma pode-se publicar índices, cotações, dados atualizados, demonstrar projeto de investimento e também o Balanço Social que segue as normas do Ibase e a Norma Brasileira de Contabilidade 15 (NBCT 15) (anexo 1).

Para este estudo no capítulo 3 serão utilizados principalmente os Balanços Sociais para realizar análises verticais e horizontais e apurar a evolução dos investimentos em responsabilidade social baseado nas publicações os últimos 5 anos e apurar a relevância com a receita líquida no período.

## 2. SISTEMA FINANCEIRO E O BANCO DO BRASIL

### 2.1 SISTEMA FINANCEIRO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem em sua composição um conjunto de instituições com o propósito de manter o fluxo de recursos entre poupadores e investidores e, por meio de uma série de normas e procedimentos, mantém a ordem no mercado financeiro que, por sua natureza dinâmica, propicia a elevação das taxas de poupança e investimento favorecendo o crescimento econômico.

Em 1964, através de Lei nº 4.595/64 foram estabelecidas as regras que definem as instituições financeiras. Também conhecida como Lei da Reforma Bancária, exibe em seus parágrafos uma divisão mais adequada das funções das entidades na época:

**Art. 17.** Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

**Parágrafo único:** Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

O Sistema Financeiro Nacional é segmentado em:

- Sistema normativo - instituições que determinam e regulam seu funcionamento, dentre as quais destacam-se: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência de Previdência Complementar.
- Agentes financeiros – entidades que operam o SFN e que são divididos em:
  - Instituições especiais: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica

Federal (CEF) e Bancos de Desenvolvimento, destacando o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia.

- Instituições auxiliares: Sociedades Corretores de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM), Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), Bolsa de Valores, com destaque para a BM&FBovespa, além das câmaras de compensação com a Selic e a Cetip.

- Intermediários financeiros: esta categoria se divide em monetários (ou bancários), que são os bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas e cooperativas de crédito; e também os não-monetários (ou não-bancários) que são: banco de investimento, empresa de arrendamento mercantil (empresas de leasing), sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), associações de empréstimo e poupança (APE) e seguradoras.

Como forma de contribuir para o estudo, serão destacadas a seguir algumas das principais instituições do Sistema Financeiro Nacional.

## 2.2 BANCO CENTRAL

A mesma Lei 4595/64 citada anteriormente foi a criadora do Banco Central do Brasil que é o órgão executivo do Sistema Financeiro Nacional e tem como objetivo ser o principal executor das disposições que regulam o perfeito funcionamento do mercado financeiro e também as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

É o órgão central regulador e fiscalizador das instituições financeiras público e privadas que atuam no país e também responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional e tem seus objetivos listados em:

- zelar pela adequada liquidez da economia;
- manter as reservas internacionais em nível adequado;
- estimular a formação de poupança;
- zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

Suas principais atribuições são:

- emitir papel-moeda e moeda metálica;
- executar os serviços do meio circulante;
- receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- exercer o controle de crédito;
- exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e
- controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

### 2.3 BNDES

Fundado em 1952, o BNDES é o órgão responsável pela política de investimentos do Governo Federal voltado a financiamentos de longo prazo para atuação em todos os segmentos da economia com destaque no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços.

O banco tem uma política sustentada nas dimensões social, regional e ambiental e vem implementando linhas de investimentos sociais, voltadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

Os recursos disponibilizados pelo BNDES são destinados a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços, estruturação de capital de empresas privadas, também participa com financiamentos

não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Conforme cita NEWLANDS JR (2010, p.23) os objetivos básicos do BNDES são:

- impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país;
- fortalecer o setor empresarial nacional;
- atenuar os desequilíbrios regionais;
- promover o desenvolvimento das atividades agrícolas, industriais e de serviços;
- promover o crescimento e a diversificação das exportações.

## 2.4 FEBRABAN

A FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos foi fundada em 1967 com sede em São Paulo, é apontada como a principal entidade que representa o setor bancário no Brasil e tem a função de representar seus associados nas esferas do governo dentro dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou outras entidades que representem a sociedade, como entidades de classe por exemplo.

Um outro foco da FEBRABAN é desenvolver o crescimento do acesso da população aos produtos e sistemas financeiros.

Segundo consta no site da entidade, atualmente seu quadro de associados conta com 121 instituições financeiras que juntas representam 93% do patrimônio líquido e 97% dos ativos totais do sistema bancário brasileiro.

## 2.5 CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

O CMN iniciou suas atividades em 1965 e é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a função de formular a política monetária, creditícia e cambial do país, com foco para a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

Gremaud (2007, p.599) destaca que o CMN é responsável por determinar a quantidade de meios de pagamento necessários ao funcionamento da economia,

ainda regular o valor interno e externo da moeda nacional, assim como determinar normas de atuação das instituições financeiras.

O papel do CMN como órgão regulador ligado ao Banco Central e juntamente com comissões consultivas como a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc) faz com que o Conselho esteja diretamente ligado a regulamentações a serem aplicadas dentro de sistema financeiro, e publicadas no próprio site do Banco Central, como por exemplo:

- normas para contratação de operações de crédito;
- definição dos encargos financeiros em programas amparados por recursos do BNDES;
- definição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- define as normas de contratação de crédito rural, entre outras.

No CMN fazem parte: o Ministro da Fazenda como Presidente do Conselho; o Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Presidente do Banco Central do Brasil.

O CMN juntamente com o Banco Central foram responsáveis pela LEI 4327/2014 que trata a respeito de responsabilidade social no sistema financeiro e que pode ser consultada no anexo 2.

## 2.6 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa Econômica Federal (CEF) foi criada em 1861 já com a indicação de ter em sua atuação um forte apelo social além de ser uma instituição 100% pública.

A Caixa, como também é conhecida, cumpre também as mesmas atividades desempenhadas por bancos comerciais e múltiplos, como recebimento de depósitos à vista e a prazo, cadernetas de poupança, empréstimos e financiamentos, empréstimos consignados a funcionários públicos e para aposentados e trabalhadores de empresas privadas com desconto direto em folha de pagamento.

Sua atuação no desenvolvimento social está fortemente ligada ao fato de ser o principal agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) operando no financiamento da casa própria, em especial no segmento de baixa renda.

O SFH foi instituído em 1964 com a função de desenvolver a construção civil e facilitar o acesso a casa própria, anteriormente o órgão fiscalizador do SFH era o Banco Nacional de Habitação (BNH) que foi incorporado pela CEF em 1986 tornando-a o maior agente nacional de financiamento da casa própria e desenvolvedor urbano.

A partir de 1990 a Caixa também passou a centralizar as contas do FGTS que até então eram administradas por cerca de 70 instituições bancárias.

Newlands Jr (2010, p.25) destaca outros objetivos específicos aplicados nos estatutos da CEF:

- administrar, com exclusividade, os serviços das loterias federais;
- constituir-se no agente operador exclusivo e principal arrecadador do FGTS;
- ter o monopólio das operações de penhor civil, através de empréstimos garantidos por bens de valor e alta liquidez como joias, metais e pedras preciosas, etc.

A missão divulgada pela Caixa em seu site é “atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

## 2.7 BANCO DO BRASIL

### 2.7.1 História

A criação do Banco do Brasil (BB) data de 1808, tendo inaugurado a primeira agência em 11 de outubro no Rio de Janeiro, por determinação do príncipe D. João VI que veio para o Brasil após Portugal ser invadido pelas tropas de Napoleão. O momento para fundação do banco era favorável pois no mundo existiam apenas três bancos emissores de moedas, Suécia, França e Inglaterra, além do que o Brasil passava por um momento de escassez de moeda e fatores como abertura dos portos, intensificação do comércio e declínio da mineração exigia um aumento no numerário.

O preâmbulo do decreto de criação do Banco do Brasil relata o seguinte:

“Eu, o príncipe regente, faço saber aos que este meu alvará com força de lei virem: que atendendo a não permitirem as atuais circunstâncias do Estado, que o meu Real Erário possa realizar os fundos, de que depende a manutenção da Monarquia e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessárias para a sua efetiva entrada; a que os bilhetes dos direitos das Alfândegas tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda sejam de um crédito estabelecidos, não são próprios para o pagamento, ainda sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento de soldos, ordenados, juros e pensões, que constituem os alimentos do corpo político do Estado, os quais devem ser pagos nos seus vencimentos em moeda corrente; e a que os obstáculos, que a falta de giro dos signos representativos dos valores põem ao comércio, devem o quanto antes ser removidos, animando e promovendo as transações mercantis dos negociantes desta e das mais praças dos meus domínios, e senhorios com as estrangeiras. Sou servido ordenar que nesta capital se estabeleça um Banco Público, que na forma dos Estatutos, que este baixam, assinados por Dom Fernando José de Portugal, do meu Conselho de Estado, ministro Assistente ao Despacho do Gabinete, presidente do Real Erário e secretário de Estado dos Negócios do Brasil, ponham em ação os cômputos estagnados, assim em gêneros comerciais, como em espécies; Cunhadas; promova a indústria nacional pelo giro, e combinação dos capitais isolados, e facilite juntamente aos meios, e aos recursos, de que as minhas rendas reais e as públicas necessitarem para ocorrer às despesas do Estado” (EGYPTO, 2009, p.52).

Conforme cita o texto, o banco então criado serviria não só para ampliar a oferta de numerário para o desenvolvimento da economia, mas também para custear os gastos da corte. O momento da chegada na família real coincidiu com a abertura dos portos brasileiros ampliando o comércio de produtos de quaisquer gêneros, com isso o consumo crescente de artigos estrangeiros desequilibrou a balança comercial brasileira.

Foi constituído com um capital inicial de 1.200 contos de réis e a validade do banco tinha um prazo definido de 20 anos e após esse prazo se dissolveria ou seria novamente constituído de acordo com a vontade do governo.

Entre as transações que podiam ser feitas no período pelo banco estavam o desconto mercantil de letras de câmbio, depósito em dinheiro e ouro ou prata, emissão de letras pagáveis ao portador, comissão de venda dos gêneros privativos dos contratos e administração reais, como diamantes e pau-brasil. O banco não poderia receber valores de transações contrárias a segurança nacional, como contrabando.

O desenvolvimento dos portos e o mercado de produtos agrícolas, embora tenham sido fatores motivadores para a criação do banco, foi mais lento que o planejado e o banco só passou a funcionar efetivamente mais um ano depois de sua criação. Uma das medidas para melhorar a situação a inclusão da Real Fazenda como acionista do banco, destinando por um período de 10 anos a arrecadação de antigos e novos impostos e abrindo mão de lucros por um período de 5 anos.

Essa fase do Banco do Brasil chegou ao fim em 1829 com a extinção do banco fruto de má administração na emissão de letras e títulos, extravios de recursos, figurando diversas vezes transações sem escrituração ou irregulares.

Após a liquidação do banco e até a criação do Banco Comercial do Rio de Janeiro não havia nenhum outro banco legalizado no país, fazendo com financiamentos em comerciantes e consumidores se tornassem comuns, assim com empréstimos para os produtores rurais em troca de colheitas.

Após esse período e com a melhora da economia, favorecendo a abertura de diversos bancos estaduais, foi criado apenas em 1851 um novo Banco do Brasil por iniciativa do Barão de Mauá, considerado o empresário brasileiro mais ativo da época, este banco embora tivesse seus estatutos aprovados pelo governo, não tinha participação direta nele.

Em 1853, foi criado por lei um novo Banco do Brasil, pela iniciativa do Visconde de Itaboraí, tornando-se também seu primeiro presidente e patrono, também tendo sido ministro da fazenda. Esse novo banco surgiu da fusão entre o banco criado pelo Barão de Mauá e o Banco Comercial do Rio de Janeiro e para

isso foram emitidas ações e parte delas foram distribuídas para os donos dos antigos bancos incorporados.

O novo Banco do Brasil tinha estatuto e regras mais definidas e poderia realizar somente as seguintes operações ( BANCO DO BRASIL, 2010, P.29) :

1. Descontar, sem exceder a décima parte do seu fundo efetivo e o prazo de quatro meses, letras de câmbio, da terra e outros títulos comerciais à ordem e com prazo determinado – garantidos por duas assinaturas de pessoas notoriamente abonadas, uma pelo menos residente no lugar em que se fizer o desconto -, e escritos das alfândegas e bilhetes do Tesouro;
2. Encarregar-se, por comissão de compra e venda de metais preciosos, de apólices da dívida pública e de quaisquer outros títulos de valores, bem como de cobrança de dividendos, letras e de outros títulos a prazo fixo;
3. Receber em conta corrente as somas entregues por particulares ou estabelecimentos públicos e pagar as quantias de que estes dispuserem, até a importância do que houver recebido;
4. Tomar dinheiro a prêmio por meio de conta corrente ou letras, a prazo superior a 60 dias;
5. Comprar e vender, por conta própria, metais preciosos;
6. Fazer empréstimos, sob penhor de ouro, prata, diamantes, apólices da dívida pública, de ações de companhias acreditadas que tenham cotação real e na proporção da importância realizada; de títulos particulares que representem legítimas transações comerciais e de mercadorias não sujeitas à corrupção, depositadas nas alfândegas ou armazéns alfandegados, mas não podendo emprestar sobre penhor de suas próprias ações;
7. Fazer movimentos de fundos de umas para outras praças do Império;
8. Efetuar operações de câmbio para importar metais preciosos, ou impedir a exportação deles;
9. Emitir notas, isto é, bilhetes pagáveis, à vista e ao portador, os quais terão privilégios exclusivos de serem bem recebidos em pagamentos nas repartições públicas.

No final do século XIX houve uma crise financeira apontada por Costa (2012, p.45) como sendo uma “crise bancária detonada por política de estabilização imposta pela renegociação de dívida externa e conduzida dentro de padrões conservadores e solucionada com o dinheiro do contribuinte”, que enfraqueceu o então Banco do Brasil e forçou o fechamento de vários outros bancos menores,

fazendo com que o banco para continuar sofresse um processo de reorganização que ocorreu em 1905 através de uma ação direta do Tesouro Federal que passou a deter um terço das ações do novo banco e torná-lo sob o controle direto da União com o presidente do banco sendo nomeado pelo presidente da república.

Esse novo Banco do Brasil que efetivamente é o que perdura até hoje, embora tenha tido o Tesouro Federal como acionista majoritário apenas 1923, já desde sua reorganização, citada anteriormente, passou a atuar como instituição pública.

### 2.7.2 Funções do banco

O Banco do Brasil foi a primeira instituição financeira do país e, durante muito tempo, funcionou, na prática, como um “Banco Central”, realizando compensação de cheques, empréstimos a outros bancos (redesconto) e grande parte da política monetária e cambial. Com a criação do Banco Central do Brasil em 1964, o Banco do Brasil perdeu, gradativamente, essas funções.

Atualmente, além de se tornar um banco múltiplo de fato, com todas as funções e produtos bancários dos bancos múltiplos privados, o Banco do Brasil ainda exerce algumas funções especiais, entre as quais se destacam:

- Ser o principal executor dos serviços bancários do governo federal e dos órgãos públicos federais;
- Realizar o pagamento dos encargos da dívida pública federal;
- Executar a política de preços mínimos dos produtos agropecuários, conforme determinação do governo federal.

O BB classifica-se como agente financeiro do Tesouro Nacional, sendo responsável pela conta única da União e pelo repasse de recursos aos outros entes da Federação. Também atua na captação de recursos de fundos e programas.

Além do papel desempenhado junto à União, o Banco do Brasil é sobretudo um banco comercial que conforme destaca CARVALHO (2000,P.255) é uma instituição especial porque cria depósitos à vista sendo o principal tipo de intermediário financeiro encontrado na economia.

O papel do intermediário financeiro é destacado por DOWDOR (2014, p.23) ao comparar os intermediários da economia com os órgãos do corpo humano, ou seja, são partes e fundamentais para o funcionamento do sistema por completo, tendo os intermediários financeiros a função de financiar as atividades e que todos nós somos obrigados ter contato com eles para movimentarmos nossos recursos.

Conforme destaca no seu relatório anual de 2014, o Banco do Brasil tem um modelo de negócio “orientado a geração de resultados sustentáveis alinhado a valores sociais” e tem o objetivo de conciliar interesses públicos e privados para garantir retorno aos acionistas. Unindo desta forma, investimentos, negócios e benefícios conforme figura :



Figura 3: Modelo de negócio (Relatório anual BB – 2013)

O BB é signatário dos Princípios do Equador desde 2005, que é um conjunto de políticas e diretrizes que devem ser observados na análise de projetos de

investimento que segundo aponta nos princípios fosse superior a U\$ 10 milhões, o banco no entanto desde 2009 ampliou a utilização dos Princípios para projetos de financiamento de qualquer valor. Oliveira (2013, p.168) destaca que os Princípios são de adesão voluntária pelo qual as instituições que aderem a eles se comprometem a analisar e gerir os riscos socioambientais dos projetos financiados, que passam por uma classificação de nível de risco para análise de impacto, podendo inclusive ser rejeitado o seu financiamento.

No relatório anual de 2012 o banco relata que promove uma análise de risco socioambiental dos projetos a serem financiados, de modo a não terem impactos relevantes que segundo os princípios se dividem em duas categorias:

- Categoria A – impactos socioambientais diversos significativos e potenciais, considerados variados, irreversíveis ou sem precedentes;
- Categoria B – impactos socioambientais adversos potencialmente limitados, com número reduzido, geralmente específicos do local, em grande parte reversíveis e facilmente dirimidos por medidas de mitigação.

Para tanto o banco exige por parte do tomador do financiamento o cumprimento de diversas regras que incluem o cumprimento da legislação do país, o controle do processo com emissão de relatórios periódicos e respeitar planos de ação estabelecidos.

### 2.7.3 Dados sobre o banco

Segundo consta nos relatórios anuais do banco em 2014, o BB é a maior instituição financeira da América Latina em volume de ativos, atingindo R\$ 1,4 trilhão em 2014, um aumento de 10,2% em relação ao ano anterior, e que representa 20,8% do mercado bancário. Possui 61,6 milhões de clientes, aumento de 0,4% em relação a 2013 e em 2014 teve uma evolução de 9,8% da carteira de crédito ampliada ao atingir um saldo de R\$ 760,1 bilhões e um lucro líquido de R\$ 11,2 bilhões, lucro este 28,6% inferior a 2013.

Dentre as instituições financeiras que operam no país, o BB é o que possui a maior rede própria de atendimento, estando presente em 99,8% dos municípios brasileiros com 18.956 pontos de atendimento, sendo 5.524 agências, 1.699 postos

de atendimento, 11.733 postos de atendimento eletrônico, sendo portanto a maior rede de agências do país com 23,9% do total. Número esse que aumenta para 69,1 mil pontos de atendimento ao se incluir também a rede de correspondentes Mais BB com 15.538 pontos sendo 6.191 do Banco Postal, e mais 34.641 da rede compartilhada como por exemplo o Banco24horas. Sua atuação também está presente no exterior, com 45 unidades em 24 países e 1.083 bancos conveniados como correspondentes em 135 países, sendo o maior banco brasileiro a atuar no exterior.

Merece destaque a inauguração em 2014 de uma unidade na cidade de Xangai na China, sendo a primeira agência de um banco da América latina naquele país.

Detêm 21% de participação do mercado de crédito junto ao Sistema Financeiro Nacional com R\$ 687,9 bilhões em carteira, aumento de 10,3% em relação a 2013.

No setor de crédito ao agronegócio brasileiro é líder absoluto com 63,5% de participação no mercado ao atingir uma carteira de R\$ 164,9 bilhões em 2014.

O Banco do Brasil é líder no mercado de câmbio no segmento de exportação e importação de câmbio, com volumes de US\$ 62,2 bilhões e US\$ 51,2 bilhões respectivamente e participação de mercado de 27,3% e 23,5% respectivamente. No financiamento ao comércio exterior suas operações de contrato de câmbio totalizaram US\$ 10,3 bilhões ou 26,3% do mercado.

A revista Forbes apontou o banco em 2014 como a 4ª maior empresa do Brasil e a 104ª maior do mundo.

O banco divulga que a sua cultura é refletida no conjunto de valores que lista:

- Ética e transparência;
- Compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades e do País;
- Responsabilidade socioambiental;
- Respeito ao consumidor;
- Excelência e especialização no relacionamento com o cliente;
- Gestão participativa, decisão colegiada e trabalho em equipe;
- Ascensão profissional baseada no mérito;

- Marca como diferencial competitivo;
- Pró-atividade na gestão de riscos;
- Comprometimento com solidez, rentabilidade, eficiência e inovação;
- Respeito à diversidade;
- Compromisso com os acionistas e a sociedade.

Nos relatórios anuais destacam-se algumas ações recentes, a seguir:

Em 2015 o BB foi reconhecido pelo 2º ano consecutivo como uma das empresas mais éticas do mundo pelo Instituto Ethisphere que é líder mundial na definição e promoção dos padrões e práticas comerciais éticas. O BB foi o único banco da América Latina que figura na lista dos vencedores e que conta com apenas duas empresas brasileira, sendo a Natura a outra empresa a receber tal certificação. Tal prêmio é concedido a companhias que demonstram excelência em controles internos, gestão do risco, cultura da ética, sustentabilidade e governança corporativa e não representa um ranking, tendo o objetivo de reunir as companhias que não apenas promovem normas e práticas éticas internamente, mas extrapolam as exigências legais de *compliance*.

Em 2014 o BB figurou com um 4º lugar como uma das marcas mais valiosas do Brasil conforme o Ranking Interbrand divulgado pela Folha de São Paulo. Também constou no *Top of Mind* como uma das marcas mais lembradas em todo o país apontado pelo Instituto Datafolha, sendo que desde 1992 é o líder na categoria bancos. Ficou com o 2º lugar na categoria de Instituições Públicas no ranking das melhores empresas para você trabalhar da Revista Você S/A. Eleita a empresa do ano e também a vencedores no setor Bancos no prêmio “As Melhores da Dinheiro 2014”.

O BB é 3º marca mais valiosa do país e a 94º no mundo, avaliada em US\$ 9,9 bilhões, conforme levantamento da consultoria *Brand Finance*.

O *Reputation Institute* no Brasil que avalia reputação institucional concedeu nota 71,99 ao BB, tendo concedido ao setor bancário em geral nota 43,31.

No segmento de gestão de pessoas, foi reconhecido em 2014 como líder pelo prêmio As Empresas Mais Conscientes do Brasil, promovido pela revista Isto É. No mesmo caminho recebeu a certificação do *Top Employer Institute* com sede na Holanda como um dos cinco melhores empregadores do país e também foi o mais

bem avaliado no índice de práticas e gestão de pessoas pelo Tribunal de Contas da União.

Desde 2012 o banco é vencedor do Prêmio Época Empresa Verde promovido pela Editora Globo.

O BB adota as boas práticas de governança corporativa ditadas pelo Novo Mercado da BMF&Bovespa do qual faz parte efetivamente desde 2006.

Em 2014 o BB apontou pelo terceiro ano consecutivo no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, da Bolsa de Valores de Nova Iorque, constou também pelo décimo ano consecutivo no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa e foi selecionado para integrar o novo índice Dow Jones de Sustentabilidade Mercados Emergentes, tendo sido destaque como uma das instituições financeiras mais sustentáveis do mundo no *Sustainability Yearbook* que é organizado pela Robeco SAM que é a empresa responsável pelo índice Dow Jones de Sustentabilidade.

#### 2.7.4 Agenda 21

O BB aplica desde 2005 seu Plano de Sustentabilidade conhecido por Agenda 21 que opera sobre três eixos de atuação:

- Processos e gestão de responsabilidade socioambiental (RSA);
- Negócios sustentáveis;
- Investimento social privado.

Tendo inspiração nos principais compromissos assumidos na Conferência Rio-92, a Agenda 21 é acompanhada pelo Fórum de Sustentabilidade do BB e pela Fundação Banco do Brasil. As ações relacionadas a Agenda 21 são um processo sistemático que envolve todas as áreas do banco, assim como representantes de seus principais públicos de interesse.

O Ministério do Meio Ambiente define a Agenda 21 como sendo “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”, e seu nome faz referência ao século XXI no sentido de se expressar a intenção de guiar por esse instrumento pelo novo século.

A Agenda 21 foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 é representou um guia para que o poder público e a sociedade civil promovessem ações que estimulasse a integração entre o crescimento econômico, a justiça social e a proteção ao meio ambiente.

No Brasil concluiu-se em 2002 uma versão nacional da Agenda 21 que focou estudos e ações em centrais como: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, gestão de recursos, temas que foram selecionados levando em conta as potencialidades e as fragilidades do país.

O Banco do Brasil através de uma parceira como o Ministério do Meio Ambiente criou a sua Agenda 21 Empresarial em 2004 definindo princípios e estratégias de responsabilidade socioambiental. Através dessa parceira também o banco se compromete a disseminar a Agenda 21 nos projetos de Desenvolvimento Social Sustentável e tem atuação em três eixos:

- Processos e Gestão de Responsabilidade Socioambiental (RSA);
- Negócios sustentáveis;
- Investimento Social privado.

O Banco do Brasil baseia suas ações também nos critérios da Agenda 21 onde trabalha seu planejamento em virtude da responsabilidade socioambiental que tem como uma das funções reduzir a interferência de riscos ambientais que podem afetar as instituições bancárias de três formas:

- risco direto – quando o banco é agente poluidor devido a suas operações;
- risco indireto – quando o risco ambiental afeta a empresa com qual o banco faz a intermediação financeira;
- risco de reputação – quando a sociedade cobra uma postura para uma política de financiamento e investimento ambiental correta.

### 2.7.5 Dados anuais relevantes

Em 2014, os investimentos com tecnologia da informação do BB totalizaram R\$ 3,4 bilhões, que representou um aumento de 19% em relação a 2013.

Em 2014 o BB registrou R\$ 11,2 bilhões de lucro líquido, um desempenho 28,6% inferior ao ano anterior. Essa variação devido a negociação 2013 da carteira BB Seguridade que aumentou consideravelmente o lucro daquele ano.

O banco ampliou a atuação em mercado de capitais, administração de recursos de terceiros, seguridade e negócios de cartões. As renda de tarifas bancárias e prestação de serviços totalizaram R\$ 25,1 bilhões, tendo um aumento de 7,8% comparado ao ano anterior.

A carteira de crédito ampliada teve um crescimento com relação ao ano anterior de 19,3%, passando para R\$ 760,9 bilhões. Tal resultado foi impulsionado pelo crédito ao agronegócio com uma aumento de 13,9%.

O indicador de risco médio, que mede a qualidade da carteira de crédito, quanto menor melhor, manteve a tendência de queda observada desde 2011 e fechou 2014 em 3,75%.

O índice de inadimplência de crédito em 2014 foi de 2%, índice inferior ao divulgado pelo SFN relacionado ao setor bancário.

Em 2014 promoveu o realinhamento de produtos com a estratégia de promoção ao desenvolvimento sustentável, como os financiamentos ligados ao Microcrédito Produtivo Orientado, ao Programa Federal Agricultura de Baixo Carbono, ao Fundo de Financiamento Estudantil e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O compromisso do banco com a geração de valor social e ambiental reflete na sua participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade na Bolsa de Nova Iorque e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa.

O banco remunerou seu acionistas em R\$ 4,5 bilhões, através da prática de 40% de *payout* sobre o lucro líquido.

Em 2013 o banco registrou um crescimento de 7,1% das despesas administrativas sendo impulsionado principalmente pelo aumento de 8,2% nas despesas de pessoal, resultado do reajuste salarial.

Ainda no campo funcional, em 2014 a pesquisa satisfação no trabalho obteve um índice de 77,2% de funcionários satisfeitos, que representou um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. A pesquisa de satisfação é voluntária e teve uma adesão 19% superior ao ano anterior e contou com 56.675 respondentes

O BB utiliza-se da Agenda 21 para definir metas a serem alcançadas em diversas linhas, mas principalmente ligadas a sustentabilidade e o desenvolvimento de soluções. Em 2012 o Conselho Diretor validou o planejamento para o período de 2013-2015. Através de uma matriz de desafios do plano de sustentabilidade foram selecionados 12 prioridades mesclando as de categoria econômica com ambiental e social e dessa há um maior desenvolvimento do relatório anual.

### **Governança corporativa**

Conforme consta no Relatório Anual de 2012, o Banco do Brasil fez adequações na estratégia corporativa e na arquitetura organizacional para garantir a competitividade e as condições necessárias para manter uma política de relacionamento e de resultados adequada com seus diversos públicos.

Os principais aprimoramentos em 2012 foram:

- Criação da Unidade Governança de Entidades Ligadas (UGE), visando ao aprimoramento da governança das participações societárias estratégicas e a obtenção de ganhos de sinergias em processos, produtos e serviços geridos;
- Constituição da BB Seguridade S.A., que proporcionará ganhos de escala e reduções de custos e despesas no setor de seguros, previdência aberta e capitalização;
- Aquisição das ações do EuroBank, cuja razão social foi alterada para Banco do Brasil Américas após processo de reestruturação;
- Mudanças específicas na sua macroestrutura, em especial nas áreas voltadas para o mercado de varejo;

- Criação do Comitê de Remuneração, em reunião realizada em 10 de janeiro de 2012, constituído em alinhamento ao disposto na Resolução CMN nº 3.921/2010;
- Alteração no Estatuto Social quanto à composição do Conselho de Administração de sete para oito membros. Essa alteração objetiva estabelecer melhores condições para aprimoramento das práticas de governança corporativa mediante participação mais efetiva de conselheiros em comitês de assessoramento, especialmente no Comitê de Auditoria.

Para a tomada de decisões voltadas a governança corporativa o BB mantém a estrutura formada por um conselho de administração que tem como principais funções definir as diretrizes de atuação do BB, além de aprovar a Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) e também acompanhar mensalmente o desempenho econômico e financeiro. O conselho é assessorado pelos comitês de auditoria e o de remuneração, além do conselho fiscal. No quesito da sustentabilidade, as decisões tem direcionamento voltado para a Agenda 21, realizando fóruns de sustentabilidade para a Gerência trimestralmente. (RABB 2013, p.17)

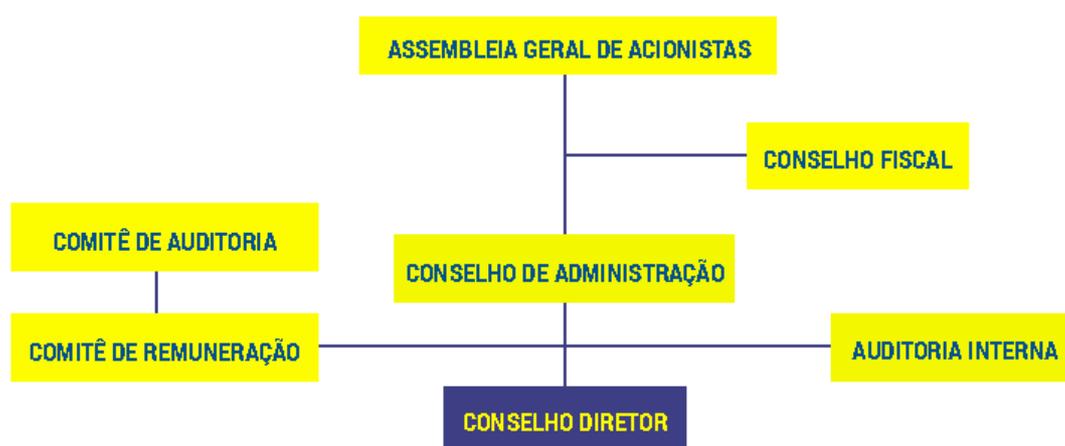


Figura 4: Estrutura de administração – Relatório Anual Banco do Brasil 2013, p.18

Em 2013, foi eleito por votação direta dos funcionários um conselheiro que representa os empregados do banco, com mandato de 2 anos.

Já a Assembleia Geral dos Acionistas tem sua ação voltada mais as demonstrações financeiras do banco através da votação e discussão para sua aprovação, trata também de cisões e incorporações e alterações no capital social, tendo em 2013 aprovado o aumento do capital social através da incorporação de parte do saldo registrado em Reserva Estatutária para Margem Operacional.

### **O papel do banco junto a união**

O fato do Banco do Brasil ser além de um banco múltiplo, por atuar em diversos segmentos bancários, ser um banco público federal faz com que sua relação com o governo tenha que ser amparada e bem definida dentro de estatutos que determinam as suas funções e estabelecem limites para seu funcionamento.

Sistemas de regulamentação das funções, ou de estabelecimento de políticas voltadas para suas operações tem o objetivo de controlar e evitar que operações fraudulentas possam ser realizadas quando tais operações não fazem parte de funções realizadas dentro do negócio.

Nesse sentido o Banco do Brasil assina e mantém disponibilizado no site do banco o Estatuto Social, cuja última versão foi assinada em 28 de abril de 2015, a sua política de relações com a União e trata em seu artigo 5º:

Art. 5º O Banco contratará, na forma da lei, diretamente com a União ou com a sua interveniência:

I – a execução dos encargos e serviços pertinentes à função de agente financeiro do Tesouro Nacional e às demais funções que lhe forem atribuídas por lei;

II – a realização de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e

III – a concessão de garantia em favor da União.

Parágrafo único. A contratação de que trata este artigo fica condicionada, conforme o caso:

I – à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II – à prévia e formal definição da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros; e

III – à prévia e formal definição da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados.

### 2.7.6 Fundação Banco do Brasil

A ideia da criação da Fundação Banco do Brasil ocorreu em 1985 com o propósito de dentro do Banco do Brasil criar uma fundação e ter suas funções voltadas para o desenvolvimento social do país, a partir da criação do Programa de Prioridades Sociais do governo federal, mas efetivamente começou a operar em fevereiro de 1988 através de financiamentos de projetos que buscassem soluções para problemas sociais.

Inicialmente a fundação atuou de estatuto e planejamento independente para só em 1995 ser incorporado a administração estratégica do conglomerado e com a divulgação e apresentação das ações e diretrizes ampliar a função social do banco e também a criação de mecanismos para aplicação de recursos e acompanhamento de resultados.

Nos anos 1990 e 2000, a fundação esteve envolvida em vários projetos e áreas de atuação, como por exemplo o Programa Homem do Campo voltado aos trabalhadores rurais, o Projeto Criança e Vida para atendimento de crianças e adolescentes com câncer e o Programa Trabalho e Cidadania e Escola Campeã voltado a inclusão educacional.

No ano 2001 houve reestruturação no posicionamento estratégico da fundação e criou o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e ampliou a atuação junto a ONGs, universidades, governos estaduais, prefeituras e fundações criando o Banco de Tecnologias Sociais (BTS) que é um cadastro de soluções na área social.

A fundação define em seu site que tecnologias sociais compreendem “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

Logo após a fundação também passou a apoiar programas de educação e geração de trabalho e renda com suporte das tecnologias sociais, com discussões também a respeito de mudanças climáticas.

O plano de ação da fundação é estipulado por triênios e atualmente exerce o período de 2013-2015 onde o objetivo central é promover a inclusão socioprodutiva

e usar as tecnologias sociais para atuar nos meios urbanos e rurais nas áreas de: água, agroecologia, agroindústria, resíduos sólidos e educação.

### 3. OS BALANÇOS SOCIAIS DO BANCO DO BRASIL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

#### 3.1 BALANÇOS SOCIAIS DO BANCO DO BRASIL

O balanço social, objeto de estudo deste trabalho, é apurado anualmente baseado em formatos existentes conceituados, como o modelo proposto pelo IBASE. O Banco do Brasil publica seu balanço social anual no formato sugerido pelo IBASE e adequado a Norma Brasileira de Contabilidade 15 (NBC-T-15) que trata das informações de natureza social e ambiental e é editada pelo Conselho Federal de Contabilidade. A publicação do balanço ocorre dentro do relatório anual do banco que é formatado segundo as normas e orientações da *Global Reporting Initiative* (GRI). Como forma de ação de sustentabilidade, desde 2008 o relatório é disponibilizado apenas em formato digital, em seu site ou arquivo eletrônico.

A apresentação do Balanço Social segue a estrutura de demonstrar o exercício atual e o anterior em cada publicação, e no anexo 3 estão demonstrados exatamente como foram publicados os balanços sociais de 2010 a 2014, sempre acompanhados do ano anterior. Para facilitar a compreensão e o estudo da evolução dos índices e também como forma de contribuição para análise do tema, neste capítulo os valores dos balanços sociais serão apresentados em recortes do balanço já com cinco anos de análise lado a lado, o que facilitará o estudo e a compreensão dos números apresentados entre 2010 e 2014.

A apresentação do Balanço Social é padronizada de modo a apresentar dois anos na publicação, houve casos em que no ano seguinte a sua apresentação os números apresentados como sendo do ano anterior haviam sofrido modificação em relação a sua publicação original e neste casos informados no campo de outras informações que havia sido reclassificados. Nestes casos para efeito de análise foram considerados os valores reclassificados de modo a tentar evitar distorções de entendimento.

O Banco do Brasil faz a publicação de seu Balanço Social como parte integrante do Relatório Anual que tem a finalidade de demonstrar os impactos de sua gestão de negócios nas esferas econômicas, social e ambiental. Tal relatório passa por auditoria independente da KPMG.

O Relatório Anual segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), além de adotar os critérios do Índice Dow Jones de Sustentabilidade e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA e aos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Segundo o Banco do Brasil, em 2014 iniciou-se o processo de alinhamento do seu relato em sustentabilidade aos princípios e elementos propostos pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC).

O modelo de balanço social do Ibase tem como uma de suas principais características a simplicidade. Segundo o Ibase é aí que está um grande ponto a favor do modelo pois facilita a comparabilidade e o fácil entendimento. Seu formato simplificado permite as empresas que aderem ao seu preenchimento possam contar com apenas um instrumento de divulgação de suas ações sócias, ambientais e financeiras.

Em termos operacionais o balanço social tem seu preenchimento facilitado pois opera com dados que podem ser facilmente extraídos dos sistemas de contabilidade ou de folha de pagamento da empresa.

O Ibase aponta que o balanço social do seu modelo é um instrumento de prestação de contas e transparência. Também por sua característica de adesão voluntária por parte das empresas o balanço social não é auditado.

O balanço social no modelo Ibase é composto por indicadores quantitativos e qualitativos, que são divididos em sete categorias, a seguir:

- Base de cálculo – são as informações que servem de base para o cálculo entre as principais informações financeiras da empresa, como receita líquida, resultado operacional, folha de pagamento bruta e valor adicionado total. A função das informações desse permite que possam ser feitos estudos comparados com outros itens do balanço social para testar a relevância;
- Indicadores sociais internos – aqui são demonstrados os investimentos internos que podem ser voluntários ou obrigatórios e que são realizados e para beneficiar o corpo funcional da empresa. Os investimentos internos são com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no

trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros);

- Indicadores sociais externos – são investimentos realizados para benefício da sociedade, como educação, cultura, saúde e saneamento;
- Indicadores ambientais – são investimentos realizados pela empresa para compensar seus impactos ambientais, ou que tem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental;
- Indicadores de corpo funcional – identifica o relacionamento entre a empresa e seu público interno com relação e a criação de postos de trabalho, contratos terceirizados, diversidade, cargos de chefia ocupados por mulheres e negros, etc.;
- Informações referentes ao exercício da cidadania empresarial – basicamente são indicadores qualitativos voltados a política e prática de responsabilidade social por parte da empresa;
- Outras informações – dados relevantes para compreensão dos dados do balanço social (estas informações inseridas na íntegra no anexo 2).

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são feitas análises dos dados oriundos dos balanços sociais, que o banco publica dentro de seus relatórios anuais no padrão GRI, tendo também como objeto as demonstrações financeiras e os relatórios anuais partindo para o objetivo de contribuir para o entendimento de como o banco demonstra seus investimentos no campo da responsabilidade social e verificar se é possível estabelecer a tendência desses investimentos ao analisar índices aplicados dentro do período pesquisado de 2010 a 2014. Os índices a serem estudados, além passarem por uma análise horizontal que leva em conta sua evolução e comportamento comparado com os anos anteriores dentro do período pesquisado, serão analisados também com base em seus percentuais em relação a Receita Líquida da instituição de modo que possa desta forma verificar, através de uma análise vertical, a sua relevância comparada com a receita do banco. Como critério

de relevância de valores será dado mais ênfase aos indicadores que sejam superiores a 0,5% da receita líquida.

Para este estudo o balanço será repartido em etapas para facilitar a análise e a associação com os eventos e características de cada parte. Desta forma será feita a descrição por:

- Base de cálculo;
- Indicadores sociais internos;
- Indicadores sociais externos;
- Indicadores ambientais;
- Indicadores de corpo funcional;
- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Pelo fato do balanço social estar inserido dentro de um relatório anual que contém informações que servem de base para seus dados e outras complementares que tratam da governança da empresa de forma global, tal relatório se torna peça fundamental de análise da visão de responsabilidade social da empresa, desta forma os dados que serão apresentados a seguir foram extraídos dos diversos demonstrativos publicados pelo banco como: balanço social, relatório anual, demonstrações financeiras e outras informações publicadas no site da empresa, fazendo quando possível relação com outras informações públicas de mercado ou extraídas da literatura a respeito.

### 3.2.1 Base de cálculo

As primeiras informações constantes em um Balanço Social modelo IBASE dizem respeito as bases de cálculo através de itens como Receita Líquida, Resultado Operacional, Folha de Pagamento Bruta e Valor Adicionado Total. Como base nesses dados é possível verificar tendências nos investimentos realizados na área social por parte da empresa.

<b>Base de Cálculo (em R\$ mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Receita Líquida (RL)	25.561.53 2	26.106.90 6	30.054.86 9	28.710.58 5	29.501.45 2
Resultado Operacional (RO)	18.410.19 5	18.506.76 7	17.226.77 2	14.619.93 9	17.833.98 8
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	13.019.59 1	14.912.57 5	16.503.44 3	18.351.16 2	19.499.68 4
Valor Adicionado Total (VAT)	11.703.16 5	41.527.41 3	44.303.33 3	52.697.58 6	47.865.45 9

Tabela 1: Base de cálculo – Relatório anual BB 2010 a 2014

### Receita líquida

Em termos contábeis, a receita líquida de uma empresa representa, de forma resumida, a receita deduzindo os impostos incidentes, os descontos de venda e os descontos comerciais. Em uma instituição bancária, por se tratar de uma prestadora de serviço e uma empresa de venda de bens, os dois últimos itens citados acima não são tão aplicados.

Para análise dos índices demonstrados no Balanço Social, a receita líquida será utilizada neste trabalho como parâmetro para se avaliar o comportamento dos investimentos dentro do período pesquisado.

A partir de 2010, o Banco do Brasil alterou a metodologia de coleta de dados da receita líquida apresentando sem alterar a nomenclatura, o resultado bruto da intermediação financeira.

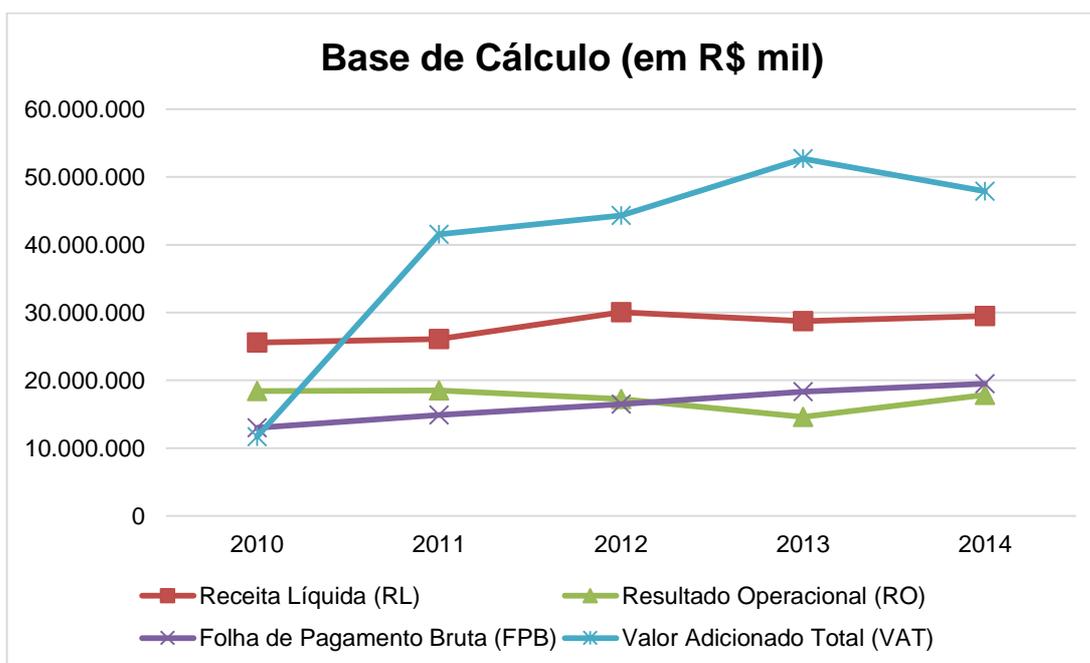


Gráfico 1: Base de cálculo – Relatório anual BB 2010 a 2014

Em 2010 foi realizada a oferta pública de ações no Novo Mercado da Bovespa que seguiu a estratégia de ações já ofertadas em 2006 e 2007, e representou a maior oferta de ações da história do banco, tal dado contribuiu para a receita líquida daquele ano.

No período pesquisado a maior variação da receita líquida com relação ao ano anterior foi em 2012 como um aumento de 15,1%, porém em 2013 esse patamar não se repetiu e apresentou uma diminuição de 4,5% com relação a 2012. Ao se comparar o período como um todo, de 2010 a 2014, percebe-se uma leve tendência de crescimento onde houve um aumento de 15,4% da receita líquida de 2014 em relação a 2012.

O Banco do Brasil efetuou anteriormente ao período em análise, em 2009, incorporações do Banco Nossa Caixa e adquiriu 50% do Banco Votorantim e 51% do Banco Patagonia na Argentina. A política de incorporações pode ser vista de formas diferentes, e talvez uma delas seja com relação a fatia de mercado com relação a seus competidores, além de expandir sua rede de agências atingindo mais pessoas, cria em torno do nome mais solidez e confiança.

### **Resultado operacional**

O resultado operacional é representado pelas receitas de intermediação financeira diminuídas as despesas de intermediação financeira e consideradas também outras despesas e receitas operacionais. Percebe-se que o resultado operacional permaneceu estável no período de 2010 e 2011, quando começou um declínio tendo atingido o índice mais baixo dentro do período pesquisado em 2013 com uma diminuição de 15,13% em relação ao ano anterior. No ano de 2014 houve uma sensível recuperação com o aumento do resultado operacional em 22% em relação ao ano anterior, mas mesmo assim o resultado operacional de 2014 ainda ficou 3,1% abaixo do registrado em 2010.

### **Folha de pagamento bruta**

No período estudado, entre 2010 e 2014, a folha de pagamento variou 49,8%, tal aumento deve-se principalmente a reajustes salariais anuais resultados de negociação da categoria, pois em termos de quantidade de funcionários, como será visto em tópico específico mais adiante, a variação ocorrida de 2014 com relação a 2010 foi de apenas 2,4%. No mesmo período, de 2010 a 2014, o índice de reajuste salarial aplicado a categoria dos bancários e negociado pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) foi de 37,3%.

Como existe reajuste salarial anual é natural que a folha de pagamento de um ano seja superior ao ano anterior. No período pesquisado houve a maior variação em 2011 com relação a 2010, tendo uma variação positiva de 14,5%, em contrapartida a menor variação ocorreu em 2014 com apenas 6,3%.

### **Valor adicionado**

Em 2011 houve mudança de critério no cálculo do valor adicionado, passando a declarar no Balanço Social o valor adicionado bruto constante na Declaração do Valor Adicionado (DVA), isso explica o motivo da grande variação entre esse ano e o anterior

Na DVA de 2013 aponta um de aumento de distribuição aos funcionários como participação dos lucros e resultados, sendo que as principais mudanças na DVA de 2013 foram por causa do aumento de 29,1% no lucro líquido do exercício ocasionado um aumento de valor adicionado de 18,9% em relação ao ano anterior, fato que não se repetiu no ano seguinte gerando uma diminuição de 9,2% no comparativo entre 2014 e 2013, apesar disso o índice demonstrou um crescimento de 15,3% de 2014 quando comparado a 2011, ano que se estabeleceu o critério atual de cálculo.

Foi também observado um aumento da remuneração dos acionistas, que é dos fatores integrantes do valor adicionado, devido a manutenção da política de *payout* de 40% do lucro líquido.

### 3.2.2 Indicadores sociais internos

Os indicadores sociais internos estão relacionados aos investimentos realizados pela empresa em prol do seu público interno que são seus funcionários e colaboradores. Se é verdade o conceito popular que um empregado satisfeito produz melhor, tais investimentos podem contribuir de alguma maneira para a qualidade dos serviços ofertados pela instituição.

Para efeito de análise nesta pesquisa foi considerado um critério de visualização gráfica dos valores que apresentam um percentual em relação a Receita Líquida superior a 0,5%, tendo os demais apenas análise textual.

No ano de 2010 o indicador “Outros” não havia sido desmembrado dentro do Balanço Social publicado, desta forma na tabela apresentada os itens deste índice apresentam a legenda n/i (não informado).

<b>Indicadores Sociais Internos (em R\$ mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Alimentação	957.871	1.086.261	1.142.332	1.262.454	1.357.855
Encargos Sociais Compulsórios	2.698.964	2.455.755	2.872.138	3.106.996	3.358.169
Previdência Privada	1.004.182	1.164.046	2.243.701	1.835.959	1.320.226
Saúde	722.785	894.943	927.960	970.181	1.013.570
Segurança e Saúde no Trabalho	33.609	41.858	70.249	67.151	76.796
Educação	44.755	27.583	18.962	16.900	29.012
Cultura	1.362	2.798	0	0	19.657
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	73.353	106.276	84.573	74.800	108.798
Creches ou Auxílio-Creche	62.706	74.166	87.027	95.806	105.268
Auxílio ao filho com deficiência	0	0	0	0	2.274
Transporte	23.042	31.318	21.993	31.612	17.510
Participação nos Lucros ou Resultados	1.756.190	1.790.543	1.835.262	2.204.278	1.622.845
Outros	117.575	148.952	436.821	175.127	150.571
PAS	n/i	1.535	272.712	3.920	4.747
Plano Odontológico	n/i	27.002	27.719	27.283	27.044
Programa de Aprendizagem	n/i	73.202	43.105	76.923	30.717
Programa de Estágio	n/i	47.213	93.285	67.001	88.463
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>7.496.394</b>	<b>7.824.499</b>	<b>9.741.018</b>	<b>9.841.264</b>	<b>9.182.551</b>

Tabela 2: Indicadores sociais internos (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014

De forma a contribuir para a análise dos investimentos e a sua relevância em comparativo com a receita da instituição, será demonstrado a seguir uma tabela com as percentagens dos índices aplicados sobre a receita líquida.

<b>Indicadores Sociais Internos (% sobre RL)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Alimentação	3,75	4,16	3,80	4,40	4,60
Encargos Sociais Compulsórios	10,56	9,41	9,56	10,82	11,38
Previdência Privada	3,93	4,46	7,47	6,39	4,48
Saúde	2,83	3,43	3,09	3,38	3,44
Segurança e Saúde no Trabalho	0,13	0,16	0,23	0,23	0,26
Educação	0,18	0,11	0,06	0,06	0,10
Cultura	0,01	0,01	0,00	0,00	0,07
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	0,29	0,41	0,28	0,26	0,37
Creches ou Auxílio-Creche	0,25	0,28	0,29	0,33	0,36
Auxílio ao filho com deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Transporte	0,09	0,12	0,07	0,11	0,06
Participação nos Lucros ou Resultados	6,87	6,86	6,11	7,68	5,50
Outros	0,46	0,57	1,45	0,61	0,51
PAS	n/i	0,01	0,91	0,01	0,02
Plano Odontológico	n/i	0,10	0,09	0,10	0,09
Programa de Aprendizagem	n/i	0,28	0,14	0,27	0,10
Programa de Estágio	n/i	0,18	0,31	0,23	0,30
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>29,33</b>	<b>29,97</b>	<b>32,41</b>	<b>34,28</b>	<b>31,13</b>

Tabela 3 : Indicadores sociais internos (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

A visualização do comportamento e evolução dos Indicadores Sociais Internos ao longo do período pesquisado pode demonstrar tendências de investimento no que reflete em seu público colaborador. Os indicadores sociais apresentaram dentro do período amostral um crescimento constante entre 2010 e 2013, motivado, como será visto com mais detalhes nos próximos quadros, por fatores como alimentação, encargos sociais compulsórios, saúde e participação nos lucros e resultados. Porém em 2014 houve uma forte queda de 14% em relação ano anterior, motivada principalmente pela redução da Previdência Privada e da PLR quando comparadas a Receita Líquida.

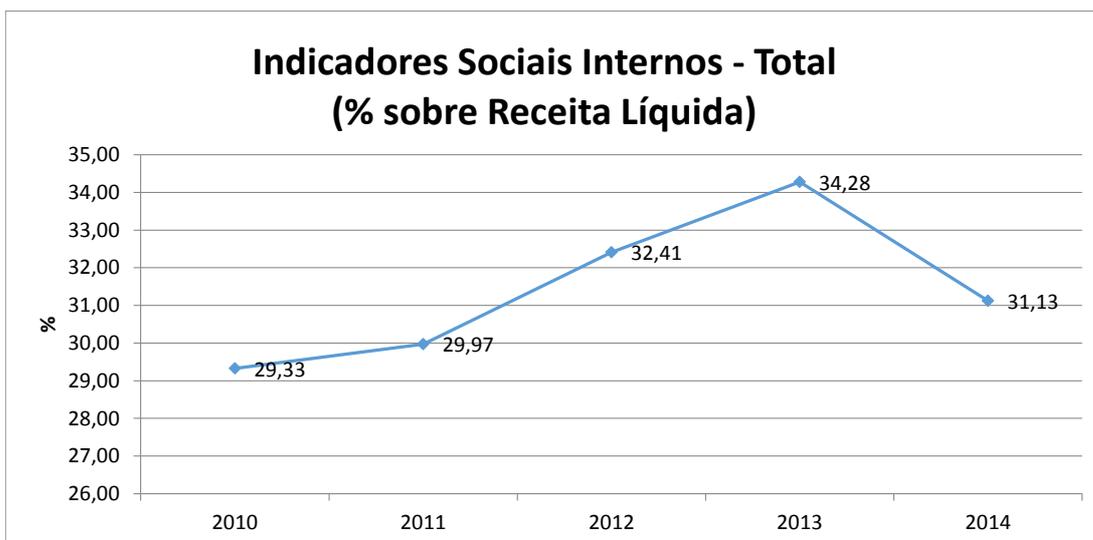


Gráfico 2 : Indicadores sociais internos-Total (% sobre Receita Líquida)–Relatório anual BB 2010 a 2014

### Alimentação

O Banco do Brasil oferece auxílio-refeição e auxílio-alimentação a seus funcionários e apresentou um crescimento constante em reais dentro do período pesquisado com um maior aumento de 13,4% em 2011 com relação ao ano anterior e uma menor variação de 5,2% em 2012 quando comparado a 2011.

Porém ao se comparar tal índice com a receita líquida percebe-se que apesar da tendência de crescimento que apresenta um aumento de 22,8% quando comparado 2014 com 2010, houve uma diminuição em 2012 tendo sido recuperado no ano seguinte.

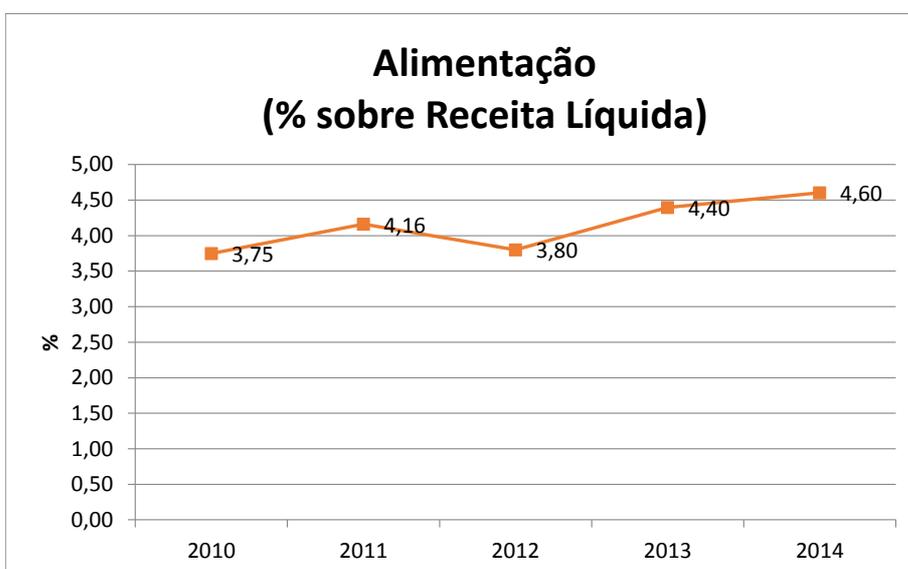


Gráfico 3 : Alimentação (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

## Encargos Sociais compulsórios

Encargos sociais são tributos diretamente ligados a folha de pagamentos, que por serem obrigatórios recebem o título compulsórios. Neste quesito não houve grandes oscilações, tendo o valor em reais acompanhado a variação salarial e a quantidade de funcionários, mas percebe-se uma redução da percentagem sobre a folha de pagamento bruta passando de 20,7% em 2010 para 17,2% em 2014.

Ao se analisar o índice sob o parâmetro da Receita Líquida percebe-se que nos anos de 2011 e 2012 houve uma diminuição da ordem de 10% se comparado a 2010, após esse período houve recuperação do índice encerrando o período analisado com um aumento de 7,8% em relação a 2010.

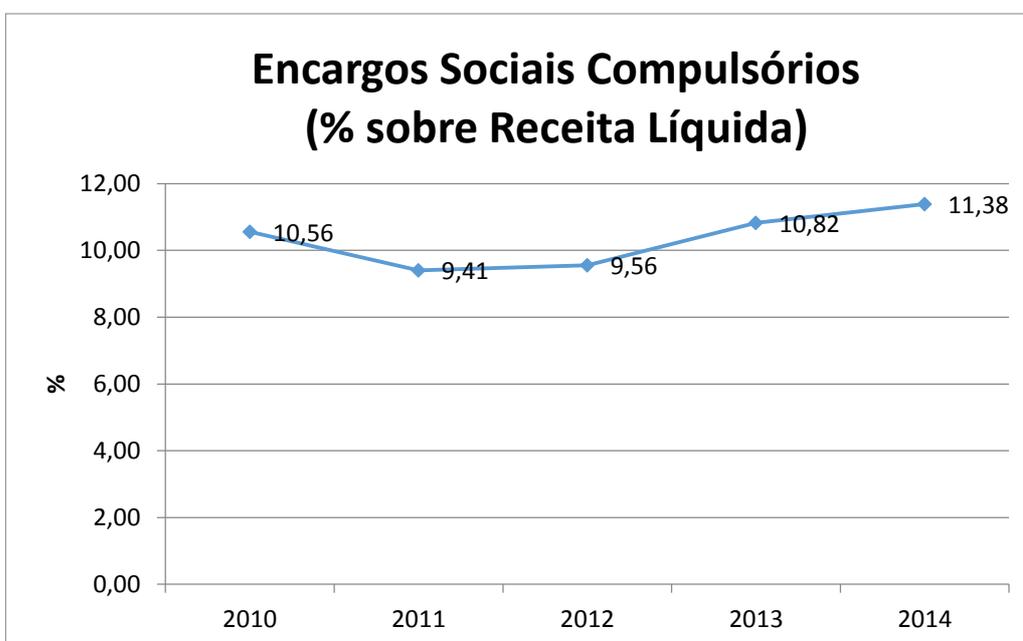


Gráfico 4 : Encargos sociais compulsórios (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

## Previdência privada

O Banco do Brasil disponibiliza que seus funcionários possam aderir a um plano de previdência complementar intitulado Plano PREVI Futuro da Caixa dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) que em 2014 contava com 219.919 participantes, sendo que 86,8% aderiram ao próprio PREVI e o restante em planos de instituições incorporadas pelo banco.

Em 2012 o valor apresentou um grande aumento devido a terem sido consideradas as contribuições patronais a todas as entidades patrocinadas, o aumento se deveu também ao fato de terem sido realizadas incorporações no período (Banco Nossa Caixa, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco do Estado de Pernambuco) e conseqüentemente suas contribuições foram somadas. Em 2014 o índice voltou ao patamares anteriores a esse fato e apresentou um aumento de 13,9% se comparado ao início do período em 2010.

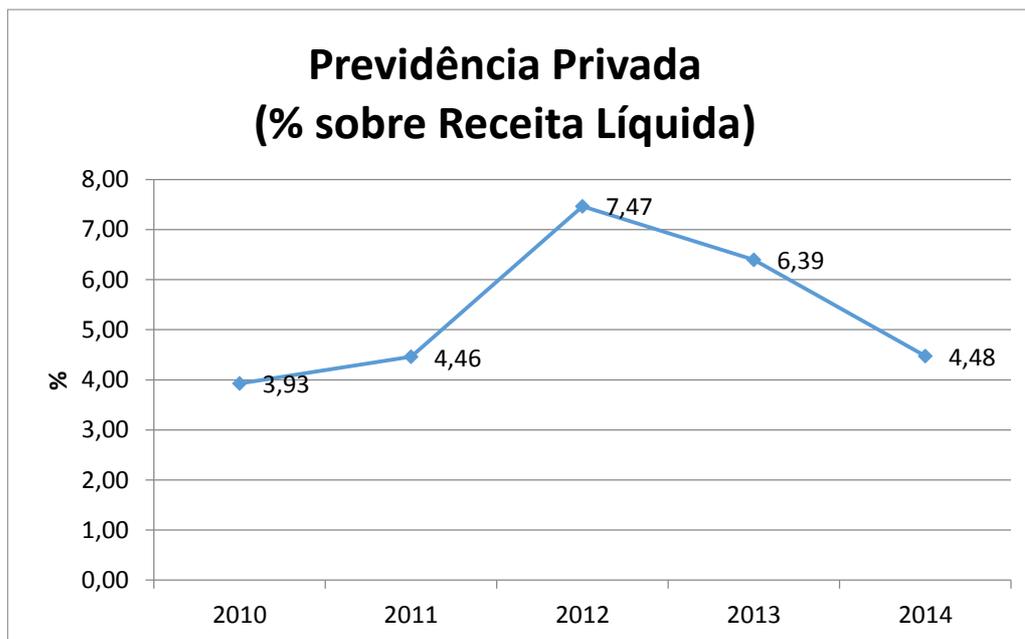


Gráfico 5 : Previdência privada (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

## Saúde

Neste quesito são relacionados os gastos com assistência médica ou outros gastos do gênero com os funcionários, como a implantação do Programa de Reinserção dos funcionários afastados por motivos de doença, que faz parte da Agenda 21 e teve seu prazo de conclusão em 2013, tendo esse fato contribuído para o aumento verificado nos dois últimos anos da análise e que registra uma variação positiva desde 2012. Ao analisar o período dos últimos 5 anos nota-se um aumento de 21,5% de 2014 em relação a 2010, que é um índice bem abaixo da folha de pagamento bruta (49,8%) porém bem acima se considerar em termos da variação na quantidade de funcionários (2,4%).

O Banco do Brasil mantém uma gestão de saúde através de comitês formais com representantes que são gestores e empregados no banco e representam todos os funcionários no desenvolvimento e monitoria de programas de melhoria e qualidade de vida no trabalho, como por exemplo o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).

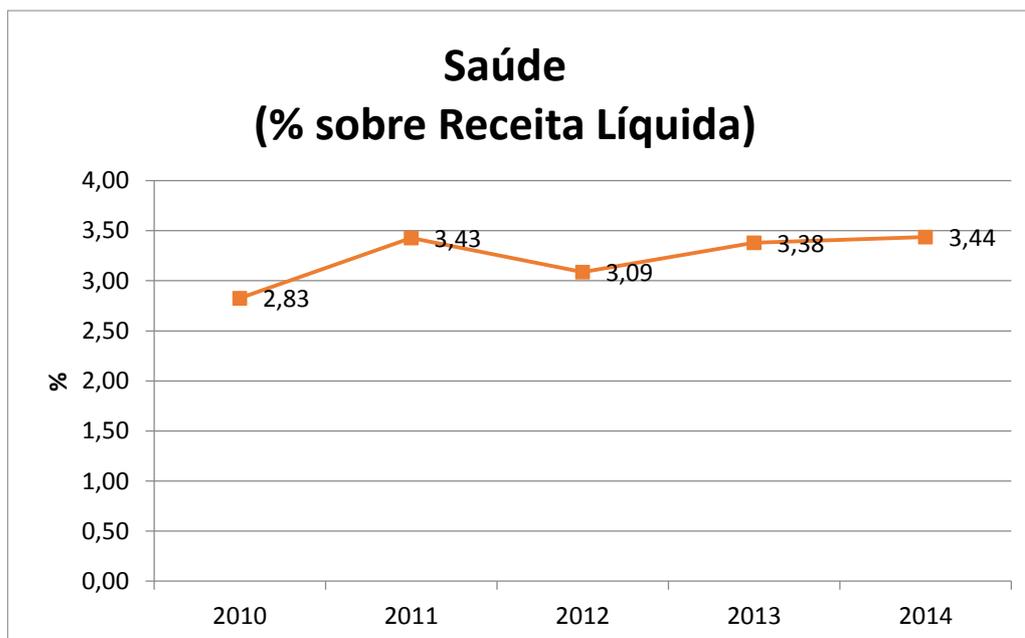


Gráfico 6 : Saúde (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

### **Segurança e saúde no trabalho**

Neste item são demonstrados os investimentos realizados em segurança do trabalho e saúde ocupacional. Percebe-se um grande aumento de recursos a partir de 2012, isso se deveu a implantação do Sistema GSM – Gestão da Engenharia de Segurança e Medicina no Trabalho. O banco também promoveu cursos e oficinas na área de segurança de pessoas, de ambientes, de saúde e de segurança no trabalho com o objetivo de desenvolver competências para gerir processos de segurança preventiva de ambientes, de pessoas e de riscos ocupacionais.

O Banco do Brasil mantém um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho que tem o objetivo de, por exemplo, destinar espaços e verbas para ações de qualidade de vida dos funcionários.

## **Educação**

Conforme aponta no seu relatório anual esse quesito representa gastos com educação nos mais diferentes níveis como reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca ou outros gastos educacionais.

## **Cultura**

Os investimentos em cultura interna foram registrados anteriormente apenas nos anos de 2010 e 2011 em valor pouco relevante dentro das demonstrações, mas em 2014 foi implantado pelo banco o benefício do vale-cultura e foi disponibilizado para cerca de 35.000 funcionários optantes gerando um investimento de 19,7 milhões.

## **Capacitação e desenvolvimento profissional**

O BB mantém um programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) que visa garantir o funcionamento dos serviços essenciais aos negócios, mesmo diante de crises ou situações emergenciais. Em 2013 o banco participou de treinamentos externos e promoveu capacitações internas sobre o tema.

O BB investe em treinamentos e constantemente os funcionários participam de eventos de capacitação nos níveis executivo, gerencial e técnico visando, entre outros assuntos a segurança das informações. O banco utiliza treinamentos com Intranet, presenciais e workshops.

Um dos treinamentos considerado prioritários pelo banco é o de combate a corrupção, tendo sido medida padrão que os funcionários façam o treinamento para que possam concorrer a oportunidades internas. Em 2014 o banco manteve sua política de capacitação interna ampliando inclusive o número mínimo de horas de treinamento a que os funcionários precisam realizar durante o ano e intensificando ao treinamentos em responsabilidade socioambiental com a consolidação da Trilha Sustentabilidade no Portal UniBB.

Os treinamentos do banco tiveram reconhecimento do mercado em 2014 e receberam o Prêmio Educorp 2014 de Melhor Programa de Educação Corporativa e

o Prêmio Learning & Performance Brasil 2014 como Melhor Universidade Corporativa Ampliada.

### **Creches ou auxílio-creche**

O banco concede o benefício aos seus funcionários e percebe-se uma grande oscilação na ordem média de 20% ao ano, fazendo com o gasto tenha praticamente dobrado nos 5 anos do estudo.

Além dos reajustes aplicados anualmente pelas escolas, e que pode-se considerar 10% ao ano. O número se justifica pelo aumento do número de funcionários e mais ainda o aumento dos funcionários que precisam recorrer a escolas para deixar seus filhos.

### **Transporte**

A apresentação desse quesito aumentou 72% em 5 anos, os fatores que contribuem para o aumento, além é claro do aumento das passagens, é o aumento no quadro funcional obtido pelas incorporações ou concursos.

### **Participação nos lucros ou resultado**

Em 2013, na pesquisa realizada pela revista Você S/A, apontou o Banco do Brasil como uma das melhores empresas para trabalhar, isso vai de encontro a pesquisa realizada internamente onde o banco apurou um índice de satisfação dos seus funcionários na ordem de 76%, tendo uma evolução de 3,2% em relação ao ano anterior. Tal índice de satisfação deve-se principalmente a programas e ações internas incentivados pelo banco como o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), o Programa de Desempenho Gratificado (PDG), o Encontro de Lideranças, a ampliação do número de bolsas de estudo presenciais ou a distância.

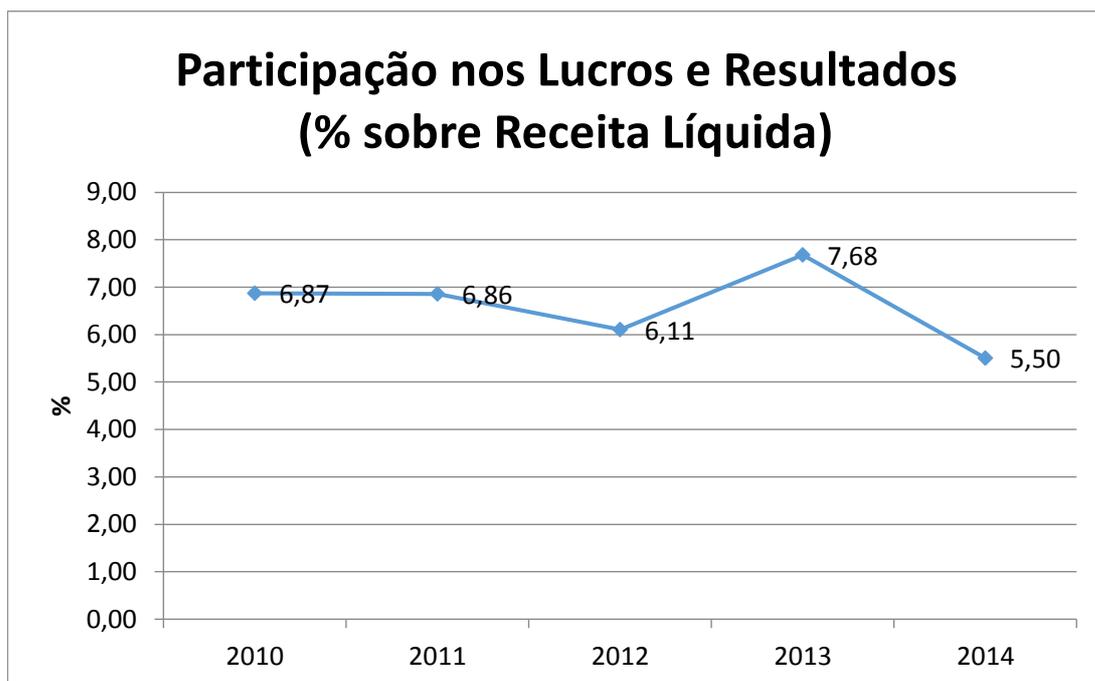


Gráfico 7 :Participação nos lucros e resultados(%sobre Receita Líquida)–Relatório anual BB 2010 a 2014

O benefício de participação nos lucros está diretamente ligado entre outras coisas ao resultado final do período que aqui é identificado pelo Lucro Líquido da instituição. Em 2013 houve um grande crescimento do Lucro Líquido do banco motivado principalmente pela venda de ações da BB Seguridade. Em 2014 houve forte queda no Lucro Líquido com relação ao ano anterior, o que reflete também na PLR. Ao observar os gráficos de PLR e de Lucro Líquido nota-se proximidade entre eles.

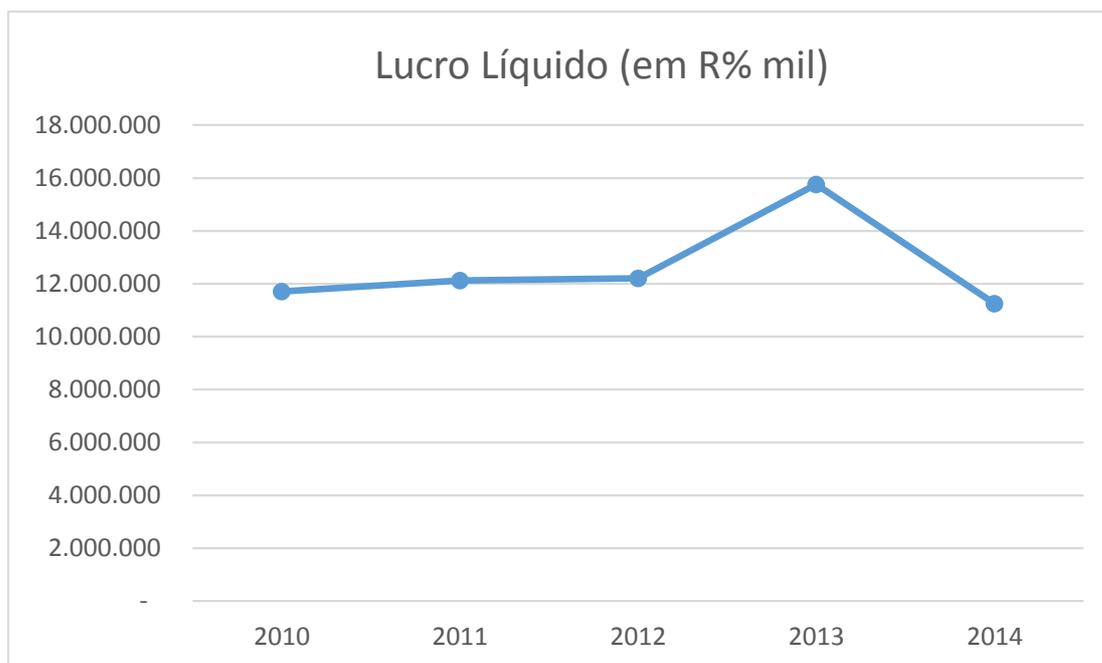


Gráfico 8 : Lucro Líquido (% R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014

### Outros

O banco tem mantido esforços no sentido de ampliação da satisfação dos funcionários através de programas internos que também tratam da sustentabilidade como por exemplo as Equipes de Comunicação e Autodesenvolvimento (ECOAS) que teve a participação de 8.688 funcionários em 2013 e atua com temas de responsabilidade socioambiental, ecoeficiência, voluntariado, comunicação interna, clima organizacional, reconhecimento, capacitação e qualidade de vida.

Programas voltados a treinar jovens para o mercado de trabalho como o Programa de Aprendizagem e o de Estágio tem seus números segregados no balanço social apenas desde 2011 onde percebe-se um aumento de recursos com estagiários de 42% entre 2011 e 2013.

Em termos de assistência, percebe-se que é prática do banco oferecer benefícios para seus colaboradores tendo inserido neste quesito em 2012 o PAS – Programa de Assistência Social que trata de assistência ligadas a saúde e assistências emergenciais, embora aquele foi o único ano em foram identificados valores relevantes publicados pelo banco sob essa nomenclatura.

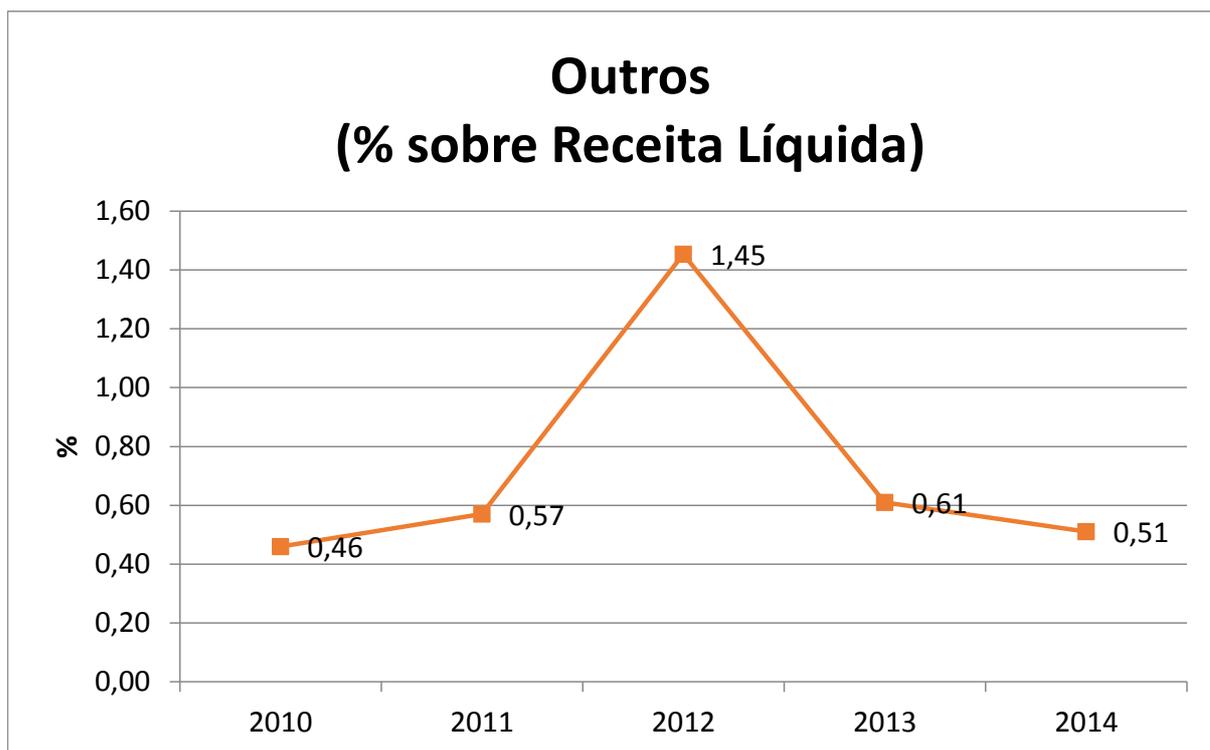


Gráfico 9 : Outros (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

### 3.2.3 Indicadores sociais externos

A ação que o banco desenvolve junto a comunidades tem o objetivo de alinhar as finalidades sociais com as prioridades de estado, assim com as expectativas do público nessas comunidades envolvidas com os objetivos comerciais do banco, até porque também se tratam de *stakeholders*. Os projetos sociais desenvolvidos tem a finalidade de transformar positivamente as comunidades através do trabalho, renda e educação com a intenção de retorno para a instituição através da valorização de sua imagem.

<b>Indicadores Sociais Externos (em R\$ mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Educação	27.881	27.716	28.698	16.362	16.098
Cultura	43.074	53.186	41.283	41.919	48.205
Saúde e Saneamento	13.118	8.398	10.508	3.444	534
Esporte	54.421	56.100	82.445	89.887	111.274
Combate à Fome e Segurança Alimentar	947	8.009	130.431	76.758	6.432
Geração de Trabalho e Renda	61.394	64.224	166.389	105.128	75.786
Outros	16.113	13.976	19.658	24.105	8.734
Programa de Doação de Computadores BB	0	0	0	2.698	1.451
Inclusão Digital	0	262	5.905	0	0
Ciência e Tecnologia	0	4.034	368	1.896	771
Repasso ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	0	6.209	10.000	0	0
Projeto Voluntários BB	0	3.471	3.385	0	0
Projeto Voluntários BB(FIA + Fundação Banco do Brasil – FBB)	0	0	0	19.511	6.512
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>216.948</b>	<b>231.609</b>	<b>479.412</b>	<b>357.603</b>	<b>267.063</b>
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	3.110.257	2.266.700	1.368.446	2.886.513	332.627
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>3.327.205</b>	<b>2.498.309</b>	<b>1.847.858</b>	<b>3.244.116</b>	<b>599.690</b>

Tabela 4: Indicadores sociais externos (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014

<b>Indicadores Sociais Externos (% sobre Receita Líquida)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Educação	0,11	0,11	0,10	0,06	0,05
Cultura	0,17	0,20	0,14	0,15	0,16
Saúde e Saneamento	0,05	0,03	0,03	0,01	0,00
Esporte	0,21	0,21	0,27	0,31	0,38
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0,00	0,03	0,43	0,27	0,02
Geração de Trabalho e Renda	0,24	0,25	0,55	0,37	0,26
Outros	0,06	0,05	0,07	0,08	0,03
Programa de Doação de Computadores BB	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Inclusão Digital	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00
Repasso ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	0,00	0,02	0,03	0,00	0,00
Projeto Voluntários BB	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
Projeto Voluntários BB(FIA + Fundação Banco do Brasil – FBB)	0,00	0,00	0,00	0,07	0,02
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>0,85</b>	<b>0,89</b>	<b>1,60</b>	<b>1,25</b>	<b>0,91</b>
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	12,17	8,68	4,55	10,05	1,13
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>13,02</b>	<b>9,57</b>	<b>6,15</b>	<b>11,30</b>	<b>2,03</b>

Tabela 5 : Indicadores sociais externos (% R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014

Os indicadores sociais externos se analisados individualmente representam pouco investimento por parte do banco quando se compara com a Receita Líquida, isso pode ser verificado pelo fato de apenas dois indicadores, geração de trabalho e renda e também os tributos, superarem 0,5% se utilizado esse parâmetro de comparação. Desta forma será apresentado um gráfico único dos demais para efeito de análise de tendência.

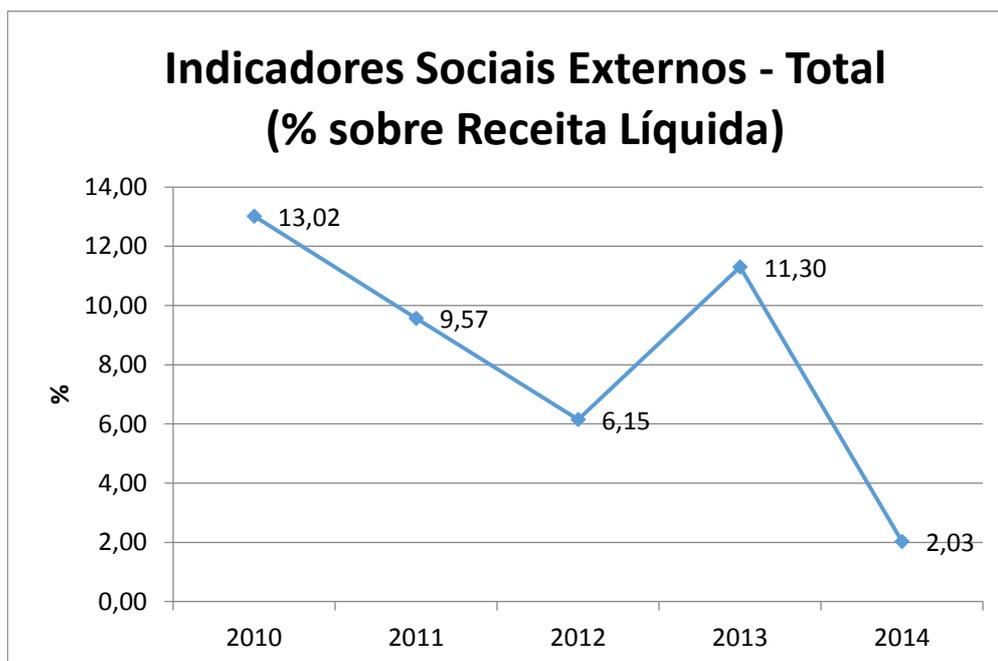


Gráfico 10 : Indicadores sociais internos – Total (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

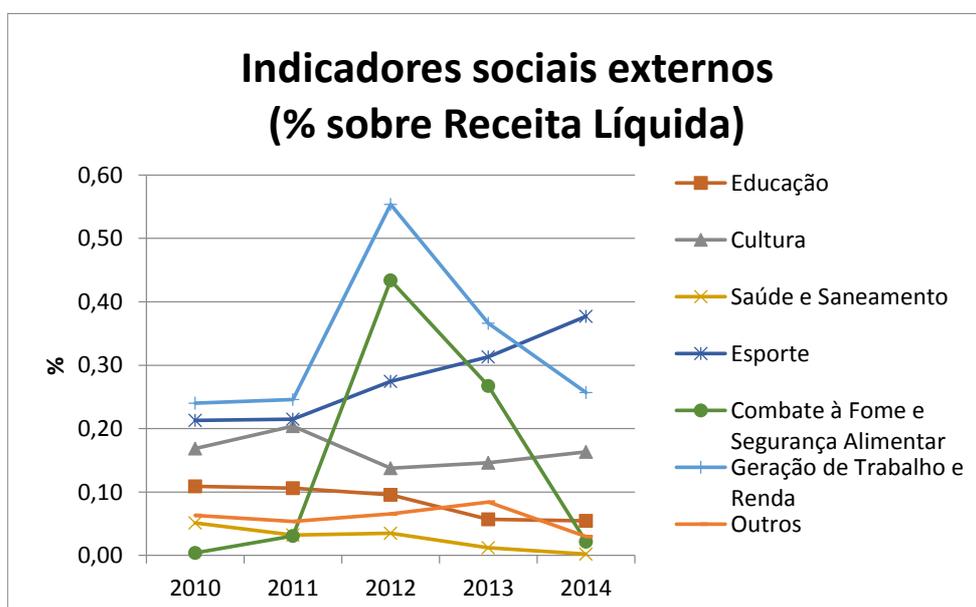


Gráfico 11 : Indicadores sociais externos (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

## Educação

O BB mantém investimentos sociais na educação em programas estruturados de capacitação de jovens e adultos, de disseminação da cultura brasileira e em atividades de inclusão digital. Em 2014 foi investido pouco mais de R\$ 16 milhões no Programa AABB Comunidade que é desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil

em uma parceria com a FENABB. Esse programa esteve envolvido com 423 projetos educacionais que atenderam 40 mil crianças.

Apesar do investimento em educação ser presente em todos os anos pesquisados, percebe-se que tanto o valor em reais quanto a porcentagem comparada com a Receita Líquida apresenta um forte declínio ao longo do período tendo um índice 50% menor em 2014 se comparado com 2010.

### **Cultura**

O investimento em cultura realizado pelo Banco do Brasil é aplicado segundo seus relatórios anuais em diversos projetos como por exemplo: o Circuito Banco do Brasil com apresentações itinerantes unindo cultura, entretenimento e esporte tendo participação de cerca de 100 mil pessoas. Outro investimento do banco são os chamados Centros Culturais Banco do Brasil (CCBBs) que estão presentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte e no último ano foram responsáveis por 106 projetos culturais.

Em termos de investimento percebe-se uma retração de investimento em 2012 e 2013 na ordem de 22% em relação a 2011. Mesmo com 2014 tendo uma recuperação ainda ficou abaixo de 2011 mas representou um aumento de 12% com relação ao início do período de análise.

### **Saúde e saneamento**

O Banco do Brasil mantém projetos voltados a saúde e saneamento de comunidades, onde seus principais investimentos ocorreram entre 2010 e 2012, após esse período percebe-se uma forte tendência de queda até 2014 onde apurou-se valores irrelevantes do ponto de vista da Receita Líquida.

### **Esporte**

O Banco do Brasil mantém contratos de patrocínio permanentes ligados ao esporte como objetivo de valorizar a marca e permitir sua associação com valores

positivos. É uma forma também de aproximação e de relacionamento com seus clientes.

Segundo o relatório anual do banco, os patrocínios tem foco em atletas e modalidades que evocam a identidade nacional, podendo destacar principalmente as Confederações Brasileiras de Voleibol e Handebol, as equipes Williams de F1 e BMW Team Brasil, o Projeto Embaixadores do Esporte, os velejadores Robert Scheidt e Bruno Prada e os tenistas Beatriz Haddad e Thiago Monteiro.

No período estudado nota-se que o investimento no esporte sempre teve uma curva ascendente e constante, apurando em 2014 um índice 77% superior a 2010 ao se analisar sob o ponto de vista da Receita Líquida.

### **Combate à fome e segurança alimentar**

O Banco do Brasil e conjunto com a FBB criou implantou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que entre suas iniciativas está a erradicação da fome e da pobreza. O banco patrocina o Prêmio ODM e promove seminários estaduais para divulgação das iniciativas nas capitais brasileiras. Esta atuação principalmente observada em 2012 quando o índice teve seu maior crescimento devido a participação em ações voltadas a erradicação da fome junto ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP).

Após esse período percebe-se uma grande redução dos investimentos nesse índice.

### **Geração de trabalho e renda**

A Fundação Banco do Brasil promove capacitação para geração de renda em diversas regiões com atendimento principalmente para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e catadores de materiais recicláveis. As ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável fazem parte da Agenda 21 e financiam atividades de geração de trabalho e renda e inclusão social.

Em 2012 houve um grande acréscimo nesse investimento de sua participação em relação a Receita Líquida mais que dobrou em relação 2010 devido a projetos implantados naquele ano. Após esse período o investimento não cessou, porém

voltou para índice semelhante ao do início do período de análise, representando apenas 0,26% da Receita Líquida.

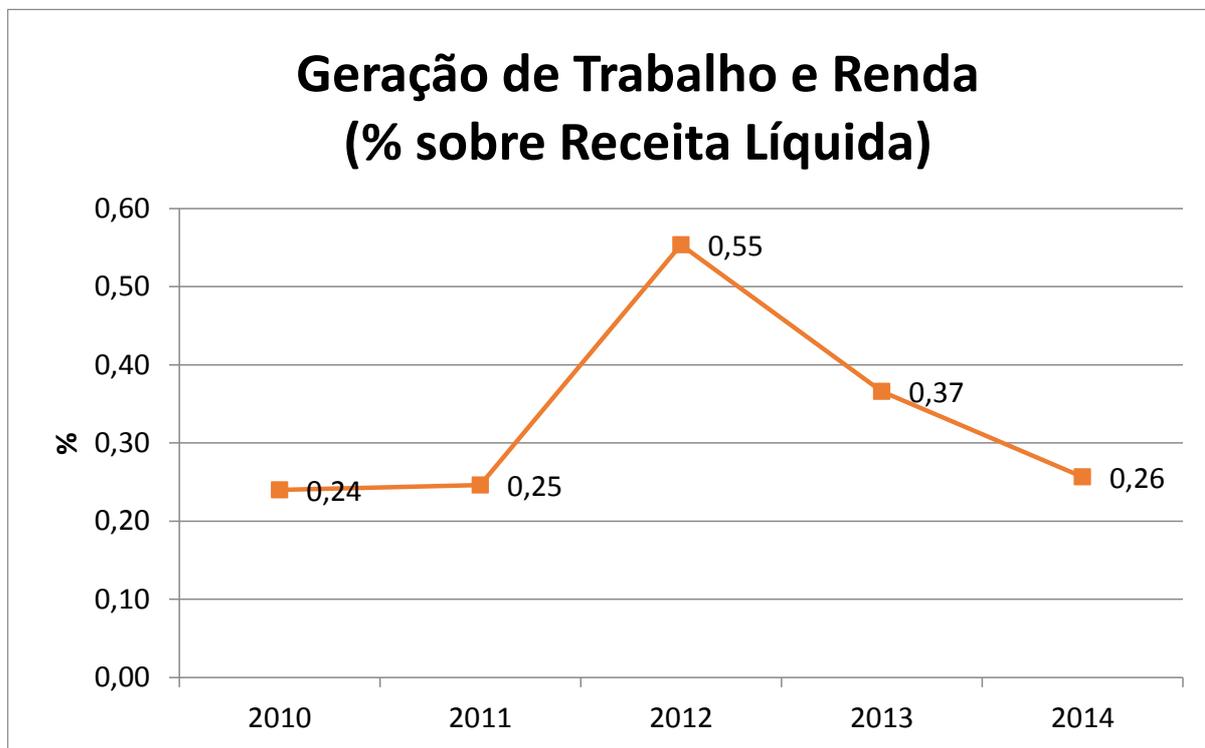


Gráfico 12 : Geração de trabalho e renda (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

### Outros

Neste quesito estão englobados programas e projetos do banco voltados também a área social ligada a comunidade externa. Estão relacionadas ações ligadas ao Programa de Doações de Computadores que já entregou 82 mil equipamentos ao longo de 10 anos, 10.592 só em 2014 que destina as máquinas substituídas pelo banco para entidades sociais voltadas a melhoria das condições de vida e trabalho em comunidades carentes. Também inclui-se projetos de inclusão digital, de ciência e tecnologia e de repasses ao Fundo da Infância e Adolescência e o Projeto Voluntários BB que em 2014 atuou em 68 iniciativas voltadas a geração de renda, educação e cuidado ambiental em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Cooperforte.

Na evolução do período pesquisado tal índice, com base na Receita Líquida, sofreu uma redução de 46% em 2014 ao ser comparado com 2010.

## Tributos

Segundo dados divulgados pelo banco, no item de tributos (excluídos encargos sociais) percebe-se uma grande variação negativa em relação líquida no período pesquisado com uma forte tendência de queda de 90,7% em relação a 2010. Tal fato não ocorreu em 2013 devido ao aumento no índice>

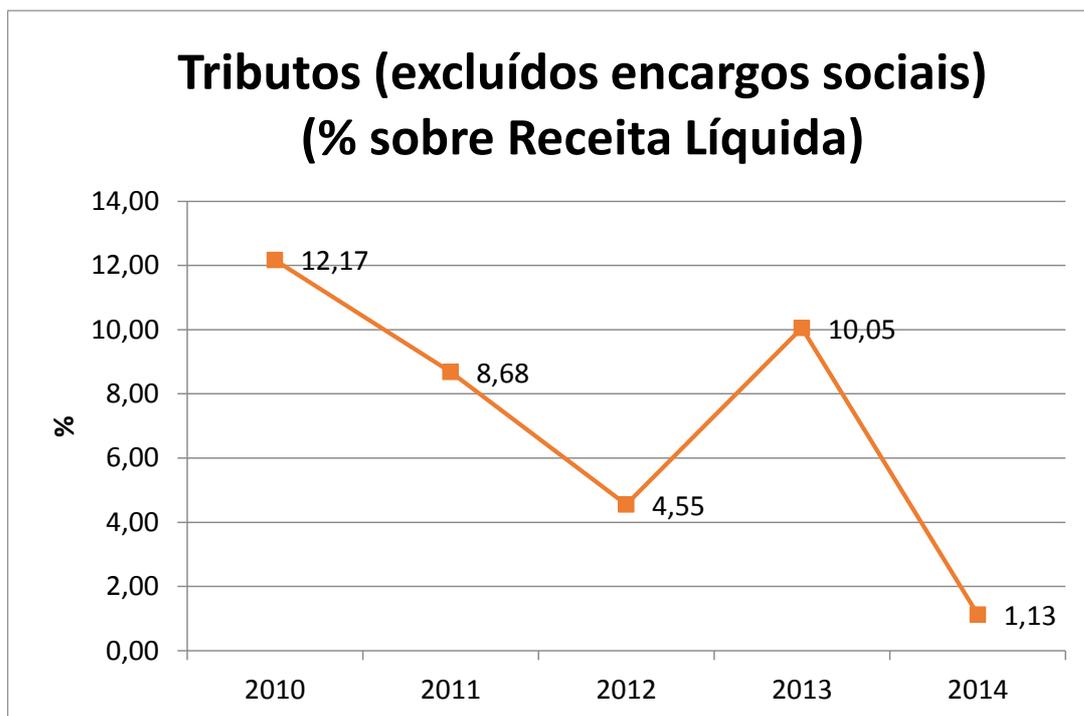


Gráfico 13 : Tributos (excluídos encargos sociais) (% sobre Receita Líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

### 3.2.4. Indicadores ambientais

Segundo consta em seu relatórios, o Banco do Brasil tem como um dos desafios prioritários de acordo com a materialidade “aprimorar e sistematizar a identificação de oportunidades negociais para o desenvolvimento que atendam às demandas originadas por questões ambientais e mudanças climáticas” (Relatório Anual BB 2014).

<b>Indicadores Ambientais (em R\$ mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa</b>	<b>70.458</b>	<b>83.924</b>	<b>129.388</b>	<b>109.366</b>	<b>301.253</b>
Desapropriação de Terras	0	0	0	0	0
Passivos e Contingências Ambientais	0	0	0	0	0
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	70.458	63.726	112.080	88.014	279.577
Conservação de Energia	0	0	0	0	0
Educação Ambiental	0	0	0	0	0
Indicador Setorial	0	0	0	0	0
Outros	0	20.198	17.308	21.352	21.676
Construção de Agências Sustentáveis	0	2.231	0	0	0
Investimento no Programa de Recondicionamento de Cartuchos	0	17.836	17.295	21.243	21.640
Auditoria Ambiental Interna	0	9,1	13	21	20
Consultoria Ambiental Interna	0	122	0	88	16
<b>Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>1.305</b>	<b>12.590</b>	<b>6.740</b>	<b>9.826</b>	<b>24.044</b>
Projetos de Educação Ambiental em Comunidades	0	2.851	0	0	0
Preservação e/ou Recuperação de Ambientes Degradados	0	1.739	2.240	2.142	18.044
Outros	0	0	4.500	7.684	6.000
Programa Água Brasil	0	8.000	4.500	7.684	6.000
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>71.763</b>	<b>96.514</b>	<b>136.128</b>	<b>119.192</b>	<b>325.297</b>

Tabela 6: Indicadores ambientais (em R\$ mil) – Relatório anual BB 2010 a 2014

<b>Indicadores Ambientais (% sobre RL)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa</b>	<b>0,27</b>	<b>0,32</b>	<b>0,43</b>	<b>0,38</b>	<b>1,02</b>
Desapropriação de Terras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos e Contingências Ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,27	0,24	0,37	0,31	0,95
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indicador Setorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,08	0,06	0,07	0,07
Construção de Agências Sustentáveis	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Investimento no Programa de Recondicionamento de Cartuchos	0,00	0,07	0,06	0,07	0,07
Auditoria Ambiental Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultoria Ambiental Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>0,01</b>	<b>0,05</b>	<b>0,02</b>	<b>0,03</b>	<b>0,08</b>
Projetos de Educação Ambiental em Comunidades	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Preservação e/ou Recuperação de Ambientes Degradados	0,00	0,01	0,01	0,01	0,06
Outros	0,00	0,00	0,01	0,03	0,02
Programa Água Brasil (8)	0,00	0,03	0,01	0,03	0,02
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>0,28</b>	<b>0,37</b>	<b>0,45</b>	<b>0,41</b>	<b>1,10</b>

Tabela 7: Indicadores ambientais (% sobre receita líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

O investimentos na área ambiental apesar de demonstrar um tendência de crescimento representam pouco, 1,1% em 2014 quando comparado a Receita Líquida, com forte crescimento em 2014 motivado principalmente pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial que apresentou uma variação positiva de 251% em relação a 2010, e também pelo Programa Água Brasil que tem como foco o desenvolvimento de formas de produção sustentável no campo.

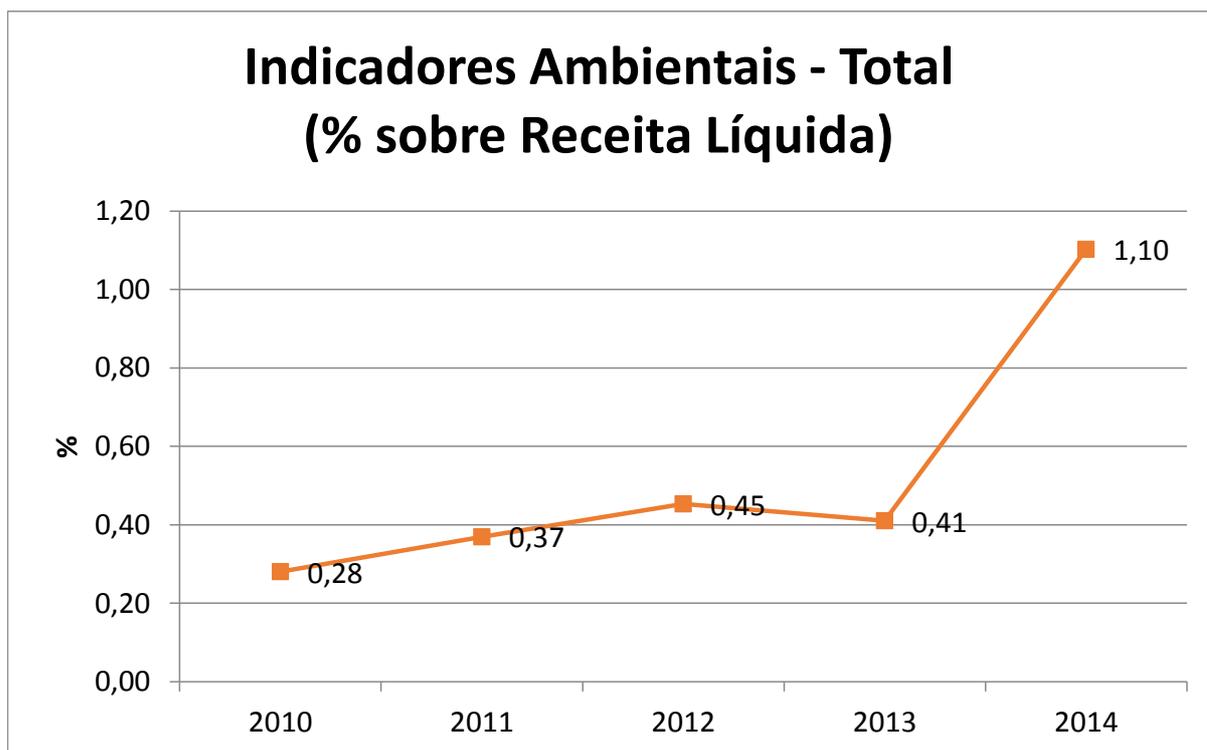


Gráfico 14: Indicadores ambientais – Total (% sobre receita líquida) – Relatório anual BB 2010 a 2014

O Banco do Brasil participa do Novo Mercado da BM&FBovespa desde 2006 e faz parte dos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE), de Carbono Eficiente (ICO2), de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC). O BB também participa do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque desde 2012. (RA BB 2013, p.17).

Em 2013 os valores de recuperação em ambientes degradados são devidos ao Projeto Rio São Bartolomeu Vivo que promove ações comunitárias de plantio de mudas, preservação de nascentes e restauração ecológica florestal na região do Distrito Federal.

Em 2013 o Banco do Brasil em parceria com WWF Brasil, a Agência Nacional de Águas e a Fundação Banco do Brasil, criou o Programa Água Brasil que foca no desenvolvimento de formas de produção sustentável. Este programa de conscientização ambiental é estruturado em quatro eixos: projetos socioambientais, mitigação de riscos, negócios sustentáveis, e comunicação e engajamento, e tem o objetivo de estimular a adoção de práticas sustentáveis na agropecuária.

O Banco do Brasil procura a realização de parcerias com entidades e a participação em programas globais como forma de incentivo à cultura sustentável. Os principais e mais recentes pactos, compromissos e iniciativas assumidos pelo banco foram:

- The CEO Water Mandate (2010);
- Princípios para o Investimento Sustentável (2010);
- Princípios para o Empoderamento das Mulheres (2010);
- Organizational Stakeholder GRI (2011);
- Conselho Mundial da Água (2011);
- Cadastro Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2012);
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social com a PATRI Relações Governamentais & Políticas Públicas (2012);
- Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2012);

### 3.2.5 Indicadores de corpo funcional

O balanço social no modelo IBASE demonstra dados que podem possibilitar o estudo do comportamento da empresa com relação a seus funcionários ao trazer informações relacionadas a quantidade de funcionários, divisão por gêneros, atuação por etnias, quantidade de pessoas com deficiências, composição dos cargos de chefia, grau de instrução e remuneração.

Para efeito deste estudo e como forma de contribuir analisar a composição do corpo funcional do banco, os itens citados serão segregados do quadro principal divulgado conforme a norma e demonstrados através de gráficos.

<b>Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Número de Empregados(as) no Fim do Período	109.026	113.810	114.182	112.216	111.628
Número de Admissões durante o Período	10.048	8.754	5.245	3.733	3.369
Número de Desligamentos durante o Período	4.505	3.895	4.266	5.426	3.748
Número de Empregados(as) Terceirizados(as)	35.007	37.272	40.360	41.758	40.340
Número de Estagiários(as)	9.853	8.567	6.020	5.558	5.303
Número de Aprendizizes	5.534	5.551	5.146	3.797	4.644
Número de Empregados(as) Acima de 45 anos	31.705	33.550	34.948	35.003	35.945
<b>Número de Empregados por Faixa Etária:</b>					
Até 25 Anos	8.158	7.787	6.538	5.268	4.201
De 26 a 35 Anos	39.829	42.918	43.023	41.574	39.691
De 36 a 45 Anos	29.334	29.555	29.673	30.371	31.791
Acima de 45 Anos	31.705	33.550	34.948	35.003	35.945
<b>Número de Empregados por Nível de Escolaridade:</b>					
Sem Formação	0	0	0	58	11
Com Ensino Fundamental	579	532	490	370	374
Com Ensino Médio/Técnico	30.835	30.362	28.552	26.426	24.956
Com Ensino Superior	53.073	54.821	53.223	51.568	49.772
Pós-Graduados (Aperfeiçoamento)	0	0	0	109	129
Pós-Graduados (Especialização, Mestrado e Doutorado)	24.539	28.095	31.917	33.685	36.386
<b>Número de Mulheres que Trabalham na Empresa</b>	<b>44.921</b>	<b>46.878</b>	<b>40.249</b>	<b>46.580</b>	<b>46.364</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	34,6	34,8	35,3	35,2	35
<b>Número de Homens que Trabalham na Empresa</b>	<b>64.105</b>	<b>66.932</b>	<b>73.933</b>	<b>65.636</b>	<b>65.264</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Homens	65,4	65,2	64,8	64,8	65
<b>Número de Negros(as), Pardos(as) ou Índios(as) que Trabalham na Empresa</b>	<b>20.807</b>	<b>25.485</b>	<b>26.583</b>	<b>26.851</b>	<b>24.071</b>
Número de Negros, Pardos ou Índios que Ocupam Cargos de Chefia	6.016	6.436	6.948	7.860	7.283
<b>Número de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais</b>	<b>882</b>	<b>893</b>	<b>974</b>	<b>1.038</b>	<b>1.319</b>
<b>Remuneração Bruta (sem Encargos) Segregada por:</b>					
Empregados	R\$ 6.909.940.075	R\$ 7.775.449.684	R\$ 8.725.788.964	R\$ 9.513.567.577	R\$ 10.241.641.484
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 6.892.104.258	R\$ 7.752.217.879	R\$ 8.702.534.050	R\$ 9.488.793.381	R\$ 10.212.691.598
	R\$ 17.835.818	R\$ 23.231.805	R\$ 23.254.914	R\$ 24.774.196	R\$ 28.949.887

Tabela 8: Indicadores de corpo funcional – Relatório anual BB 2010 a 2014

O Banco do Brasil no período pesquisado variou pouco a quantidade de funcionários se comparado a quantidade no final do exercício de 2014 com a quantidade de 2010, uma variação positiva de 2,4%. Dentro do período o ano de 2012 representou a maior elevação, passando a uma retração nos anos seguintes.

Segundo levantamento do DIEESE existe uma tendência de redução dos postos de trabalho no setor bancários nos últimos anos e aponta que os cinco maiores bancos em operação no Brasil reduziram em cerca de 5.100 funcionários dos seus quadros em 2014, o que representa 1,1% do total. No Banco do Brasil essa redução foi de 0,5% do pessoal. Conforme aponta o DIEESE a redução nos postos de trabalho representa uma contradição pois os cinco maiores bancos somados (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, CEF e Santander) obtiveram um Lucro Líquido de R\$ 60,3 bilhões que representa um crescimento de 18,5% em relação ao ano anterior.



Gráfico 15 : Número de empregados – Relatório anual BB 2010 a 2014

No período pesquisado, houve uma tendência constante de redução de novas admissões que até 2012 ainda representavam valores superiores aos desligamentos, explicando a elevação da quantidade total de funcionários até aquele ano, já nos anos de 2013 e 2014 percebe-se que a quantidade de desligamentos foi superior a de novas admissões, o que justifica a queda na quantidade total do último biênio.

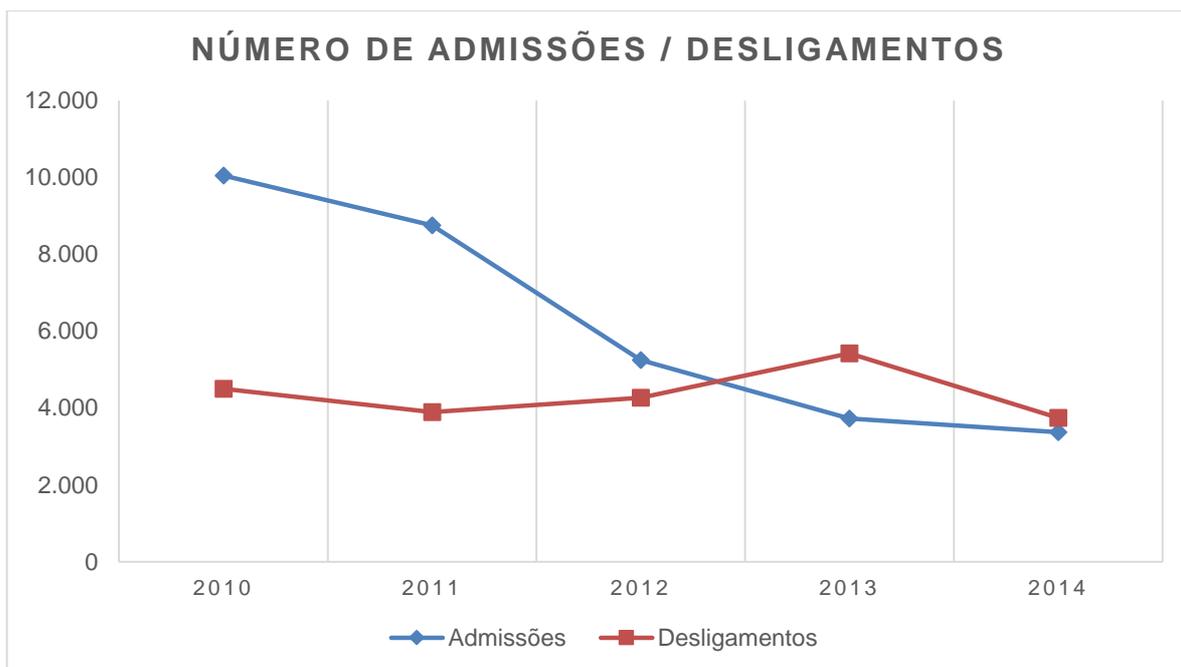


Gráfico 16 : Número de admissões / desligamentos – Relatório anual BB 2010 a 2014

O Banco do Brasil além de seus funcionários também utiliza a mão de obra de outros colaboradores como empregados terceirizados, estagiários e aprendizes. No período pesquisado percebe-se um aumento na quantidade empregados terceirizados com uma variação positiva na quantidade muito semelhante a quantidade reduzida de estagiários no mesmo período. O número de aprendizes permaneceu praticamente constante durante o período pesquisado.

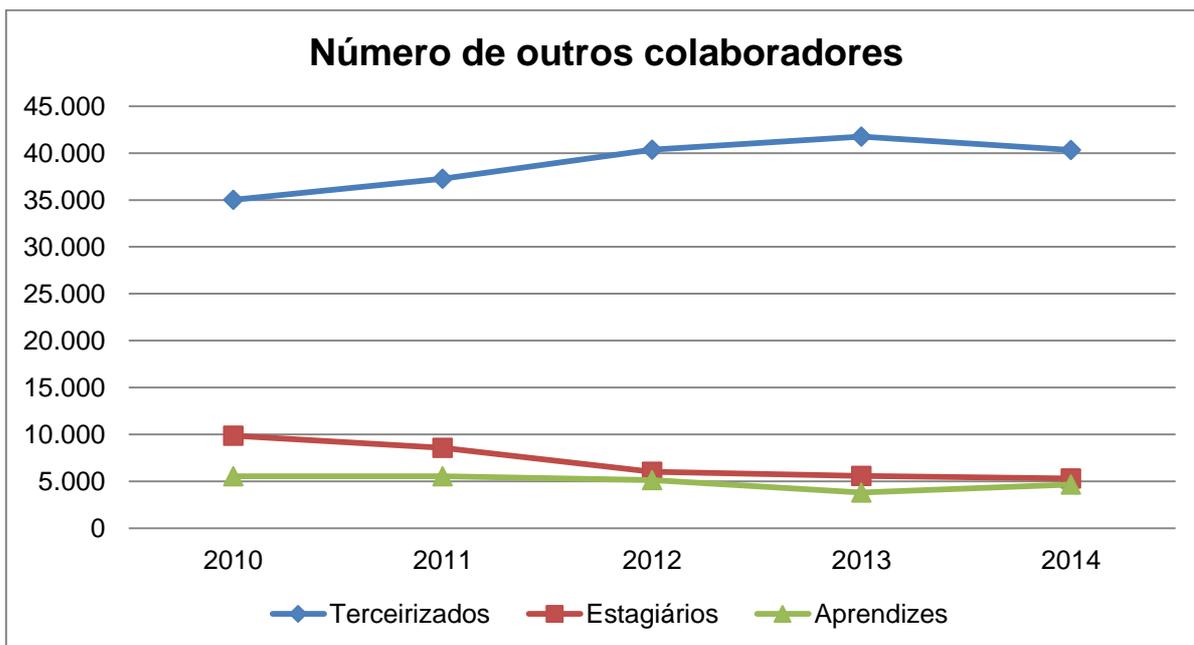


Gráfico 17 : Número de outros colaboradores – Relatório anual BB 2010 a 2014

Quando se analisa o corpo funcional do ponto de vista das faixas etárias percebe-se uma variação positiva em dois grupos, justamente os de maiores idades, pois tanto a faixa que abrange dos 36 aos 45 anos quanto a faixa com idade superior a 45 demonstraram uma maior participação dos funcionários na quantidade geral. Na faixa etária que abrange dos 26 aos 35 anos se manteve estável com variação mínima. Já na faixa etária com idade inferior, até 25 anos, houve redução na quantidade de funcionários. Um dos fatores que pode contribuir para esse efeito é a passagem natural de uma faixa para outra por conta de aniversários somado ao fato de menos contratações do que desligamentos, conforme visto anteriormente.

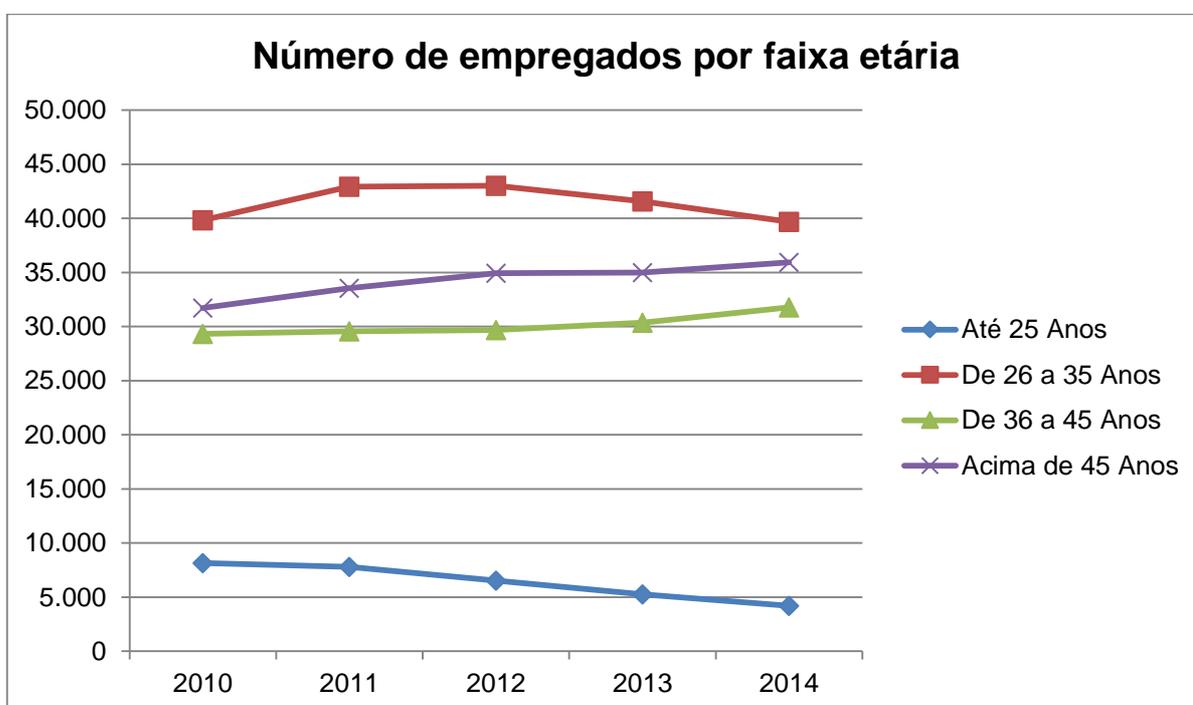


Gráfico 18 : Número de empregados por faixa etária – Relatório anual BB 2010 a 2014

Ao se analisar o quadro funcional por nível de escolaridade nota-se que as formações mais encontradas em 2014 são os funcionários com ensino superior, 44,6% do total, seguido dos pós-graduados com especialização, mestrado e doutorado com 32,6% e depois os funcionários com ensino médio e técnico com 22,4%. Neste quadro nota-se claramente uma tendência de elevação acadêmica dos

funcionários, que pode ocorrer tanto pela conclusão por parte dos funcionários no âmbito do ensino médio e graduação para posterior ingressar em programas de mestrado, quanto pelo ingresso de novos funcionários com formação acadêmica mais elevada.

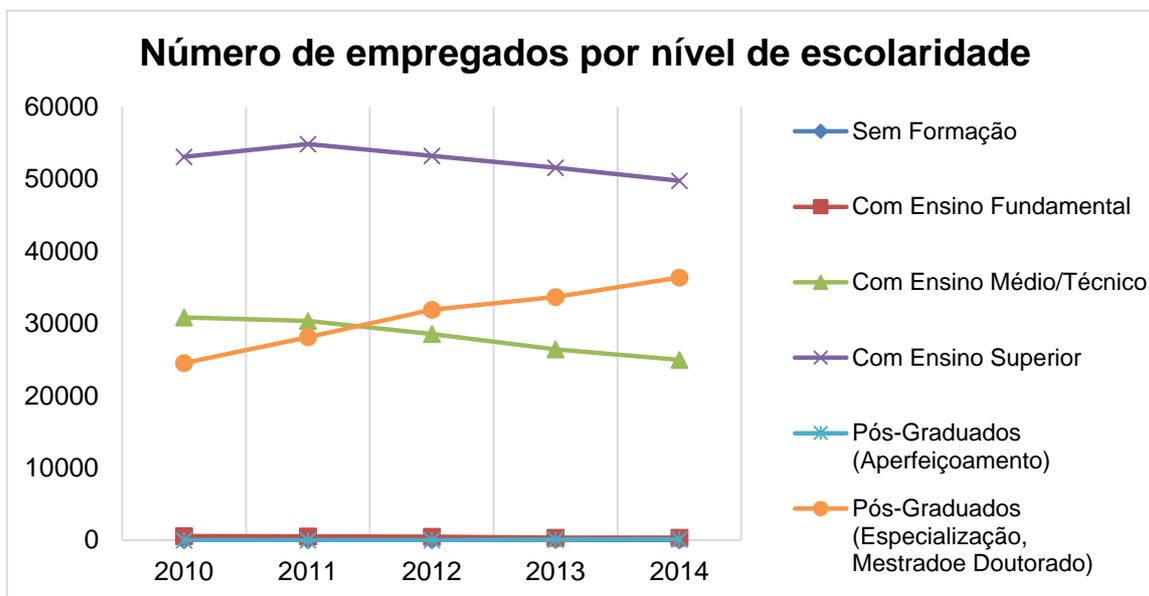


Gráfico 19 : Número de empregados por nível de escolaridade – Relatório anual BB 2010 a 2014

A análise do quadro funcional por gênero demonstra que os homens representam a maioria dos funcionários, com percentuais em 2014 muito semelhantes aos de 2010, sendo 58,5% de homens e 41,5% de mulheres. Sendo que em 2012 essa diferença foi maior e apresentou 64,8% de homens e 35% de mulheres.

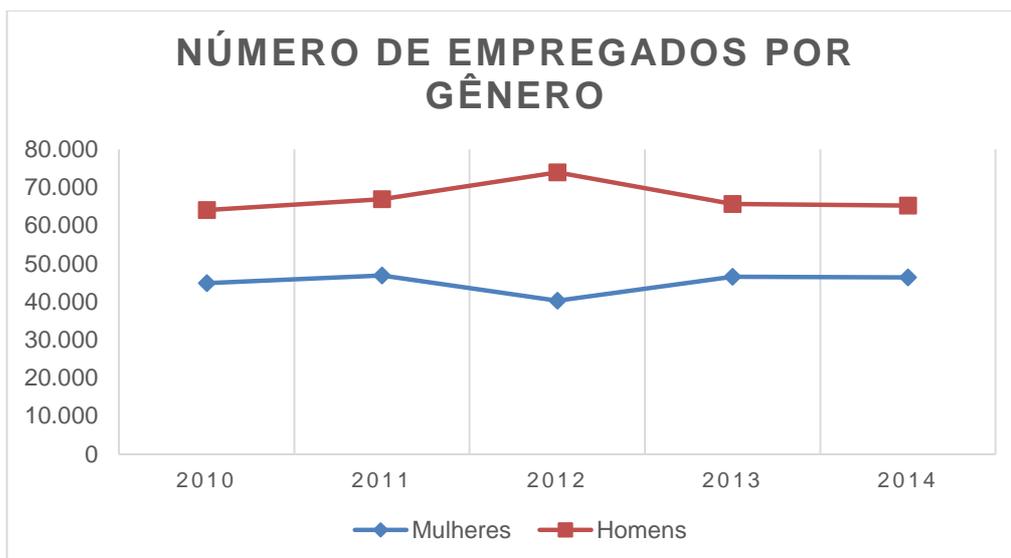


Gráfico 20 : Número de empregados gênero – Relatório anual BB 2010 a 2014

Quando se avalia os cargos de chefia ocupados por gênero nota-se que a diferença entre quantidade de homens e mulheres é superior à registrada no quadro anterior e apresenta uma porcentagem de 64,9% de homens em cargos de chefia e de 35,1% de mulheres. Esses índices não sofreram variações significativas dentro do período pesquisado.

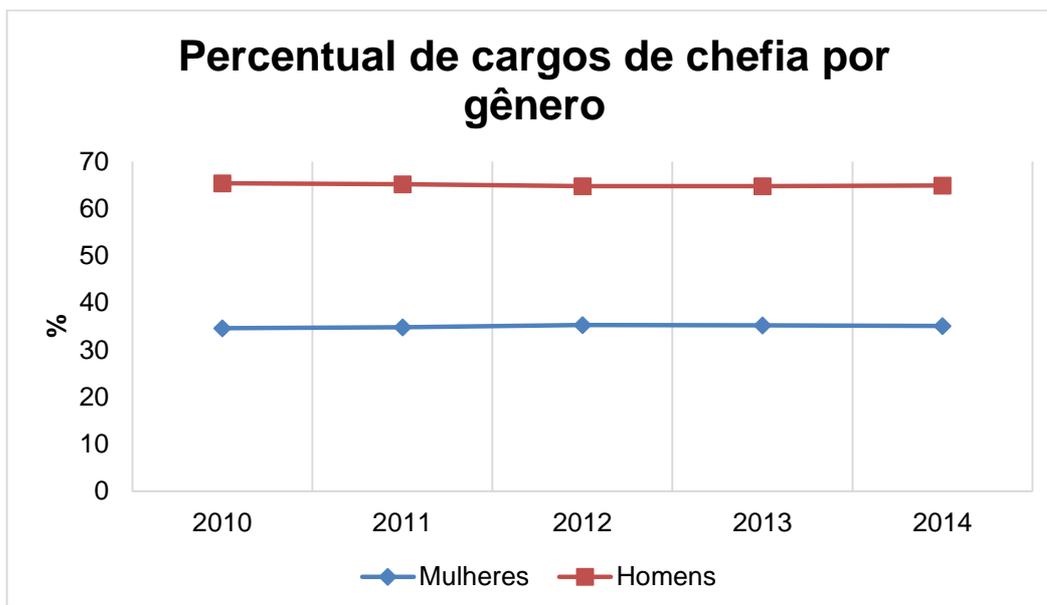


Gráfico 21 : Percentual de cargos de chefia por gênero – Relatório anual BB 2010 a 2014

Em termos de diversidade étnica, houve uma pequena variação positiva no período pesquisado com o percentual de funcionários negros, pardos e índios representando 21,6% do total de funcionários em 2014, ante 19,1% registrado em 2010, isso representa um aumento de 13,1% deste índice no período pesquisado.

Nos cargos de chefia ocupados por negros, pardos e índios a quantidade representa 6,5% do total de funcionários em 2014 e ao comparar com a porcentagem extraída em 2010 que foi de 5,5%, percebe-se um aumento de 18%, índice superior ao exibido anteriormente onde não se considerava apenas cargos de chefia.

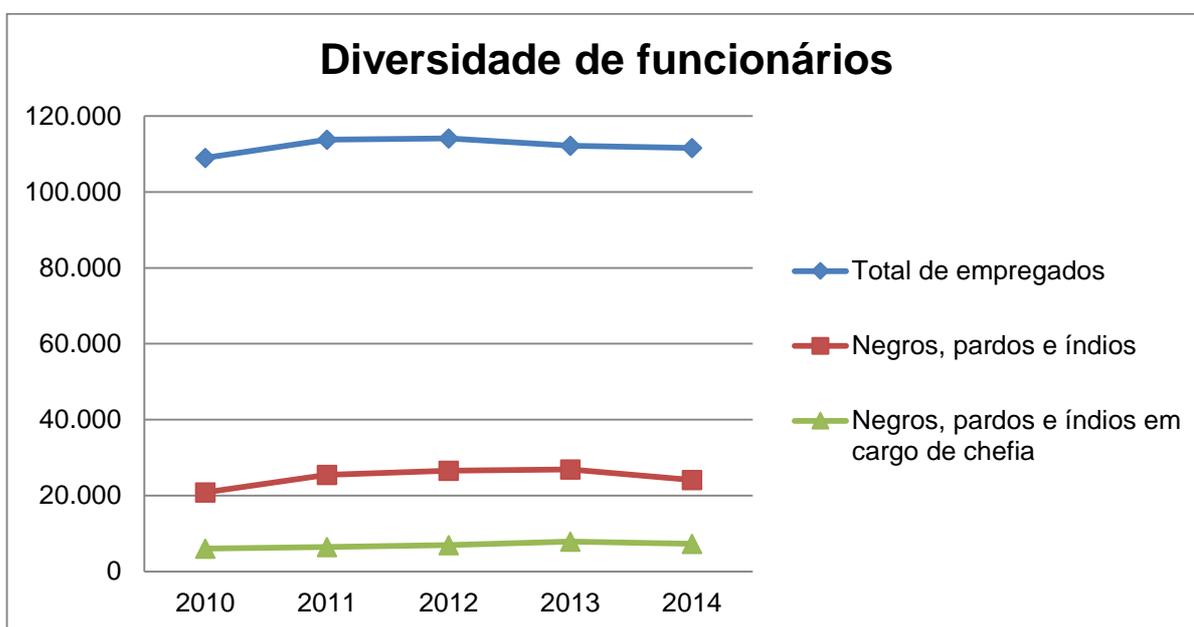


Gráfico 22: Diversidade de funcionários – Relatório anual BB 2010 a 2014

Em relação a diversidade de funcionários o banco incentiva de modo a fazer parte da cultura organizacional tendo intensificado para o período 2013 e 2014 com base nas ações:

- Realizar estudo da seleção externa com recortes de gênero e raça/etnia;
- Incluir o tema de equidade de gênero e raça em cursos da Universidade Corporativa Banco do Brasil;
- Aprimorar a ação afirmativa de gênero no Programa de Ascensão Profissional para a Rede de Agências;

- Melhorar os benefícios concedidos aos funcionários pais solteiros ou em relação hetero ou homoafetiva;
- Aprimorar medidas de apoio às funcionárias gestantes;
- Ampliar a realização de Ouvidorias Itinerantes nos estados, instrumentalizando-as para atuarem com foco no combate às práticas de desigualdades.

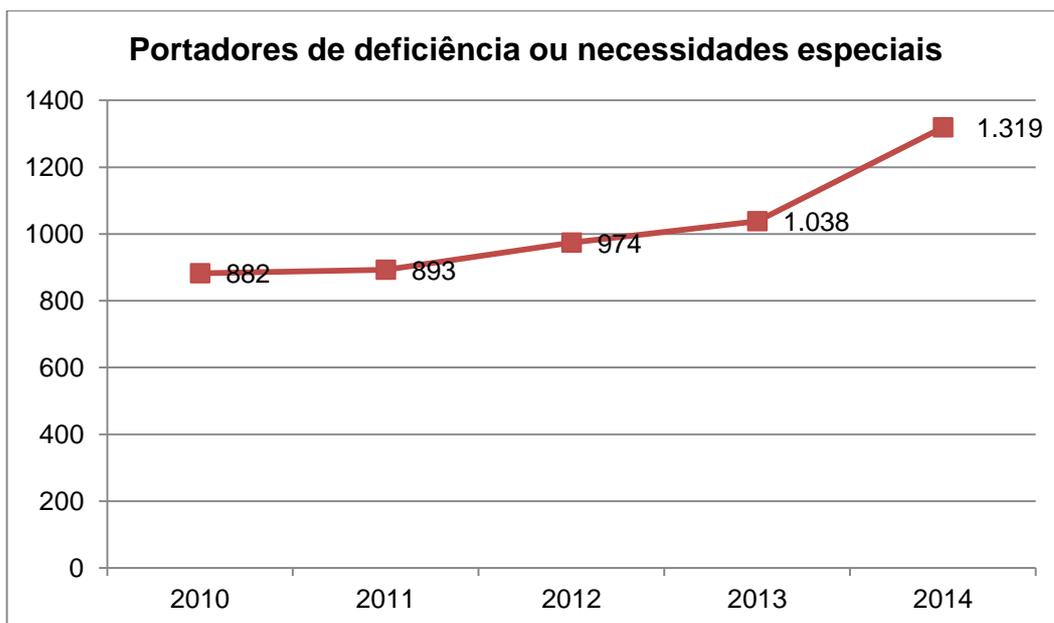


Gráfico 23 : Portadores de deficiência ou necessidades especiais – Relatório anual BB 2010 a 2014

O número de funcionários portadores de deficiência física aumentou 49,5% no período pesquisado. Este número é influenciado pela legislação trabalhista de cotas nas empresas.

### 3.2.6 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

<b>Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	17	16,8	16,8	16,8	16,7
Número Total de Acidentes de Trabalho	983	1.389	1.122	1.327	1.278
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)				
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) + CIPA				
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT				
A Previdência Privada Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)				
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)				
Na Seleção dos Fornecedores, os Mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	( ) Não São Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos				
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Apoia (x) Organiza e Incentiva				
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	Na Empresa: 15.324 No Procon: 9.853 Na Justiça: 94.629	Na Empresa: 15.811 No Procon: 12.467 Na Justiça: 117.586	Na Empresa: 15.162 No Procon: 13.828 Na Justiça: 159.107	Na Empresa: 16.933 No Procon: 13.092 Na Justiça: 54.969	Na Empresa: 19.980 No Procon: 10.256 Na Justiça: 53.574
Percentual de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%
Ações Empreendidas pela Entidade para Sanar ou Minimizar as Causas das Reclamações:	Transformação e Conscientização dos Colaboradores no Atendimento ao Cliente.				
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (em Mil R\$):</b>	<b>36.179.833</b>	<b>38.638.689</b>	<b>40.225.240</b>	<b>49.051.040</b>	<b>43.798.382</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b>% sobre o total</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>
Governo	29,9	28,4	27	26,8	25,8
Colaboradores(as)	36,1	38,1	40,1	37,1	42,2
Acionistas	13	12,7	12,2	12,9	10,5
Terceiros	1,7	1,9	2,2	2,3	3
Retido	19,3	18,9	18,5	21	18,5

Tabela 9: Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial – Relatório anual BB 2010 a 2014

A diferença entre a menor e maior remuneração do banco sofreu um redução muito pequena de apenas 1,8% se compara o índice de 2014 com o 2010.

O valor a valor adicionado a ser distribuído, se comparado o valor de 2014 com 2010 teve um aumento de 21,1% com destaque especial para o ano de 2013 com uma elevação de 35,6% em relação a 2010.

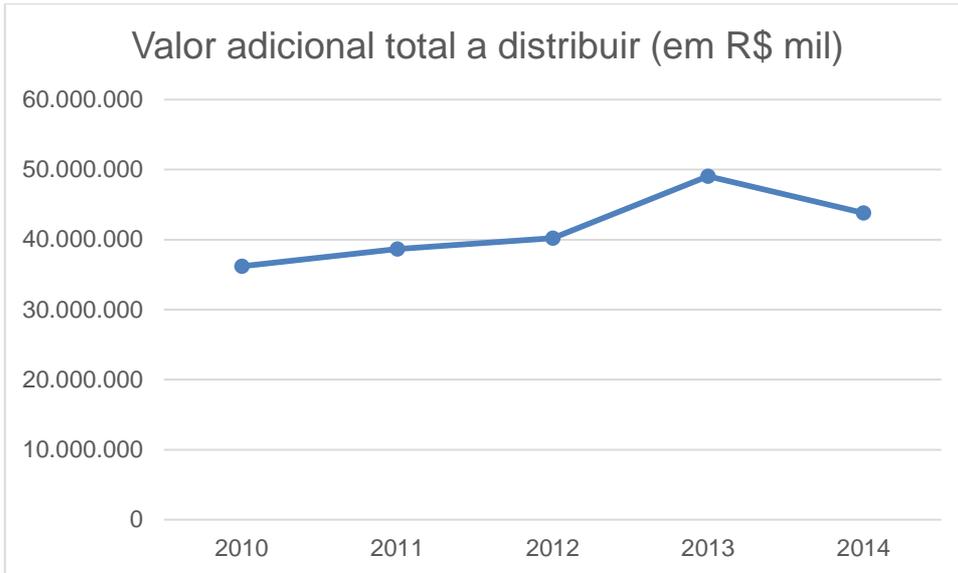


Gráfico 24 : Valor adicionado total a distribuir – Relatório anual BB 2010 a 2014

A distribuição do valor adicionado sofreu alterações ao longo do período pesquisado sendo que os maiores aumentos foram destinados a terceiros com 76,5% se comparado 2014 com 2010, e aos colaboradores com 16,9%. No mesmo período houve redução nos valores adicionados de acionistas em 19,2%, ao governo com 13,7% e o valor retido com 4,1% de redução e que representou dentro uma tendência constante.

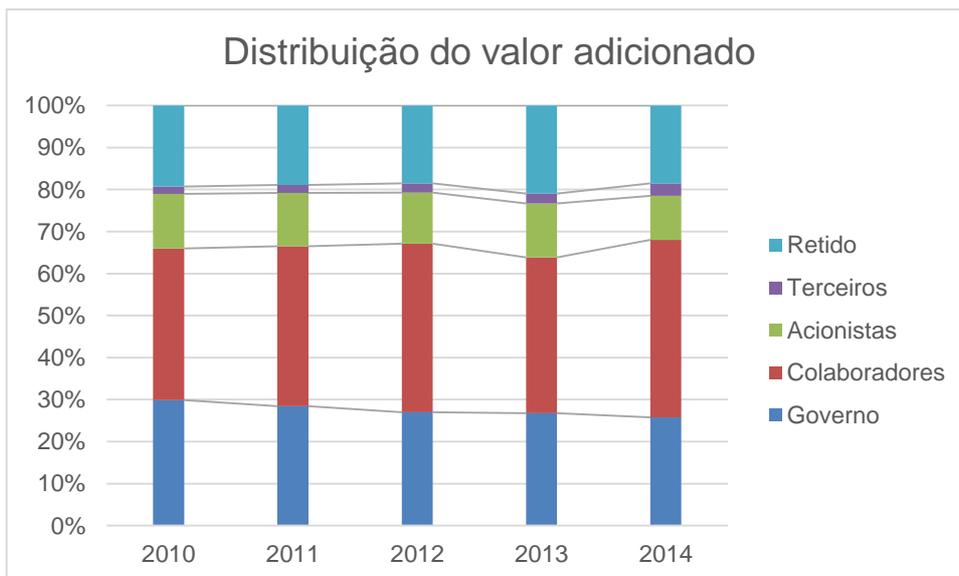


Gráfico 25 :Distribuição do valor adicionado – Relatório anual BB 2010 a 2014

### 3.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados partiu de análises horizontais que pudessem verificar a evolução no período de tempo e também análises verticais para comparar a relevância de itens com a receita líquida da instituição. Para evitar distorções que pudessem afetar a análise se fosse aplicada sobre valores em reais, utilizou-se valores percentuais para comparação.

No início do período pesquisado nota-se uma equivalência no comportamento entre a receita líquida e o resultado operacional, que após o terceiro ano da análise tendeu a se distanciar, isso significa que o resultado obtido no final do período foi menor proporcionalmente a uma mesma receita líquida, tal fato refletiu ao se analisar o lucro que era estável no início do período mas acabou 2014 com um valor menor em reais.

Outros dois aspectos ligados a base de cálculo que podem ser entendidos como tendência devido a sua evolução são: o aumento da folha de pagamento que mostrou uma evolução constante durante o período sem que o número de empregados aumentasse na mesma proporção, ou seja, fruto principalmente de reajustes salariais; e também o valor adicionado que mesmo sendo considerado no formato atual de cálculo só a partir de 2011 demonstrou uma tendência de crescimento, mesmo considerando o forte resultado ocorrido em 2013.

O conjunto dos indicadores sociais internos demonstrou uma tendência de crescimento até 2013 quando houve uma retração devido a diminuição em itens como: participação nos lucros que foi afetado diretamente pela queda no lucro líquido em 2014; e também no item de previdência privada que demonstrou uma tendência de redução desde 2012.

Merecem destaque como aumento do investimento em indicadores sociais internos os itens como saúde e alimentação que apresentaram uma variação positiva em relação ao início do período pesquisado, talvez seja cedo para determinar como uma tendência, mas representou uma evolução.

Outros itens dos indicadores internos foram muito pouco expressivos na totalidade em destaque para segurança no trabalho, educação, cultura e transporte que mostraram períodos de enfraquecimento.

No caso do conjunto dos indicadores sociais externos identificou-se uma forte queda no período motivada principalmente pela forte redução no valor publicado de tributos (excluídos encargos sociais) onde se consideram as informações registradas na Ouvidoria Externa da empresa e com a Justiça.

Dentro dos indicadores externos merece um destaque positivo o investimento no esporte que praticamente dobrou sua percentagem dentro do período analisado com forte tendência de crescimento.

Como destaque negativo nos indicadores externos, cita-se o investimento em educação e em saúde que demonstraram uma tendência constante de redução no período.

Os indicadores ambientais demonstraram percentagens irrelevantes sendo o indicador de investimento mais fraco se comparados a receita líquida, com destaque positivo apenas para o Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial que teve um grande incremento em 2014.

No campo do corpo funcional percebeu-se desde 2012 uma tendência de redução no número de empregados, o que já foi apontado inclusive pelo Sindicato dos Bancários, essa redução pode ser facilmente realizada quanto o número de contratações for menor que o de desligamentos, fato que ocorreu nos dois últimos anos e pela forte e constante redução no número de contratações.

Um fato que merece ser destacado é o aumento no número de funcionários terceirizados e a redução no de estagiários praticamente na mesma proporção.

Em relação a faixas etárias percebe-se claramente o aumento na quantidade de funcionários acima de 36 anos, um dos fatores que podem explicar esse fenômeno é a própria natureza do cargo público, que garante uma certa estabilidade ao funcionário o que faz com que fique vários anos e aqueles que ingressam muito jovens mudam de faixa com a passagem natural dos anos.

Fenômeno semelhante ocorre no nível de escolaridade onde faixas como ensino médio e ensino superior sofreram redução no período enquanto que o número de funcionários com pós-graduação cresceu. De onde pode-se tirar a conclusão que os funcionários das duas primeiras faixas sofrem o processo natural da formatura e uma parcela migra para a pós-graduação.

No decorrer do período de pesquisa não houve variação na proporção entre empregados homens e mulheres, com destaque que as chefias ocupadas por mulheres representam proporcionalmente menos que as de homens.

Com relação a diversidade de funcionários por etnia percebeu-se um pequeno aumento no número em comparação com o total de funcionários, mas quando compara-se as chefias ocupadas por negros, pardos e índios essa variação positiva foi maior.

O número de portadores de deficiências que trabalham no banco quase que dobrou nos últimos cinco anos, um fator que contribui para esse crescimento é a legislação que determina cotas a serem aplicadas pelas empresas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou os balanços sociais e os relatórios de sustentabilidade aplicados em instituição financeira, mais exatamente bancária, para verificar o nível de investimento em responsabilidade social num determinado período de tempo e a relação com a receita líquida.

Através da pesquisa bibliográfica identificou-se que o tema da responsabilidade social desperta cada vez mais interesse, onde o conceito da empresa responsável é uma ideia a ser seguida inclusive na tomada de decisões das empresas.

Um fator que pode ter contribuído para a ampliação do conceito social atribuído as instituições é o uso do termo sustentabilidade que originalmente foi criado a partir de uma visão mais ambientalista e estava mais ligado a questões ambientais ou ecológicas, mas com o tempo foi incorporado também ao aspecto empresarial ao tratar da sustentabilidade, ou longevidade, do negócio. Ideia essa que é suficientemente entendida nos tempos atuais.

A pesquisa abordou os balanços sociais e os relatórios de sustentabilidade aplicados em instituição financeira, mais exatamente bancária, para verificar o nível de investimento em responsabilidade social num determinado período de tempo e a relação com a receita líquida.

O setor bancário por ser um segmento de forte competitividade, com grande concentração de recursos em poucos grupos e que oferecem serviços equivalentes entre si, tenta buscar formas de diferenciação para atrair e manter seus clientes, seja por criar produtos com algum grau de vantagem ou diferenciação, seja por atrelar sua imagem a fatores positivos que possam despertar o interesse de um público alvo.

Justamente a questão da responsabilidade social tem esse apelo, de humanizar a instituição ao torná-la um nome ao qual o cliente não apenas ficará satisfeito ao usufruir dos serviços necessários a ele, como também pode ficar com uma boa impressão ao saber do envolvimento do “seu” banco em projeto voltados à comunidade, ao esporte, a cultura, etc.

Evidente que os bancos entendem esse aspecto e que a divulgação de suas ações positivas pode valorizar sua imagem e seu valor de mercado, tendo a divulgação o balanço social como uma ferramenta de exposição de suas ações que juntamente com outros relatórios de sustentabilidade cumpre esse papel.

No caso do Banco do Brasil, a imagem do banco atrelada ao esporte é muito forte através dos diversos patrocínios que o banco mantém com seleções de modalidades como vôlei ou com atletas individuais. Nesse caso o foco é o retorno na visibilidade.

Pôde-se identificar que o Sistema Financeiro Nacional é composto por diversas instituições cujas atuações são bem definidas e sendo dividido entre os órgãos de regulação e entre as outras instituições sejam elas privadas ou públicas, como é o caso o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil como instituição pública e devido sua grande exposição, incorpora princípios de desenvolvimento social em seu negócio e demonstra suas ações através de relatórios seguindo padrões pré-estabelecidos por institutos que desenvolveram ferramentas de prestação de contas das práticas de desenvolvimento sócio ambiental por parte das empresas, que no caso foi o Ibase e o GRI.

O balanço social foi idealizado para ser uma forma simples de visualização das ações de responsabilidade social das empresas e desde sua criação sofreu mudanças de forma e conteúdo nos países onde foi desenvolvido para atender a demanda de informações de cunho social e ambiental.

A padronização do balanço social no Brasil através do modelo IBASE facilitou sua análise com o intuito de apurar a relevância dos investimentos socioambientais e o estudo do comportamento e da tendência quando pesquisa em um determinado período de tempo.

Através da análise dos balanços sociais do banco percebeu-se que alguns índices tiveram melhora durante o período da pesquisa enquanto que outros tiveram retração, como já exposto na interpretação da pesquisa.

O problema da pesquisa partiu de uma pergunta se o Banco do Brasil seria um exemplo de responsabilidade social, para isso após o entendimento de como funcionava o Sistema Financeiro Nacional para identificar seu papel, identificou-se

através dos relatórios do banco que o investimento em ações responsáveis fazem parte constante de sua estratégia de negócio.

Apesar da verificação dos diversos prêmios que o banco recebe por boas práticas tanto internas quanto externas, mas levando em conta novamente as palavras de Oliveira (2013) que diz que a responsabilidade social é mais que ação social, é atitude por parte da empresa e não existe uma lista rígida de ações que uma empresa deve adotar para ser considerada responsável, e também com base nos levantamentos numéricos que foram realizados apurou-se que o Banco do Brasil responde de forma positiva ao problema desta pesquisa em alguns aspectos e negativamente em outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

BACEN. **Competências**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?LAICOMPETENCIAS>. Acesso em 17 abr.2015.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARRETO, Carlos E. F. **Responsabilidade social da empresas: Um Estudo de Caso**. São Paulo: PUC-SP, 2003.

BECHARA, Ana Marta. **Balanco Social: uma análise dos indicadores sociais da petrobras**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 2010.

CABRAL, Natanael. **Balanco social e a demonstração do valor adicionado: "compromisso, sustentabilidade e transparência"**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 2012.

CALADO, Luiz Roberto. **Regulação e autorregulação do mercado financeiro**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

CARVALHO, J. Eduardo. **O Balanco social da empresa: Uma Abordagem Sistêmica**. Portugal: Minerva, 1990.

CARVALHO, Fernando J.Cardim de et al. **Economia monetária e financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COSTA, Fernando Nogueira. **Brasil dos bancos**. São Paulo: Edusp, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Os mecanismos econômicos**. São Paulo: disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/14-Como-Funciona-a-Economia.doc>, 2014.

EGYPTO, Luiz. **BB 200 anos de Brasil: pessoa que fazem história**. São Paulo: Associação Amigos do Centro Cultural Banco do Brasil-SP, 2009.

FILHO, Adalberto Simão; PEREIRA, Sergio Luiz. **A empresa ética em ambiente ecoeconômico**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

FILHO, José V. S. **Contribuição para a Implantação e divulgação do balanço Social**. São Paulo: PUC-SP, 2000.

FLORES, Jorge O.de M. **Balanco social- Carta Mensal** ISSN 0101-4315 volume 45-no529- abril/99.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Ernesto L. **Balço social da empresa na América latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBASE. **Balço social, 10 anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

IPEA. **Desenvolvimento sustentável, economia verde e a Rio+20**. Brasília: IPEA, 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos, 2014.

INSTITUTO ETHOS. **O balço social e a comunicação da empresa com a sociedade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 1994.

JAYME JUNIOR, Frederico G.; CROCCO, Marco. **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

JUNQUEIRA, Luciano, et.al. **Gestão social: mobilizações e conexões**. São Paulo: LCTE, 2013.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAS CASAS, Alexandre. **Marketing bancário**. São Paulo: Saint Paul, 2007.

LUCA, Marcia M.M.de. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo. Atlas, 1998.

NETO, Francisco D'orto. **Evolução do valor agregado à sociedade pelos maiores bancos do Brasil: uma análise comparativa do período de 1997 a 2002**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 2004.

NEWLANDS JUNIOR, Carlor Arthur. **Sistema financeiro e bancário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NÓBREGA, Victor Hugo de Barros. **Gestão de pessoas em empresa global do setor bancário**: um estudo sobre mobilidade interna. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 2014.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PAULA, Luiz Fernando de. **Sistema financeiro, bancos e financiamento da economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PELIANO, A.M.T.M. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público**: A Ação Social das Empresas do Sudeste Brasileiro. Brasília: IPEA, 2000.

REJANI, Fenando Montrezol. **Desenvolvimento sustentável e agenda de atuação dos bancos públicos comerciais brasileiros**: uma análise da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável (DRS) do Banco do Brasil. 2011. 300 f. Dissertação (Mestrado em Economia) PUC-SP, São Paulo, 2011.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

**Relação de instituições em funcionamento no país**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?RELINST>, acesso em 08/06/2015.

**Relatório Anual Banco do Brasil 2009**. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2009/index.html>, acesso em 01/03/2015.

**Relatório Anual Banco do Brasil 2010**. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/>, acesso em 01/03/2015.

**Relatório Anual Banco do Brasil 2011**. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/config.htm>, acesso em 01/03/2015.

**Relatório Anual Banco do Brasil 2012**. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2012/port/ra/index.htm#.VVIsTNLFWi4>, acesso em 01/03/2015.

**Relatório Anual Banco do Brasil 2013**. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2013/port/ra/index.htm>, acesso em 01/03/2015.

ROBLE, Gilmar Lima de Elua. **Qualidade de vida no trabalho**: um estudo em empresas que publicam balanço GRI. Dissertação (Mestrado). São Paulo, PUC, 2012.

ROSSETTI, José P. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1978.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Julyana Moreira. **Transformações organizacionais e mudanças nas condições de trabalho dos bancários**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC, 2013.

SECURATO, José Roberto; SECURATO, José Cláudio. **Mercado financeiro: conceitos, cálculo e análise de investimento**. São Paulo: Saint Paul, 2009.

SILVA, Maria F. S. **A Abordagem Social da Contabilidade: Um Estudo em Empresa Industrial no Ramo de Bebidas**. São Paulo: PUC-SP, 2000.

SOUZA, André Luiz de. **Balço social de instituições financeiras, evidência da responsabilidade social e a relação com a cotação de ações negociadas em bolsa de valores: um estudo multicase**. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## ANEXO 1 – NBC T 15

### **Resolução CFC nº 1.003/04**

#### **Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da

Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

**Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO**  
Presidente

Ata CFC nº 861  
Procs. CFC nos 40/04 e 42/04.

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

**NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

**15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS**

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

## **15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS**

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;

- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:
  - menores de 18 anos
  - de 18 a 35 anos
  - de 36 a 60 anos
  - acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:
  - analfabetos
  - com ensino fundamental
  - com ensino médio
  - com ensino técnico
  - com ensino superior
  - pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

### 15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;

- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

#### 15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;

- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

### **15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.
- 15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.
- 15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

## ANEXO 2 – RESOLUÇÃO 4327/2014

RESOLUÇÃO Nº 4.327, DE 25 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de abril de 2014, com base no disposto nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, 2º, inciso VI, e 9º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, 7º da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, 1º, inciso II, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 1º, § 1º, e 12, inciso V, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, e 6º do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969,

R E S O L V E U :

### CAPÍTULO I DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes que, considerados os princípios de relevância e proporcionalidade, devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Para fins do estabelecimento e da implementação da PRSA, as instituições referidas no **caput** devem observar os seguintes princípios:

I - relevância: o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição; e

II - proporcionalidade: a compatibilidade da PRSA com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

### CAPÍTULO II DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Art. 2º A PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, são partes interessadas os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que, conforme avaliação da instituição, sejam impactadas por suas atividades.

§ 2º A PRSA deve estabelecer diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas

à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental.



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

§ 3º As instituições mencionadas no art. 1º devem estimular a participação de partes interessadas no processo de elaboração da política a ser estabelecida.

§ 4º Admite-se a instituição de uma PRSA por:

I - conglomerado financeiro; e

II - sistema cooperativo de crédito, inclusive a cooperativa central de crédito, e, quando houver, a sua confederação e banco cooperativo.

§ 5º A PRSA deve ser objeto de avaliação a cada cinco anos por parte da diretoria e, quando houver, do conselho de administração.

### CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA

Art. 3º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA.

§ 1º A estrutura de governança mencionada no **caput** deve prover condições para o exercício das seguintes atividades:

I - implementar as ações no âmbito da PRSA;

II - monitorar o cumprimento das ações estabelecidas na PRSA;

III - avaliar a efetividade das ações implementadas;

IV - verificar a adequação do gerenciamento do risco socioambiental estabelecido

na PRSA; e

V - identificar eventuais deficiências na implementação das ações.

§ 2º É facultada a constituição de comitê de responsabilidade socioambiental, de natureza consultiva, vinculado ao conselho de administração ou, quando não houver, à diretoria executiva, com a atribuição de monitorar e avaliar a PRSA, podendo propor aprimoramentos.

§ 3º Na hipótese de constituição do comitê a que se refere o § 2º, a instituição deve divulgar sua composição, inclusive no caso de ser integrado por parte interessada externa à instituição.

### CAPÍTULO IV DO GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL

Art. 4º Para fins desta Resolução, define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições mencionadas no art. 1º decorrentes de danos socioambientais.

Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014  
de 4

Página 2



## BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 5º O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

Art. 6º O gerenciamento do risco socioambiental das instituições mencionadas no art. 1º deve considerar:

I - sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;

II - registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;

III - avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e

IV - procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Art. 7º As ações relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental devem estar subordinadas a uma unidade de gerenciamento de risco da instituição.

Parágrafo único. Independente da exigência prevista no **caput**, procedimentos para identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental podem ser também adotados em outras estruturas de gerenciamento de risco da instituição.

Art. 8º As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer critérios e mecanismos específicos de avaliação de risco quando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As instituições mencionadas no art. 1º devem estabelecer plano de ação visando à implementação da PRSA.

Parágrafo único. O plano mencionado no **caput** deve definir as ações requeridas para a adequação da estrutura organizacional e operacional da instituição, se necessário, bem como as rotinas e os procedimentos a serem executados em conformidade com as diretrizes da política, segundo cronograma especificado pela instituição.

Art. 10. A PRSA e o respectivo plano de ação mencionado no art. 9º devem ser aprovados pela diretoria e, quando houver, pelo conselho de administração, assegurando a adequada integração com as demais políticas da instituição, tais como a de crédito, a de gestão de recursos humanos e a de gestão de risco.



## **BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Art. 11. As instituições mencionadas no art. 1º devem aprovar a PRSA e o respectivo plano de ação, na forma prevista no art. 10, e iniciar a execução das ações correspondentes ao plano de ação segundo o cronograma a seguir:

I - até 28 de fevereiro de 2015, por parte das instituições obrigadas a implementar o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), conforme regulamentação em vigor; e

II - até 31 de julho de 2015, pelas demais instituições.

Art. 12. As instituições mencionadas no art. 1º devem:

I - designar diretor responsável pelo cumprimento da PRSA;

II - formalizar a PRSA e assegurar sua divulgação interna e externa; e

III - manter documentação relativa à PRSA à disposição do Banco Central do Brasil.

Art. 13. O Banco Central do Brasil poderá determinar a adoção de controles e procedimentos relativos à PRSA, estabelecendo prazo para sua implementação.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alexandre Antonio Tombini  
Presidente do Banco Central do Brasil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28/4/2014, Seção 1, p. 22, e no Sisbacen.

## ANEXO 3 – BALANÇOS SOCIAIS 2010 A 2014

1 – Base de Cálculo	2010 (R\$ mil)				2009 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL) <sup>(1)</sup>	26.334.600				18.232.858			
Resultado Operacional (RO) <sup>(2)</sup>	18.410.195				13.591.802			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	13.019.591				11.838.434			
Valor Adicionado Total (VAT)	11.703.165				10.147.522			
2 – Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	957.871	7,4	3,6	8,2	804.140	6,8	4,4	7,9
Encargos sociais compulsórios	2.698.964	20,7	10,2	23,1	2.512.606	21,2	13,8	24,8
Previdência Privada <sup>(4)</sup>	1.004.182	7,7	3,8	8,6	1.089.673	9,2	6	10,7
Saúde <sup>(4)</sup>	693.913	5,3	2,6	5,9	639.801	5,4	3,5	6,3
Segurança e saúde no trabalho <sup>(2)(7)</sup>	33.609	0,3	0,1	0,3	26.360	0,2	0,1	0,3
Educação <sup>(2)</sup>	44.755	0,3	0,2	0,4	37.150	0,3	0,2	0,4
Capacitação e desenvolvimento profissional (2)	73.353	0,6	0,3	0,6	59.705	0,5	0,3	0,6
Creches ou auxílio-creche	62.706	0,5	0,2	0,5	51.988	0,4	0,3	0,5
Transporte	23.042	0,2	0,1	0,2	18.416	0,2	0,1	0,2
Participação nos lucros ou resultados	1.756.190	13,5	6,7	15	1.384.532	11,7	7,6	13,6
Outros	117.575	0,9	0,4	1	102.172	0,9	0,6	1
<b>Total – Indicadores sociais internos</b>	<b>7.466.159</b>	<b>57,3</b>	<b>28,4</b>	<b>63,8</b>	<b>6.726.543</b>	<b>56,8</b>	<b>36,9</b>	<b>66,3</b>
3 – Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Educação <sup>(2)</sup>	27.881	0,2	0,1	0,2	20.587	0,2	0,1	0,2
Cultura <sup>(2)</sup>	43.074	0,3	0,2	0,4	44.783	0,4	0,2	0,4
Saúde e saneamento	13.118	0,1	0	0,1	N/D	N/D	N/D	N/D
Esporte	54.421	0,4	0,2	0,5	63.493	0,5	0,3	0,6
Combate à fome e segurança alimentar <sup>(2)</sup>	947,08	0	0	0	415,06	0	0	0
Geração de Trabalho e renda	61.394	0,5	0,2	0,5	33.352	0,3	0,2	0,3
Outros <sup>(2)</sup>	16.113	0,1	0,1	0,1	17.641	0,1	0,1	0,2
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>216.948</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>180.272</b>	<b>1,5</b>	<b>1</b>	<b>1,8</b>
Tributos (excluídos encargos sociais) <sup>(2)</sup>	6.894	0,1	0	0,1	8.030	0,1	0	0,1
<b>Total – Indicadores sociais externos</b>	<b>223.842</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>188.303</b>	<b>1,6</b>	<b>1</b>	<b>1,9</b>
4 – Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
<b>4.1 – Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa <sup>(2)</sup></b>	<b>70.458</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>42.862</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>
<b>4.2 – Investimentos em programas e/ou projetos externos <sup>(2)</sup></b>	<b>1.305</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>302</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)</b>	<b>71.763</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>43.164</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,4</b>
5 – Indicadores do Corpo Funcional	2010 – unidades				2009 – unidades			
Nº de empregados (as) ao final do período	109.026				103.971			
Nº de admissões durante o período	10.048				14.999			
Nº de desligamentos durante o período	4.505				2.786			
Nº de empregados (as) terceirizados (as) (2)	35.007				35.368			
Nº de estagiários (as)	9.853				9.917			
Nº de aprendizes	5.534				5.336			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	31.705				30.509			
<b>Nº de empregados por faixa etária:</b>								
Até 25 anos	8.158				8.230			
de 26 a 35 anos	39.829				35.974			
de 36 a 45 anos	29.334				29.258			
acima de 45 anos	31.705				30.509			
<b>Nº de empregados por nível de escolaridade:</b>								
com ensino fundamental	579				696			
com ensino médio/técnico	30.835				31.207			
com ensino superior	53.073				50.163			
pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado)	24.539				21.905			
<b>Nº de mulheres que trabalham na empresa</b>	44.921				42.330			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	34,6				36,5			
<b>Nº de homens que trabalham na empresa</b>	64.105				61.641			
% de cargos de chefia ocupados por homens	65,4				63,5			
<b>Nº de negros (as), pardos (as) ou índios (as) que trabalham na empresa</b>	20.807				19.551			
<b>Nº negros, pardos ou índios que ocupam cargos de chefia <sup>(5)</sup></b>	6.016				5.332			
<b>Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais</b>	882				807			
<b>Remuneração bruta (sem encargos) segregada por:</b>	R\$ 6.909.940.075,31				R\$ 5.518.211.409,32			
Empregados	R\$ 6.892.104.257,81				R\$ 5.500.969.713,19			
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 17.835.817,50				R\$ 17.241.696,13			
<b>Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o Salário Mínimo (Nacional ou regional)</b>								
Diferença entre o menor salário pago pela empresa e o Salário Mínimo	1.090,13				951			

6 – Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	17	17,8
Número total de acidentes de trabalho	983	628
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção ( ) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção ( ) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as) ( ) todos (as) + CIPA	(X) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as) ( ) todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as): <sup>(6)</sup>	na empresa: 15.324 no Procon: 9.853 na justiça: 94.629	na empresa: 19.344 no Procon: 4.788 na justiça: 121.773
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100% no Procon: 100%	na empresa: 100% no Procon: 99,8%
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Transformação e conscientização de colaboradores no atendimento ao cliente.	Transformação e conscientização de colaboradores no atendimento ao cliente.
<b>Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):</b>	<b>36.179.833</b>	<b>31.116.269</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b>% sobre o total</b>	<b>% sobre o total</b>
Governo	29,90%	27,80%
Colaboradores(as)	36,10%	37,90%
Acionistas	13%	13,10%
Terceiros	1,70%	1,60%
Retido	19,30%	19,60%

## 7 – Outras Informações

Banco do Brasil S/A – Brasília/DF – CNPJ: 00.000.000/0001-91

[Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Gilberto Lourenço da Aparecida – \(61\) 3310.3990 – ri@bb.com.br](mailto:Gilberto.Lourenco.da.Aparecida@bb.com.br)

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa. O Balanço Social foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes e o relatório de asseguração será publicado no Relatório Anual de 2010.

### Notas Explicativas:

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Como Receita Líquida (RL), foi considerado o Resultado Bruto de Intermediação Financeira, sendo, portanto, alterado o valor publicado em 2009.
- (2) Alteração na metodologia de coleta de dados. Devido à alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.
- (3) Despesas de Pessoal. Devido à alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.
- (4) Foram consideradas as contribuições patronais realizadas para todas as Entidades Patrocinadas, inclusive das incorporadas (BNC, BESC, BEP), além das próprias. Devido à alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.
- (5) Foi considerado o número total de negros, pardos e índios em cargos de chefia. No ano de 2009, foi utilizado o percentual para publicação, portanto, foi efetuada alteração no valor referente aquele ano nessa publicação.
- (6) Consideram-se as reclamações registradas na ouvidoria externa da Empresa. Devido à alteração de metodologia de coleta de dados, os valores publicados em 2009 foram alterados nessa publicação.
- (7) Os valores informados incluem a contribuição patronal aos planos de saúde dos funcionários.

1 - Base de Cálculo	2010 (R\$ mil)				2011 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL) <sup>1</sup>	25.561.532				27.513.063			
Resultado Operacional (RO)	18.410.195				18.506.767			
Folha de Pagamento Bruta (FPB) <sup>2</sup>	13.019.591				14.912.575			
Valor Adicionado Total (VAT)	11.703.165				12.219.121			
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>
Alimentação	957.871	7,4	3,7	8,2	1.086.261	7,3	3,9	8,9
Encargos sociais compulsórios	2.698.964	20,7	10,6	23,1	2.455.755	16,5	8,9	20,1
Previdência privada <sup>3</sup>	1.004.182	7,7	3,9	8,6	1.164.046	7,8	4,2	9,5
Saúde <sup>3,4</sup>	722.785	5,6	2,8	6,2	894.943	6	3,3	7,3
Segurança e saúde no trabalho <sup>5</sup>	33.609	0,3	0,1	0,3	41.858	0,3	0,2	0,3
Educação <sup>6</sup>	44.755	0,3	0,2	0,4	27.583	0,2	0,1	0,2
Cultura	1.362	0	0	0	2.798	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	73.353	0,6	0,3	0,6	106.276	0,7	0,4	0,9
Creches ou auxílio-creche	62.706	0,5	0,2	0,5	74.166	0,5	0,3	0,6
Transporte	23.042	0,2	0,1	0,2	31.318	0,2	0,1	0,3
Participação nos lucros ou resultados	1.756.190	13,5	6,9	15	1.790.543	12	6,5	14,7
Outros	117.575	0,9	0,5	1	148.952	1	0,5	1,2
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>7.496.393</b>	<b>57,6</b>	<b>29,3</b>	<b>64,1</b>	<b>7.824.498</b>	<b>52,5</b>	<b>28,4</b>	<b>64</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>
Educação	27.881	0,2	0,1	0,2	27.716	0,2	0,1	0,2
Cultura	43.074	0,3	0,2	0,4	53.269	0,4	0,2	0,4
Saúde e saneamento	13.118	0,1	0,1	0,1	8.398	0,1	0	0,1
Esporte	54.421	0,4	0,2	0,5	56.100	0,4	0,2	0,5
Combate à fome e segurança alimentar	947.08	0	0	0	8.009	0,1	0	0,1
Geração de trabalho e renda	61.394	0,5	0,2	0,5	64.224	0,4	0,2	0,5
Outros	16.113	0,1	0,1	0,1	13.976	0,1	0,1	0,1
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>216.948</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>231.693</b>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>
Tributos (excluídos encargos sociais) <sup>7</sup>	3.110.257	23,9	12,2	26,6	2.266.700	15,2	8,2	18,6
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>3.327.205</b>	<b>25,6</b>	<b>13</b>	<b>28,4</b>	<b>2.498.393</b>	<b>16,8</b>	<b>9,1</b>	<b>20,4</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>% sobre VAT</b>
4.1 – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	70.458	0,5	0,3	0,6	83.924	0,6	0,3	0,7
4.2 – Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.305	0,6	0,3	0	12.590	0,6	0,4	0
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (4.1+4.2)</b>	<b>71.763</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,6</b>	<b>96.514</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,8</b>
<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2010 - unidades</b>				<b>2011 - unidades</b>			
Nº de empregados (as) ao final do período	109.026				113.810			
Nº de admissões durante o período	10.048				8.754			
Nº de desligamentos durante o período	4.505				3.895			
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	35.007				37.272			
Nº de estagiários (as)	9.853				8.567			
Nº de aprendizes	5.534				5.551			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	31.705				33.550			
<b>Nº de Empregados por Faixa Etária:</b>								
Até 25 anos	8.158				7.787			
De 26 à 35 anos	39.829				42.918			
De 36 à 45 anos	29.334				29.555			
Acima de 45 anos	31.705				33.550			
<b>Nº de Empregados por Nível de Escolaridade:</b>								
Com ensino fundamental	579				472			
Com ensino médio/técnico	30.835				30.362			
Com ensino superior	53.073				54.821			
Pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado)	24.539				27.991			
<b>Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa:</b>	<b>44.921</b>				<b>46.878</b>			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	34,6				34,8			
<b>Nº de Homens que Trabalham na Empresa:</b>	<b>64.105</b>				<b>66.932</b>			
% de cargos de chefia ocupados por homens	65,4				65,2			
<b>Nº de Negros (as), Pardos (as) ou Índios (as) que Trabalham na Empresa:</b>	<b>20.807</b>				<b>25.485</b>			
Nº de negros, pardos ou índios que ocupam cargos de chefia	6.016				6.436			
<b>Nº de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais</b>	<b>882</b>				<b>893</b>			
<b>Remuneração Bruta (Sem Encargos) Segregada por:</b>	<b>R\$ 6.909.940.075</b>				<b>R\$ 7.775.449.684</b>			
Empregados	R\$ 6.892.104.258				R\$ 7.752.217.879			
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 17.835.818				R\$ 23.231.805			
<b>Diferença entre o Menor salário pago pela Empresa e o Salário-Mínimo (Nacional ou Regional)</b>								
Diferença entre o menor salário pago pela Empresa e o salário-mínimo	R\$ 1.090				R\$ 1.138			

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010	2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	17	16,8
Nº total de acidentes de trabalho	983	1.389
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	(x) direção ( ) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as)	(x) direção ( ) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as) ( ) todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências ( ) todos (as) empregados (as) ( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Empresa:	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (x) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (x) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve ( ) apoia (x) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (x) organiza e incentiva
Nº total de reclamações e críticas de consumidores (as) <sup>8</sup> :	na Empresa: 15.324 no Procon: 9.853 na Justiça: 94.629	na Empresa: 15.811 no Procon: 12.467 na Justiça: 117.586
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa: 100% no Procon: 100%	na Empresa: 100% no Procon: 100%
Ações empreendidas pela Entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Transformação e conscientização dos colaboradores no atendimento ao cliente	Transformação e conscientização dos colaboradores no atendimento ao cliente
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):</b>	<b>36.179.833</b>	<b>38.638.689</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>
Governo	29,90%	28,40%
Colaboradores (as)	36,10%	38,10%
Acionistas	13,00%	12,70%
Terceiros	1,70%	1,90%
Retido	19,30%	18,90%

#### 7 - Outras Informações

Banco do Brasil S.A. – Brasília/DF – CNPJ: 00.000.000/0001-91

[Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ri@bb.com.br](mailto:ri@bb.com.br)

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

O Balanço Social foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes S.A. e o relatório de asseguaração é publicado no Relatório Anual de 2011.

#### Notas Explicativas:

(1) Valor corresponde ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira. Devido a aperfeiçoamento de metodologia, os valores divulgados em 2010 foram modificados.

(2) Valor corresponde à despesa de pessoal.

(3) Foram consideradas as contribuições patronais realizadas para todas as Entidades Patrocinadas, inclusive das incorporadas (BNC, Besc, BEP), além das próprias.

(4) Valor corresponde à contribuições do Banco para os planos de assistência médica. Devido a aperfeiçoamento de metodologia, o valores divulgados em 2010 foram alterados.

(5) Os valores informados incluem investimentos em segurança do trabalho e saúde ocupacional.

(6) Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

(7) Devido a aperfeiçoamento de metodologia, os valores divulgados em 2010 foram alterados.

(8) Consideram-se as informações registradas na Ouvidoria Externa da Empresa e junto à justiça.

1. BASE DE CÁLCULO	2011 (R\$ MIL)			2012 (R\$ MIL)				
Receita Líquida (RL)					26.106.906			27.706.816
Resultado Operacional (RO)					18.506.767			17.226.772
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (1)					14.912.575			16.503.443
Valor Adicionado Total (VAT) (5)					41.527.413			43.470.807
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT
Alimentação	1.086.261	7,3	3,9	8,9	1.142.332	6,9	4,1	2,6
Encargos Sociais Compulsórios	2.455.755	16,5	8,9	20,1	2.872.138	17,4	10,4	6,6
Previdência Privada (2)	1.164.046	7,8	4,2	9,5	2.243.701	13,6	8,1	5,2
Saúde (2)	894.943	6	3,3	7,3	927.960	5,6	3,3	2,1
Segurança e Saúde no Trabalho	41.858	0,3	0,2	0,3	70.249	0,4	0,3	0,2
Educação (3)	27.583	0,2	0,1	0,2	18.962	0,1	0,1	0
Cultura	2.798	0	0	0	0	0	0	0
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	106.276	0,7	0,4	0,9	84.573	0,5	0,3	0,2
Creches ou Auxílio-Creche	74.166	0,5	0,3	0,6	87.027	0,5	0,3	0,2
Transporte	31.318	0,2	0,1	0,3	21.993	0,1	0,1	0,1
Participação nos Lucros ou Resultados	1.790.543	12	6,5	14,7	1.835.262	11,1	6,6	4,2
Outros	148.952	1	0,5	1,2	436.821	2,6	1,6	1
PAS	1.535	0	0	0	272.712	1,7	1	0,6
Plano Odontológico	27.002	0,2	0,1	0,2	27.719	0,2	0,1	0,1
Programa de Aprendizagem	73.202	0,5	0,3	0,6	43.105	0,3	0,2	0,1
Programa de Estágio	47.213	0,3	0,2	0,4	93.285	0,6	0,3	0,2
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>7.824.498</b>	<b>52,5</b>	<b>28,4</b>	<b>64</b>	<b>9.741.018</b>	<b>59</b>	<b>35,2</b>	<b>22,4</b>
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT
Educação	27.716	0,2	0,1	0,2	28.698	0,2	0,1	0,1
Cultura	53.185	0,4	0,2	0,4	41.283	0,3	0,1	0,1
Saúde e Saneamento	8.398	0,1	0	0,1	10.508	0,1	0	0
Esporte	56.100	0,4	0,2	0,5	82.445	0,5	0,3	0,2
Combate à Fome e Segurança Alimentar	8.009	0,1	0	0,1	130.431	0,8	0,5	0,3
Geração de Trabalho e Renda	64.224	0,4	0,2	0,5	166.389	1	0,6	0,4
Outros	13.976	0,1	0,1	0,1	19.658	0,1	0,1	0
Inclusão Digital	262	0	0	0	5.905	0	0	0
Ciência e Tecnologia	4.034	0	0	0	368	0	0	0
Repasse ao FIA	6.209	0	0	0,1	10.000	0,1	0	0
Projeto Voluntários BB	3.471	0	0	0	3.385	0	0	0
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>231.609</b>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>479.412</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>1,1</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.266.700	15,2	8,2	18,6	1.850.317	11,2	6,7	4,3
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>2.498.309</b>	<b>16,8</b>	<b>9,1</b>	<b>20,4</b>	<b>2.329.729</b>	<b>14,1</b>	<b>8,4</b>	<b>5,4</b>
4. INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT	R\$ MIL	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	% SOBRE VAT
<b>4.1 – Investimentos Relacionados com a Produção/Operação</b>	<b>83.924</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,7</b>	<b>129.388</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>
Desapropriação de Terras	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e Contingências Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Conservação de Energia	63.726	0,4	0,2	0,5	112.080	0,7	0,4	0,3
Educação Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicador Setorial	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	20.198	0,1	0,1	0,2	17.308	0,1	0,1	0
Construção de agências sustentáveis	2.231	0	0	0	0	0	0	0
Investimento no Programa de Recondicionamento	17.836	0,1	0,1	0,1	17.295	0,1	0,1	0
Puragua – Racionalização do Consumo e Auditoria Ambiental Interna (GHG Protocol e Consultoria Ambiental Interna	9,1	0	0	0	13	0	0	0
122	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>4.2 – Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>12.590</b>	<b>0,1</b>	<b>0</b>	<b>0,1</b>	<b>6.740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Projetos de Educação Ambiental em Comunidades	2.851	0	0	0	0	0	0	0
Preservação e/ou Recuperação de Ambientes	1.739	0	0	0	2.240	0	0	0
Outros – Programa Água Brasil (investimentos incluem ações de educação ambiental em comunidades e ações de preservação e/ou	8.000	0,1	0	0,1	4.500	0	0	0
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (4.1 + 4.2)</b>	<b>96.514</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,8</b>	<b>136.128</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011 – UNIDADES	2012 – UNIDADES
Número de Empregados(as) no Fim do Período	113.810	114.182
Número de Admissões durante o Período	8.754	5.245
Número de Desligamentos durante o Período	3.895	4.266
Número de Empregados(as) Terceirizados(as)	37.272	40.360
Número de Estagiários(as)	8.567	6.020
Número de Aprendizes	5.551	5.146
Número de Empregados(as) acima de 45 Anos	33.550	34.948
<b>Número de Empregados por Faixa Etária:</b>		
Até 25 Anos	7.787	6.538
De 26 a 35 Anos	42.918	43.023
De 36 a 45 Anos	29.555	29.673
Acima de 45 Anos	33.550	34.948
<b>Número de Empregados por Nível de Escolaridade:</b>		
Com Ensino Fundamental	532	490
Com Ensino Médio/Técnico	30.362	28.552
Com Ensino Superior	54.821	53.223
Pós-Graduados (Especialização, Mestrado e	28.095	31.917
<b>Número de Mulheres que Trabalham na Empresa</b>	<b>46.878</b>	<b>47.204</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por	34,8	41,3
<b>Número de Homens que Trabalham Na Empresa</b>	<b>66.932</b>	<b>66.978</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por	65,2	58,6
<b>Número de Negros(as), Pardos(as) ou Índios(as) que</b>	<b>25.485</b>	<b>26.583</b>
Número Negros(as), Pardos(as) ou Índios(as) que	6.436	7.678
Ocupam Cargos de Chefia		
<b>Número de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades</b>	<b>893</b>	<b>974</b>
<b>Remuneração Bruta (sem encargos) Segregada por:</b>	<b>R\$ 7.775.449.684</b>	<b>R\$ 8.725.788.964</b>
Empregados	R\$ 7.752.217.879	R\$ 8.702.534.050
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 23.231.805	R\$ 23.254.914
<b>Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo (nacional ou regional)</b>		
Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo	R\$ 1.138	R\$ 1.180
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2011	2012
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na	16,8	16,8
Número Total de Acidentes de Trabalho	1.389	1.122
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) + CIPA	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) + CIPA
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	( ) Não se envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT ( ) Direção ( ) Direção e Gerências	( ) Não se envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT ( ) Direção ( ) Direção e Gerências
A Previdência Privada Contempla:	(x) Todos(as) os(as) empregados(as) ( ) Direção ( ) Direção e Gerências	(x) Todos(as) os(as) empregados(as) ( ) Direção ( ) Direção e Gerências
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	(x) Todos(as) os(as) empregados(as) ( ) Não são Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos ( ) Não se Envolve ( ) Apoia (x) Organiza e Incentiva	(x) Todos(as) os(as) empregados(as) ( ) Não são Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos ( ) Não se Envolve ( ) Apoia (x) Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as) (4):	Na Empresa: 15.811 No Procon: 12.467 Na Justiça: 117.586	Na Empresa: 15.162 No Procon: 13.828 Na Justiça: 159.107
Percentual de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%
Ações Empreendidas pela Entidade para Sanar ou Minimizar as Causas das Reclamações:	Transformação e Conscientização dos Funcionários no Atendimento ao Cliente.	Transformação e Conscientização dos Funcionários no Atendimento ao Cliente.
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):</b>	<b>38.638.689</b>	<b>40.225.240</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado (DVA)</b>	<b>% sobre o total</b>	<b>% sobre o total</b>
Governo	28,4	27
Funcionários(as)	38,1	40,1
Acionistas	12,7	12,2
Terceiros	1,9	2,2
Retido	18,9	18,5

## 7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Banco do Brasil S.A. – Brasília (DF) – CNPJ: 00.000.000/0001-91

[Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ri@bb.com.br](mailto:ri@bb.com.br)

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

O balanço social foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes S.A., e o relatório de asseguarção é publicado no Relatório Anual 2012.

Notas explicativas:

(1) Valor corresponde à despesa de pessoal.

(2) Foram consideradas as contribuições patronais realizadas para todas as entidades patrocinadas, inclusive das incorporadas (BNC, BESC, BEP), além das próprias.

(3) Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

(4) Consideram-se as informações registradas na Ouvidoria Externa da Instituição e na Justiça.

(5) Valor correspondente ao Valor Adicionado Bruto constante da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

1. Base de Cálculo	2012 (R\$ mil)				2013 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL) (1)	30.054.869				28.710.585			
Resultado Operacional (RO)	17.226.772				14.619.939			
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (2)	16.503.443				18.351.162			
Valor Adicionado Total (VAT) (1)	44.303.333				52.697.586			
2. Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	1.142.332	6,9	3,8	2,6	1.262.454	6,9	4,4	2,4
Encargos Sociais Compulsórios	2.872.138	17,4	9,6	6,5	3.106.996	16,9	10,8	5,9
Previdência Privada	2.243.701	13,6	7,5	5,1	1.835.959	10	6,4	3,5
Saúde	927.960	5,6	3,1	2,1	970.181	5,3	3,4	1,8
Segurança e Saúde no Trabalho	70.249	0,4	0,2	0,2	67.151	0,4	0,2	0,1
Educação (3)	18.962	0,1	0,1	0	16.900	0,1	0,1	0
Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	84.573	0,5	0,3	0,2	74.800	0,4	0,3	0,1
Creches ou Auxílio-Creche	87.027	0,5	0,3	0,2	95.806	0,5	0,3	0,2
Transporte	21.993	0,1	0,1	0	31.612	0,2	0,1	0,1
Participação nos Lucros ou Resultados	1.835.262	11,1	6,1	4,1	2.204.278	12	7,7	4,2
Outros	436.821	2,6	1,5	1	175.127	1	0,6	0,3
PAS	272.712	1,7	0,9	0,6	3.920	0	0	0
Plano Odontológico	27.719	0,2	0,1	0,1	27.283	0,1	0,1	0,1
Programa de Aprendizagem	43.105	0,3	0,1	0,1	76.923	0,4	0,3	0,1
Programa de Estágio	93.285	0,6	0,3	0,2	67.001	0,4	0,2	0,1
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>9.741.018</b>	<b>59</b>	<b>32,4</b>	<b>22</b>	<b>9.841.264</b>	<b>53,6</b>	<b>34,3</b>	<b>18,7</b>
3. Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	28.698	0,2	0,1	0,1	16.362	0,1	0,1	0
Cultura	41.283	0,3	0,1	0,1	41.919	0,2	0,1	0,1
Saúde e Saneamento	10.508	0,1	0	0	3.444	0	0	0
Esporte	82.445	0,5	0,3	0,2	89.887	0,5	0,3	0,2
Combate à Fome e Segurança Alimentar	130.431	0,8	0,4	0,3	76.758	0,4	0,3	0,1
Geração de Trabalho e Renda	166.389	1	0,6	0,4	105.128	0,6	0,4	0,2
Outros	19.658	0,1	0,1	0	25.092	0,1	0,1	0
Programa de Doação de Computadores BB (4)	1.331	0	0	0	2.698	0	0	0
Inclusão Digital	5.905	0	0	0	0	0	0	0
Ciência e Tecnologia	368	0	0	0	1.896	0	0	0
Repasso ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	10.000	0,1	0	0	10.000	0,1	0	0
Projeto Voluntários BB	3.385	0	0	0	3.385	0	0	0
Projeto Voluntários BB(FIA + Fundação Banco do Brasil – FBB) (5)	9.799	0,1	0	0	20.665	0,1	0,1	0
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>479.412</b>	<b>2,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,1</b>	<b>358.590</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>0,7</b>
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	1.368.446	8,3	4,6	3,1	2.886.498	15,7	10,1	5,5
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>1.847.858</b>	<b>11,2</b>	<b>6,1</b>	<b>4,2</b>	<b>3.245.088</b>	<b>17,7</b>	<b>11,3</b>	<b>6,2</b>
4. Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
<b>4.1 – Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa</b>	<b>129.388</b>	<b>0,8</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>109.366</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>
Desapropriação de Terras	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e Contingências Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	112.080	0,7	0,4	0,3	88.014	0,5	0,3	0,2
Conservação de Energia	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicador Setorial	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	17.308	0,1	0,1	0	21.352	0,1	0,1	0
Investimento no Programa de Recondicionamento de Cartuchos	17.295	0,1	0,1	0	21.243	0,1	0,1	0
Auditoria Ambiental Interna	13	0	0	0	21	0	0	0
Consultoria Ambiental Interna	0	0	0	0	88	0	0	0
<b>4.2 – Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>6.740</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.826</b>	<b>0,1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Projetos de Educação Ambiental em Comunidades (6)	0	0	0	0	0	0	0	0
Preservação e/ou Recuperação de Ambientes Degradados (7)	2.240	0	0	0	2.142	0	0	0
Outros	4.500	0	0	0	7.684	0	0	0
Programa Água Brasil (8)	4.500	0	0	0	7.684	0	0	0
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (4.1 + 4.2)</b>	<b>136.128</b>	<b>0,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>	<b>119.192</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>

5. Indicadores do Corpo Funcional	2012 – unidades	2013 – unidades
Número de Empregados(as) no Fim do Período	114.182	112.216
Número de Admissões durante o Período	5.245	3.733
Número de Desligamentos durante o Período	4.266	5.426
Número de Empregados(as) Terceirizados(as)	40.360	41.758
Número de Estagiários(as)	6.020	5.558
Número de Aprendizes	5.146	3.797
Número de Empregados(as) Acima de 45 anos	34.948	35.003
<b>Número de Empregados por Faixa Etária:</b>		
Até 25 Anos	6.538	5.268
De 26 a 35 Anos	43.023	41.574
De 36 a 45 Anos	29.673	30.371
Acima de 45 Anos	34.948	35.003
<b>Número de Empregados por Nível de Escolaridade:</b>		
Sem Formação	-	58
Com Ensino Fundamental	490	370
Com Ensino Médio/Técnico	28.552	26.426
Com Ensino Superior	53.223	51.568
Pós-Graduados (Aperfeiçoamento)	-	109
Pós-Graduados (Especialização, Mestrado e Doutorado)	31.917	33.685
<b>Número de Mulheres que Trabalham na Empresa</b>	<b>40.249</b>	<b>46.580</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	35,3	35,2
<b>Número de Homens que Trabalham na Empresa</b>	<b>73.933</b>	<b>65.636</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Homens	64,8	64,8
<b>Número de Negros(as), Pardos(as) ou Índios(as) que Trabalham na Empresa</b>	<b>26.583</b>	<b>26.851</b>
Número de Negros, Pardos ou Índios que Ocupam Cargos de Chefia	6.948	7.860
<b>Número de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais</b>	<b>974</b>	<b>1.038</b>
<b>Remuneração Bruta (sem Encargos) Segregada por:</b>	<b>R\$ 8.725.788.964</b>	<b>R\$ 9.513.567.577</b>
Empregados	R\$ 8.702.534.050	R\$ 9.488.793.381
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 23.254.914	R\$ 24.774.196
<b>Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo (nacional ou regional)</b>		
Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo	R\$ 1.270	R\$ 1.365
<b>6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	16,8	16,8
Número Total de Acidentes de Trabalho	1.122	1.327
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) a CIPA	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) a CIPA
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT	( ) Não se Envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT
A Previdência Privada Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)
Na Seleção dos Fornecedoros, os Mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	( ) Não São Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos	( ) Não São Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Apoiar (x) Organiza e Incentiva	( ) Não se Envolve ( ) Apoiar (x) Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores (as) (9):	Na Empresa: 15.162 No Procon: 13.828 Na Justiça: 159.107	Na Empresa: 16.933 No Procon: 13.092 Na Justiça: 54.969
Percentual de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%
Ações Empreendidas pela Entidade para Sanar ou Minimizar as Causas das Reclamações:	Transformação e Conscientização dos Colaboradores no Atendimento ao Cliente.	Transformação e Conscientização dos Colaboradores no Atendimento ao Cliente.
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (em Mil R\$):</b>	<b>40.225.240</b>	<b>49.051.040</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>
Governo	27	26,8
Colaboradores(as)	40,1	37,1
Acionistas	12,2	12,9
Terceiros	2,2	2,3
Retido	18,5	21

## 7 - Outras Informações

Banco do Brasil S/A – Brasília (DF) – CNPJ: 00.000.000/0001-91

[Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ri@bb.com.br.](mailto:ri@bb.com.br)

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Notas explicativas:

(1) Valor de 2012 retificado de acordo com as Demonstrações Contábeis.

(2) Valor corresponde à despesa de pessoal.

(3) Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

(4) Em 2012, refere-se a 4.021 microcomputadores com valor médio de R\$ 281,37. Em 2013, refere-se a 20.121 microcomputadores com valor médio de 134,07.

(5) Em 2012, refere-se a 157 projetos. Em 2013, refere-se a 255 projetos – não inclui Instituto Cooperforte.

(6) Os valores despendidos em educação ambiental estão diluídos no item 3. Indicadores Sociais Externos – Educação.

(7) Refere-se ao Projeto Rio São Bartolomeu.

(8) Refere-se aos repasses do BB para o WWF-Brasil e a Fundação Banco do Brasil (FBB) para realização das ações do Programa Água Brasil.

(9) Consideram-se as informações registradas na Ouvidoria Externa da empresa e com a Justiça.

(\*) Valor correspondente ao Valor Adicionado Bruto constante da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Valor de 2012 retificado de acordo com as Demonstrações Contábeis.

1. Base de Cálculo	2013 (R\$ mil)				2014 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL) (1)	28.365.779				29.501.452			
Resultado Operacional (RO)	14.619.939				17.833.988			
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (2)	18.401.095				19.499.684			
Valor Adicionado Total (VAT) (3)	52.697.586				47.865.459			
2. Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	1.262.454	6,9	4,4	2,4	1.357.855	7	4,6	2,8
Encargos Sociais Compulsórios	3.106.996	16,9	10,8	5,9	3.358.169	17,2	11,4	7
Previdência Privada	1.835.959	10	6,4	3,5	1.320.226	6,8	4,5	2,8
Saúde	970.181	5,3	3,4	1,8	1.013.570	5,2	3,4	2,1
Segurança e Saúde no Trabalho	67.151	0,4	0,2	0,1	76.796	0,4	0,3	0,2
Educação (3)	16.900	0,1	0,1	0	29.012	0,1	0,1	0,1
Cultura	0	0	0	0	19.657	0,1	0,1	0
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	74.800	0,4	0,3	0,1	108.798	0,6	0,4	0,2
Creches ou Auxílio-Creche	95.806	0,5	0,3	0,2	105.268	0,5	0,4	0,2
Auxílio ao filho com deficiência	2.192	0	0	0	2.274	0	0	0
Transporte	31.612	0,2	0,1	0,1	17.510	0,1	0,1	0
Participação nos Lucros ou Resultados	2.204.278	12	7,7	4,2	1.622.845	8,3	5,5	3,4
Outros	175.127	1	0,6	0,3	150.571	0,8	0,5	0,3
PAS	3.920	0	0	0	4.747	0	0	0
Plano Odontológico	27.283	0,1	0,1	0,1	27.044	0,1	0,1	0,1
Programa de Aprendizagem	76.923	0,4	0,3	0,1	30.717	0,2	0,1	0,1
Programa de Estágio	67.001	0,4	0,2	0,1	88.463	0,5	0,3	0,2
<b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>	<b>9.841.264</b>	<b>53,6</b>	<b>34,3</b>	<b>18,7</b>	<b>9.182.551</b>	<b>47,1</b>	<b>31,1</b>	<b>19,2</b>
3. Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	16.362	0,1	0,1	0	16.098	0,1	0,1	0
Cultura	41.919	0,2	0,1	0,1	48.205	0,2	0,2	0,1
Saúde e Saneamento	3.444	0	0	0	534	0	0	0
Esporte	89.887	0,5	0,3	0,2	111.274	0,6	0,4	0,2
Combate à Fome e Segurança Alimentar	76.758	0,4	0,3	0,1	6.432	0	0	0
Geração de Trabalho e Renda	105.128	0,6	0,4	0,2	75.786	0,4	0,3	0,2
Outros	24.105	0,1	0,1	0	8.734	0,1	0,1	0
Programa de Doação de Computadores BB (4)	2.698	0	0	0	1.451	0	0	0
Inclusão Digital	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciência e Tecnologia	1.896	0	0	0	771	0	0	0
Repasse ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Projeto Voluntários BB	0	0	0	0	0	0	0	0
Projeto Voluntários BB(FIA + Fundação Banco do Brasil – FBB) (5)	19.511	0,1	0,1	0	6.512	0	0	0
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>357.603</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7</b>	<b>267.063</b>	<b>1,4</b>	<b>0,9</b>	<b>0,6</b>
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	2.886.513	15,7	10,2	5,5	332.627	1,7	1,1	0,7
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>3.244.116</b>	<b>17,6</b>	<b>11,4</b>	<b>6,2</b>	<b>599.690</b>	<b>3,1</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>
4. Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
<b>4.1 – Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa</b>	<b>109.366</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>301.253</b>	<b>1,5</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>
Desapropriação de Terras	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e Contingências Ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	88.014	0,5	0,3	0,2	279.577	1,4	0,9	0,6
Conservação de Energia	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0
Indicador Setorial	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	21.352	0,1	0,1	0	21.676	0,1	0,1	0
Investimento no Programa de Recondicionamento de Cartuchos	21.243	0,1	0,1	0	21.640	0,1	0,1	0
Auditoria Ambiental Interna	21	0	0	0	20	0	0	0
Consultoria Ambiental Interna	88	0	0	0	16	0	0	0
<b>4.2 – Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos</b>	<b>9.826</b>	<b>0,1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24.044</b>	<b>0,1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Projetos de Educação Ambiental em Comunidades (6)	0	0	0	0	0	0	0	0
Preservação e/ou Recuperação de Ambientes Degradados (7)	2.142	0	0	0	18.044	0	0	0
Outros	7.684	0	0	0	6.000	0	0	0
Programa Água Brasil (8)	7.684	0	0	0	6.000	0	0	0
<b>Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (4.1 + 4.2)</b>	<b>119.192</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>325.297</b>	<b>1,7</b>	<b>1,1</b>	<b>0,7</b>

<b>5. Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2013 – unidades</b>	<b>2014 – unidades</b>
Número de Empregados(as) no Fim do Período	112.216	111.628
Número de Admissões durante o Período	3.733	3.369
Número de Desligamentos durante o Período	5.426	3.748
Número de Empregados(as) Terceirizados(as)	41.758	40.340
Número de Estagiários(as)	5.558	5.303
Número de Aprendizes	3.797	4.644
Número de Empregados(as) Acima de 45 anos	35.003	35.945
<b>Número de Empregados por Faixa Etária:</b>		
Até 25 Anos	5.268	4.201
De 26 a 35 Anos	41.574	39.691
De 36 a 45 Anos	30.371	31.791
Acima de 45 Anos	35.003	35.945
<b>Número de Empregados por Nível de Escolaridade:</b>		
Sem Formação	58	11
Com Ensino Fundamental	370	374
Com Ensino Médio/Técnico	26.426	24.956
Com Ensino Superior	51.568	49.772
Pós-Graduados (Aperfeiçoamento)	109	129
Pós-Graduados (Especialização, Mestrado e Doutorado)	33.685	36.386
<b>Número de Mulheres que Trabalham na Empresa</b>	<b>46.580</b>	<b>46.364</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	35,2	35,1
<b>Número de Homens que Trabalham na Empresa</b>	<b>65.636</b>	<b>65.264</b>
Percentual de Cargos de Chefia Ocupados por Homens	64,8	64,9
<b>Número de Negros(as), Pardos(as) ou Índios(as) que Trabalham na Empresa</b>	<b>26.851</b>	<b>24.071</b>
Número de Negros, Pardos ou Índios que Ocupam Cargos de Chefia	7.860	7.283
<b>Número de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais</b>	<b>1.038</b>	<b>1.319</b>
<b>Remuneração Bruta (sem Encargos) Segregada por:</b>	<b>R\$ 9.513.567.577</b>	<b>R\$ 10.241.641.484</b>
Empregados	R\$ 9.488.793.381	R\$ 10.212.691.598
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 24.774.196	R\$ 28.949.887
<b>Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo (nacional ou regional)</b>		
Diferença entre o Menor Salário Pago pela Empresa e o Salário-Mínimo	R\$ 1.365	R\$ 1.503
<b>6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	16,8	16,7
Número Total de Acidentes de Trabalho	1.327	1.278
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)	(x) Direção ( ) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) + CIPA	(x) Direção e Gerências ( ) Todos(as) os(as) Empregados(as) ( ) Todos(as) + CIPA
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT	( ) Não se Envolve ( ) Segue as Normas da OIT (x) Incentiva e Segue a OIT
A Previdência Privada Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)	( ) Direção ( ) Direção e Gerências (x) Todos(as) os(as) Empregados(as)
Na Seleção dos Fornecedores, os Mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	( ) Não São Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos	( ) Não São Considerados ( ) São Sugeridos (x) São Exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	( ) Não se Envolve ( ) Apoia (x) Organiza e Incentiva	( ) Não se Envolve ( ) Apoia (x) Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as) (9):	Na Empresa: 16.933 No Procon: 13.092 Na Justiça: 54.969	Na Empresa: 19.980 No Procon: 10.256 Na Justiça: 53.574
Percentual de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	Na Empresa: 100% No Procon: 100%	Na Empresa: 100% No Procon: 100%
Ações Empreendidas pela Entidade para Sanar ou Minimizar as Causas das Reclamações:	Transformação e Conscientização dos Colaboradores no Atendimento	Transformação e Conscientização dos Colaboradores no Atendimento
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (em Mil R\$):</b>	<b>49.051.040</b>	<b>43.798.382</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado:</b>	<b>% sobre o Total</b>	<b>% sobre o Total</b>
Governo	26,8	25,8
Colaboradores(as)	37,1	42,2
Acionistas	12,9	10,5
Terceiros	2,3	3
Retido	21	18,5

## 7 - Outras Informações

Banco do Brasil S/A – Brasília (DF) – CNPJ: 00.000.000/0001-91

[Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ri@bb.com.br.](mailto:ri@bb.com.br)

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Notas explicativas:

(1) Valor de 2013 retificado de acordo com as Demonstrações Contábeis.

(2) Valor corresponde à despesa de pessoal.

(3) Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

(4) Refer-se ao benefício Vale-Cultura, disponibilizado para uma média de 35.000 funcionários optantes em 2014.

(5) Em 2013, refere-se a 20.121 microcomputadores com valor médio de R\$ 134,07.

(6) Valor retificado em 2013, refere-se a 255 projetos. Em 2014, equivale à soma dos valores destinados/repassados por meio do Projeto Voluntários BB FBB, pela FBB (não considera os valores destinados/repassados pelo Instituto Cooperforte), e do Projeto Voluntários BB FIA, pelo BB (não

(7) Os valores despendidos em educação ambiental estão diluídos no item 3 - Indicadores Sociais Externos - Educação.

(8) Em 2013, refere-se ao projeto Rio São Bartolomeu. Em 2014, os valores investidos em educação ambiental estão concentrados no programa Água Brasil.

(9) Refere-se aos repasses ao BB para o WWF-Brasil e Fundação Banco do Brasil (FBB) para realização das ações do Programa Água Brasil.

(10) Consideram-se as informações registradas na Ouvidoria Externa da empresa e com a Justiça.

(\*) Valor correspondente ao Valor Adicionado Bruto constante da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Valor de 2013 retificado de acordo com as Demonstrações Contábeis.